

1 **ATA DA OCTOGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos vinte
3 e cinco dias do mês de maio de dois mil e quatro, às 9:00 horas, reuniu-se o Conselho
4 Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua sede, no Prédio da
5 Reitoria II, na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Barão Geraldo, Campinas, sob
6 a Presidência do Magnífico Reitor CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ e com o
7 comparecimento dos seguintes Conselheiros: Alan Silvio Ribeiro Carneiro, Ana
8 Cristina Cavalcanti Lyra, Antonio Carlos Gilli Martins, Archimedes Perez Filho, Azuir
9 Ferreira Tavares Filho, Carlos Alberto Rodrigues Anjos, Carlos Arcanjo dos Santos,
10 Carlos Eduardo G. Santiago, Charlotte Marie Chambelland Galves, Christiano Lyra
11 Filho, Cláudio José Servato, Corinta Maria Grisolia Geraldi, Daniel Joseph Hogan,
12 Daniel Pereira, Euclides de Mesquita Neto, Fernando Ferreira Costa, Francisco de Assis
13 Machado Reis, George Gershon Kleiman, Gláucia Maria Pastore, Ivan Felizardo
14 Contrera Toro, Jane Rizzo Palermo, João Alberto Venegas Requena, João Frederico da
15 Costa Azevedo Meyer, João Henrique Galvão, Jorge Megid Neto, José Ellis Ripper
16 Filho, José Luiz Boldrini, José Roberto Zan, José Tadeu Jorge, Kamal Abdel Radi
17 Ismail, Kikyo Yamamoto, Laurione Cândido de Oliveira, Léo Pini Magalhães, Leverson
18 Farias Lamonier Costa, Lilian Tereza Lavras Costallat, Luiz Antonio Teixeira
19 Vasconcellos, Luiz Fernando Milanez, Marcela Dias Moreira, Márcio Percival Alves
20 Pinto, Maria Luiza Silveira Mello, Mariano Francisco Laplane, Marilda do Couto
21 Cavalcanti, Mário José Abdalla Saad, Miguel Leonel dos Santos, Milton Mori,
22 Mohamed Habib, Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues, Odirlei Conrado de Sousa, Paulo de
23 Tarso Gaeta Paixão, Paulo Eduardo de Abreu Machado, Paulo Eduardo Moreira
24 Rodrigues da Silva, Renata Belzunces dos Santos, Ricardo de Oliveira Anido, Roberto
25 Rodrigues Paes, Roberto Testezlaf, Rosa Inês Costa Pereira, Rubem Murilo Leão Rego,
26 Rubens Maciel Filho, Sérgio Robles Reis de Queiroz, Thales Rocha de Mattos Filho e
27 Yaro Burian Júnior. Também estiveram presentes o Professor Antonio José Engler
28 substituindo a Professora Claudia Maria Bauzer Medeiros; a Professora Maria Isabel
29 Felisberti, substituindo a Professora Heloísa Vieira Rocha; o Professor Antonio
30 Vanderlei de Quintal, substituindo o Professor Jayme Cheque Júnior; o Senhor José
31 Henrique Toledo Corrêa, substituindo o Senhor José Antonio Maranhão; o Senhor
32 Ronaldo Luís de Almeida, substituindo a Senhora Elisabete de Jesus Reimão; o
33 Acadêmico José Damiro de Moraes, substituindo a Acadêmica Paula Hanao Filloy e o
34 Acadêmico Fábio Saito dos Santos, substituindo o Acadêmico Filipe Oliveira Raslan.
35 Como convidados especiais, compareceram os Professores Carlos Alberto Bandeira
36 Guimarães, Edgar Salvadori de Decca, Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, José
37 Ranali, Maria Aparecida Affonso Moysés, Marilda Solon Teixeira Bottesi, Paulo Sérgio
38 Saran, Regina Maria de Souza, Renato Atílio Jorge e Renato Hyuda de Luna Pedrosa; o
39 Doutor Octacílio Machado Ribeiro, os Senhores Antonio Felix Duarte, Celso Ribeiro de
40 Almeida, Eustáquio Teixeira Gomes, João Raimundo Mendonça de Souza e Reginaldo

1 Bispo, e a Senhora Edna Aparecida Rubio Coloma,; os Acadêmicos David Paul P. Zuin
2 e Maira Calu; a Vereadora Maria José Cunha, o Deputado Estadual Sebastião Arcanjo e
3 o Assessor Parlamentar Luciano de Freitas Pinho. Compareceram ainda as Senhoras
4 Conceição Aparecida da Silva e Renata Lopes Prates, Representantes Suplentes dos
5 Servidores Técnico-Administrativos. Justificaram ausência à Sessão os Conselheiros
6 Claudia Maria Bauzer Medeiros, Heloísa Vieira Rocha, Eloisa de Mattos Höfling, José
7 Antonio Maranhão, Paula Hanao Filloy e Jayme Cheque Júnior. Havendo número legal,
8 o MAGNÍFICO REITOR dá início a Octogésima Sétima Sessão Ordinária do Conselho
9 Universitário da Universidade Estadual de Campinas, dando boas-vindas aos
10 Professores Jorge Megid Neto e Regina Maria de Souza, respectivamente Diretor e
11 Diretora Associada da Faculdade de Educação, recentemente empossados. Passa a
12 seguir a apreciação da Ata da Octogésima Sexta Sessão Ordinária, realizada em
13 30.03.04, solicitando observações. Não havendo observações coloca em votação a
14 referida Ata, sendo aprovada com três abstenções. A seguir solicita permissão ao
15 Plenário para fazer uma inversão na ordem dos procedimentos da reunião, iniciando
16 com a Ordem do Dia devido ao seu conteúdo importante, em particular o Programa de
17 Ação Afirmativa. Havendo concordância, passa à ORDEM DO DIA, ADENDO À
18 ORDEM DO DIA e ORDEM DO DIA SUPLEMENTAR solicitando destaques. São
19 destacados pela Mesa os seguintes itens da ORDEM DO DIA: 01, que trata do
20 PROC.Nº 01-P-2851/90, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA;
21 02, que trata do PROC.Nº 01-P-7646/04, em nome de BERNARDO BEIGUELMAN;
22 03, que trata do PROC.Nº 01-P-23283/03, em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL
23 DE CAMPINAS; 04, que trata do PROC.Nº 01-P-26412/03, em nome da REITORIA;
24 05, que trata do PROC.Nº 08-P-7367/03, em nome de ANDRÉS LEANDRO
25 GUMIERO JAIME; e do Adendo à Ordem do Dia o item 01, que trata do PROC.Nº 01-P-
26 P-10966/04, em nome da COORDENADORIA GERAL DA UNIVERSIDADE; e o
27 item 02, que trata do PROC.Nº 01-P-5960/04, em nome da COCEN/NIB, a pedido do
28 Conselheiro José Ellis Ripper Filho. Não havendo outros destaques, coloca em votação
29 em bloco os demais itens da Ordem do Dia e Ordem do Dia Suplementar, sendo
30 aprovados com uma abstenção os assuntos dos seguintes processos: ORDEM DO DIA –
31 VOLUME I - F - MANUAL DO ALUNO - Alteração – Aprovada: 06) PROC.Nº 01-P-
32 7487/88 - 2º Volume, em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS -
33 Proposta de alteração dos Artigos 96 e 98 do Manual do Aluno, baixado através da
34 Deliberação CONSU-A-11/98 – Pareceres CCG-06/04, PG-616/04, CLN-CONSU-
35 17/04 e CEPE-70/04. G - CANCELAMENTO DE ANOTAÇÕES PUNITIVAS –
36 Aprovado: 07) PROC.Nº 33-P-16725/00, em nome do CENTRO SUPERIOR DE
37 EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – Solicitação do aluno FÁBIO CRISTIANO DE
38 CASTRO de cancelamento de anotações punitivas em seu histórico escolar, nos termos
39 do Artigo 238 do Regimento Geral da UNICAMP. H - PÓS-GRADUAÇÃO –
40 Implantação de Curso e/ou Programa – Aprovados: 08) PROC.Nº 09-P-16187/03, em

1 nome do INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS – Implantação do
2 Curso de Pós-Graduação em Sociologia, nível de Doutorado – Deliberação CCPG-
3 26/04 e Parece CEPE-71/04; 09) PROC.Nº 09-P-16434/03, em nome do INSTITUTO
4 DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – Implantação do Programa de Pós-
5 Graduação Interdisciplinar em Ambiente e Sociedade, nível de Doutorado –
6 Deliberação CCPG-37/04 e CEPE-124/04. I - REGIMENTO INTERNO DE CENTRO
7 VINCULADO À PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – Aprovado: 10) PROC.Nº 01-
8 P-1438/90, em nome do CENTRO DE ENSINO DE LÍNGUAS – Proposta de alteração
9 do Regimento Interno do Centro de Ensino de Línguas, baixado através da Deliberação
10 CONSU-A-14/90 e alterações promovidas pela Deliberação CONSU-A-03/94 – Ciência
11 da CCG e Pareceres PG-82/04, CLN-CONSU-09/04 e PRP. VOLUME II - J -
12 NÚCLEO E CENTRO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA – Propostas de
13 Desmembramento e Regimento Interno – Aprovadas: 11) PROC.Nº 01-P-18858/01, em
14 nome do CENTRO DE INTEGRAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E DIFUSÃO
15 CULTURAL – 1) Proposta de desmembramento do Centro de Integração,
16 Documentação e Difusão Cultural (CIDDIC) em Centro de Documentação de Música
17 Contemporânea (CDMC) e Núcleo de Integração e Difusão Cultural (NIDIC) -
18 Resolução CAI-07/03; 12) PROC.Nº 01-P-7049/03, em nome do NÚCLEO DE
19 INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL – 2) Proposta de Regimento Interno do
20 Núcleo de Integração e Difusão Cultural – Pareceres PG-2710/03 e CLN-CONSU-
21 22/04. K – REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA ESTRANGEIRO – Aprovada: 13)
22 PROC.Nº 01-P-08194/03, em nome de RUBENS CARLOS DE SOUZA GOMES –
23 FEEC – Revalidação do Diploma em Engenharia da Computação - Modalidade AB –
24 Sistemas e Processos Industriais, obtido na Universidade de Kansas - EUA, com o
25 correspondente Curso de Engenharia da Computação oferecido pela UNICAMP,
26 condicionado a um programa de avaliação em 7 disciplinas (26 créditos) e estudos
27 complementares em outras 20 disciplinas (65 créditos), totalizando 91 créditos –
28 Pareceres da Comissão de Revalidação de Diplomas, CCG-04/04 e CEPE-72/04. L -
29 CONGREGAÇÕES - Atas de Eleições – Aprovadas: 14) PROC.Nº 01-P-332/86 - 3º
30 Volume, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA - Ata de
31 Eleições para Representação Discente, realizadas em 25 e 26.03.04 – Parecer PG-
32 933/04; 15) PROC.Nº 10-P-18792/01, em nome do INSTITUTO DE MATEMÁTICA,
33 ESTATÍSTICA E COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA – Ata de Eleições para
34 Representação Discente, realizadas em 13, 14 e 15.04.04 – Parecer PG-1085/04; 16)
35 PROC.Nº 04-P-14863/00, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA DE
36 ALIMENTOS – Ata de Eleições para Representação Docente, realizadas em 22 e
37 23.04.04 – Parecer PG-1080/04; 17) PROC.Nº 01-P-4823/82 - 5º Volume, em nome do
38 INSTITUTO DE ARTES – Atas de Eleições para Representação dos Servidores
39 Técnico-Administrativos e Discentes, realizadas em 27, 28 e 29.04.04 – Parecer PG-
40 1154/04. M - LOGOTIPOS PARA AUTORIZAÇÃO DO CONSU - Portaria GR-34/95

1 e Resolução GR-28/04: 18) PROC.Nº 01-P-20099/98 e 01-P-25054/02 – Autorizados os
2 Logotipos das seguintes Unidades: 1) Instituto de Computação; 2) Instituto de Biologia;
3 3) COTUCA e 4) Faculdade de Engenharia Química. N - CONTRATOS - a)
4 Homologados: 19) PROC.Nº 29-P-20788/03, em nome da FACULDADE DE
5 ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO - Espécie: Contrato Nº
6 4600002207 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP, a Companhia Paulista de Força e Luz –
7 CPFL e a THOTH Solutions Consultoria - Executores: Christiano Lyra Filho e Paulo
8 Morelato França - Data de Assinatura: 01.07.03 - Vigência: 12 meses, a partir de
9 01.07.03 - Recursos: R\$ 446.964,00 - Resumo do Objeto: Prestação por parte das
10 Contratadas à CPFL, de serviços tecnológicos de pesquisa e desenvolvimento referentes
11 ao projeto “PD116-03 Automação de Projeto de Redes de Distribuição de Energia
12 Elétrica – Fase ½” - Parecer CEPE-75/04; 20) PROC.Nº 01-P-7328/96, em nome do
13 INSTITUTO DE FÍSICA - Espécie: Contrato - Partes: Companhia Energética de Minas
14 Gerais/CEMIG e a FUNCAMP - Data de Assinatura:26.08.03 - Vigência: 06 meses, a
15 partir da data de autorização de início de serviços, a ser expedida oportunamente pela
16 CEMIG - Recursos: R\$ 50.680,00 - Resumo do Objeto: Prestação, pela Contratada,
17 através da conta de serviços IF – Serviços de Hidrogênio, dos serviços de
18 implementação de metodologia para análise da qualidade de gás e de procedimentos de
19 segurança exigida em plantas de hidrogênio, assim como trabalhos de partida e
20 definição de procedimentos e rotinas - Parecer CAD-31/04; 21) PROC.Nº 15-P-
21 26048/01, em nome do HOSPITAL DE CLÍNICAS - Espécie: 1º Termo Aditivo ao
22 Contrato referente ao Estudo CDJN608N2302 celebrado em 17.03.02 - Partes:
23 UNICAMP/FUNCAMP e Novartis Biociências S.A. - Executores: Marcos Antonio
24 Tambascia e Valter José Minicucci - Data de Assinatura: 23.10.03 - Resumo do Objeto:
25 Inclusão dos princípios de cidadania e Código de Conduta; aumentar o prazo de
26 inclusão de pacientes; modificar a cláusula de Remuneração e Reembolso; e adicionar
27 tabela com os reajustes aplicados, ao Contrato original, que objetiva a execução do
28 “Estudo multinacional, randomizado, duplo-cego, controlado por placebo, com titulação
29 forçada e desenho fatorial 2 x 2 da eficácia e segurança da administração prolongada de
30 Nateglinida e Valsartan na prevenção do Diabetes Mellitus e patologias
31 cardiovasculares em pacientes com intolerância à glicose (IG)” - Parecer CEPE-111/04;
32 22) PROC.Nº 29-P-24665/03, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA
33 ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO - Espécie: Contrato - Partes:
34 UNICAMP/FUNCAMP e a Eletricidade e Serviços S.A. – ELEKTRO - Executores:
35 Ernesto Ruppert Filho e José Pissolato Filho - Data de Assinatura: 01.11.03 - Vigência:
36 24 meses, a partir de 01.11.03 - Recursos: R\$ 502.944,00 - Resumo do Objeto:
37 Prestação pela UNICAMP a Elektro de serviços de consultoria de pesquisa e
38 desenvolvimento - Parecer CAD-33/04; 23) PROC.Nº 01-P-26933/03, em nome do
39 NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO - Espécie:
40 Contrato Nº 4600002819 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a Companhia Piratininga

1 de Força e Luz – CPFL – Piratininga - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e
2 Vivaldo Silveira Júnior - Data de Assinatura: 01.11.03 - Vigência: até 31.10.04 -
3 Recursos: 12 parcelas mensais de R\$ 15.785,06 - Resumo do Objeto: Prestação, por
4 parte de Contratada à CPFL – Piratininga, de serviços tecnológicos de pesquisa e
5 desenvolvimento referentes ao projeto “PD73-03 – Racionalização da curva de demanda
6 de energia elétrica em sistemas de ar condicionado com termo-acumulação-Fase 2/2” -
7 Parecer CEPE-112/04; 24) PROC.Nº 15-P-20314/03, em nome do HOSPITAL DE
8 CLÍNICAS - Espécie: Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a Laboratórios
9 Biosintética Ltda - Executores: Otávio Rizzi Coelho e William Cirillo - Data de
10 Assinatura: 06.11.03 - Vigência: prevista para dezembro/2005 - Recursos: R\$ 19.400,00
11 - Resumo do Objeto: Realização de estudo clínico que corresponde ao Protocolo
12 intitulado: “Estudo Multicêntrico, Duplo-Cego de Avaliação da Eficácia e
13 Tolerabilidade da Associação de Anlodipino e Enalapril em formulação galênica única
14 versus Anlodipino no Tratamento da Hipertensão Arterial Estágio I (leve) e Estágio II
15 (moderada) em Portadores de Doença Coronária” - Parecer CEPE-80/04; 25) PROC.Nº
16 29-P-27639/03, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA ELÉTRICA E DE
17 COMPUTAÇÃO - Espécie: Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e o Operador
18 Nacional do Sistema Elétrico – ONS - Executores: Secundino Soares Filho e Takaaki
19 Ohishi - Data de Assinatura: 17.11.03 - Vigência: até 30.11.04 - Recursos: R\$
20 272.616,00 - Resumo do Objeto: Prestação de serviços de desenvolvimento, de
21 ferramenta computacional de aprimoramento, expansão e adequação do software
22 Hidrodata à Base de Dados Técnica do NOS - Parecer CAD-44/04; 26) PROC.Nº 29-P-
23 24687/03, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA ELÉTRICA E DE
24 COMPUTAÇÃO - Espécie: Contrato de Prestação de Serviço de Consultoria de
25 Pesquisa e Desenvolvimento Nº 4600002310 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e
26 Elektro – Eletricidade e Serviços S.A. - Executor: Fujio Sato - Data de Assinatura:
27 01.12.03 - Vigência: 12 meses, a partir de 01.11.03 - Recursos: R\$ 82.800,00 - Resumo
28 do Objeto: Prestação pela UNICAMP a Elektro de serviços de consultoria de pesquisa e
29 desenvolvimento - Parecer CEPE-76/04; 27) PROC.Nº 18-P-25596/03, em nome da
30 FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA - Espécie: Termo de Contrato Nº 058-
31 ST/2003/0057 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a INFRAERO (Empresa Brasileira de
32 Infra-Estrutura Aeroportuária) - Executores: Edson Tomaz e Liliana Maria Ferraresco
33 Lona - Data de Assinatura: 09.01.04 - Vigência: 55 dias corridos, contados a partir da
34 data da expedição da Ordem de Serviço - Recursos: R\$ 49.000,00 - Resumo do Objeto:
35 Execução dos serviços de monitoramento da Qualidade do ar do Aeroporto
36 Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro – SBGR -
37 Parecer CAD-43/04; 28) PROC.Nº 01-P-19673/01, em nome do CENTRO DE
38 ESTUDOS DO PETRÓLEO - Espécie: Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 4.081/01-
39 ANP-011.424 celebrado em 10.12.01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a Agência
40 Nacional do Petróleo – ANP - Executores: Martin Tygel e Saul B. Suslick - Data de

1 Assinatura: 09.12.03 - Vigência: até 09.10.04 - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência
2 por 10 meses, sem ônus adicionais à ANP do Contrato original, que visa a prestação de
3 serviços técnicos especializados de processamento sísmico em áreas pré-selecionadas
4 pela ANP, utilizando técnicas especiais, visando fornecer dados com resolução sísmica
5 de qualidade superior aos processamentos já existentes - Parecer CEPE-90/04; 29)
6 PROC.Nº 03-P-6133/02, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
7 - Espécie: Termo Aditivo Nº 02 ao Contrato 280.2.007/02-7 celebrado em 15.07.02 -
8 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a PETROBRAS - Executores: Leonardo Goldstein
9 Júnior e Araújo Augusta Bernárdez Pecora - Data de Assinatura: 22.12.03 - Vigência:
10 mais 238 dias, a partir de 22.12.03 - Resumo do Objeto: Dilatação do prazo de vigência
11 do Contrato acima, que visa a prestação de serviços de Desenvolvimento de um
12 Medidor Eletrodinâmico Capacitativo da Descarga de Catalisador no “Standpipe” de
13 Catalisador Gasto da Unidade Multipropósito de FCC instalada na UN-SIX - Parecer
14 CAD-30/04; 30) PROC.Nº 22-P-28250/03, em nome do INSTITUTO DE
15 GEOCIÊNCIAS - Espécie: Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e GIE Regienov
16 Recherche Innovation – Renault - Executores: Ruy de Quadros Carvalho e Sérgio
17 Robles Reis de Queiróz - Data de Assinatura: 22.12.03 - Vigência: até 30.12.04 -
18 Recursos: 20.413 Euros - Resumo do Objeto: Realização de um estudo intitulado
19 “Competências e oportunidades para tecnologias relacionadas ao setor automotivo: um
20 mapeamento das instituições no Brasil” - Parecer CEPE-113/04; 31) PROC.Nº 18-P-
21 21561/03, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA - Espécie:
22 Carta-Contrato Nº 00.50.0000.185.043 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a
23 PETROBRAS - Executores: Milton Mori e Liliane Maria Ferrareso Lona - Data de
24 Assinatura: 21.01.04 - Vigência: 730 dias, a partir de 21.01.04 - Recursos: R\$ 91.850,00
25 - Resumo do Objeto: Execução do projeto “Serviço de mecânica de fluidos
26 computacional aplicada ao projeto de reatores Fischer-Tropsch” - Parecer CEPE-95/04;
27 32) PROC.Nº 15-P-13461/00, em nome do HOSPITAL DE CLÍNICAS - Espécie:
28 Emenda Nº 03 ao Contrato de Pesquisa Clínica celebrado em 14.08.00 - Partes:
29 UNICAMP/FUNCAMP e a Gilead Sciences, Inc. - Executores: Rogério de Jesus Pedro
30 e Willian Barros de Abreu - Data de Assinatura: 22.01.04 - Vigência: até 26.12.05. -
31 Recursos: adicionais de \$ 44,947.75 dólares americanos - Resumo do Objeto: Prorrogar
32 o prazo de vigência, adicionar recursos, bem como a inclusão de novos pacientes ao
33 referido Contrato, que objetiva o “Estudo Fase 3, Randomizado, Duplo-Cego,
34 Multicêntrico sobre Tratamento de Pacientes Portadores de HIV-1 sem Tratamento
35 Prévio com Anti-Retrovirais, comparando Fumarato de Tenofovir Disoproxil
36 administrado em combinação com Lamivudina e Efavirena versus Estavudina,
37 Lamivudina e Efavirena” - Protocolo GS-99/903 - Parecer CEPE-104/04; 33) PROC.Nº
38 15-P-2560/03, em nome do HOSPITAL DE CLÍNICAS - Espécie: Termo de
39 Aditamento ao Contrato de Estudo Clínico - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e
40 Laboratórios Biosintética Ltda - Executores: João Carlos Rocha e Augusto Terranova

1 Rocha - Data de Assinatura: 20.02.04 - Recursos: R\$ 28.800,00 - Resumo do Objeto:
2 Redução do número de pacientes incluídos e conseqüente redução dos valores
3 envolvidos no estudo clínico intitulado “Estudo multicêntrico, duplo-cego comparativo
4 de avaliação da eficácia e tolerabilidade da combinação de Anlodipino e Losartan em
5 formulação galênica única versus Anlodipino e Losartan isoladamente, no tratamento de
6 hipertensão arterial estágio 1 (leve) e estágio 2 (moderada)” - Parecer CEPE-106/04; b)
7 Homologado o Contrato e Aprovado o Relatório de Atividades: 34) PROC.Nº 15-P-
8 12824/01, em nome do HOSPITAL DE CLÍNICAS - Homologados: Carta-Contrato -
9 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. -
10 Executores: Fernando Lopes Gonçalves Júnior e Maria Helena Postal Pavan - Data de
11 Assinatura: 12.12.01 - Vigência: até out/2002 - Recursos: R\$ 690,00 por caso completo
12 e avaliável, num total de 4 pacientes avaliáveis - Resumo do Objeto: Desenvolvimento
13 do Estudo com RO-25-8310 intitulado “Protocolo para re-tratamento com a combinação
14 PEG-Interferon alfa-2a e Ribavirina para pacientes com Hepatite C crônica do estudo
15 original NV 15942 que apresentaram recidiva virológica após completar 24 semanas de
16 tratamento” - W 16143 - Aprovado: Relatório de Atividades da Carta-Contrato
17 supracitada - Período: 15.03.01 a 15.10.02 - Pareceres CEPE-142/02 e CONEX. O -
18 CONVÊNIOS - a) Homologados: 35) PROC.Nº 01-P-23637/97, em nome da
19 REITORIA - Espécie: 1) Termo Aditivo Nº 01 ao Convênio celebrado em 02.12.97 -
20 Partes: UNICAMP e a Vale Refeição Ltda - Executores: Divaldo Faria de Mello e
21 Walkiria Nalin dos Santos de Lucas - Data de Assinatura: 15.03.01 - Resumo do Objeto:
22 Fornecimento de Vale Alimentação através de cartões eletrônicos e suas respectivas
23 senhas, proporcionando aos portadores o direito de troca dos Vale Alimentação
24 Eletrônico por gêneros alimentícios, especialmente aqueles que compõem a cesta
25 básica, numa cadeia de estabelecimentos especialmente credenciados pela Contratada,
26 sendo vedada sua utilização para outra finalidade que não seja adquirir gêneros
27 alimentícios; 2) Termo de Aditamento ao Convênio supracitado - Data de Assinatura:
28 20.01.02 - Resumo do Objeto: Extinguir o benefício denominado “Bonificação”
29 concedido através do Termo Aditivo acima mencionado, excluindo desta forma o item
30 4.4 do referido aditamento; 3) Termo de Aditamento ao Convênio supracitado - Data de
31 Assinatura: 03.12.02 - Vigência: até 02.06.03 - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência
32 do Convênio por mais 06 meses, a partir de 03.12.02; 4) Termo de Aditamento ao
33 Convênio supracitado - Data de Assinatura: 02.06.03 - Vigência: até 01.09.03 - Resumo
34 do Objeto: Prorrogar a vigência do Convênio por mais 90 dias, a partir de 03.06.03; 5)
35 Termo de Aditamento ao Convênio supracitado - Data de Assinatura: 20.08.03 -
36 Vigência: até 31.12.03 - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência do Convênio por mais
37 04 meses, a partir de 01.09.03 - Parecer CAD-38/04; 36) PROC.Nº 08-P-2477/04, em
38 nome do INSTITUTO DE FÍSICA - Espécie: Acordo de Cooperação - Partes:
39 UNICAMP e a Universidade de Bourgogne – Dijon – França - Vigência: 03 anos -
40 Recursos: para 2004/2005: 5.100 Euros - Resumo do Objeto: Estabelecer as condições

1 de um programa de preparação de tese de doutorado em co-tutela entre as instituições,
2 pela aluna Thalita Chiaramonte - Parecer CEPE-107/04; 37) PROC.Nº 01-P-15656/03,
3 em nome da REITORIA - Espécie: Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica
4 Nº 01/03 - Partes: UNICAMP e a Itautec Philco S/A – Grupo Itautec Philco -
5 Executores: Marcelo Knobel e Rafael de Almeida Evangelista - Data de Assinatura:
6 01.03.03 - Vigência: 05 anos, a partir de 01.03.03 - Resumo do Objeto: Estabelecimento
7 de um programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela
8 legislação brasileira relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da
9 informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos
10 e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência
11 de tecnologias e aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial, bem
12 como outras iniciativas em assuntos de interesse comum - Parecer CEPE-73/04; 38)
13 PROC.Nº 01-P-15657/03, em nome do NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DA
14 CRIATIVIDADE - Espécie: 1º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação supracitado
15 - Partes: UNICAMP e a Itautec Philco S/A – Grupo Itautec Philco - Executores:
16 Marcelo Knobel e Rafael de Almeida Evangelista - Data de Assinatura: 01.03.03 -
17 Vigência: 06 meses, a partir de 29.10.03 - Resumo do Objeto: Aproveitamento conjunto
18 das potencialidades da UNICAMP e da ITAUTEC PHILCO dentro do campo de
19 informática, automação e telecomunicações, em todas as áreas de desenvolvimento
20 científico e tecnológico - Parecer CEPE-74/04; 39) PROC.Nº 17-P-14844/00, em nome
21 do INSTITUTO DE ARTES - Espécie: 1) Instrumento Particular de Termo de
22 Aditamento, Retificação e Ratificação - Partes: UNICAMP e o Serviço Social da
23 Indústria – SESI/SP - Data de Assinatura: 19.08.03 - Vigência: até 31.12.03 - Recursos:
24 máximo de R\$ 120.000,00 - Resumo do Objeto: Integração das partes, visando a
25 realização de, no máximo, 120 apresentações, de até 20 diferentes montagens artísticas
26 e educacionais, nos anos de 2001, 2002 e 2003, pelos alunos e indicadas pela direção da
27 Conveniada, nos teatros do SESI/SP, localizados na Capital, Grande São Paulo e
28 interior do Estado; 2) Instrumento Particular de Termo de Aditamento, Retificação e
29 Ratificação - Data de Assinatura: 11.12.03 - Vigência: até 31.12.04 - Resumo do
30 Objeto: Integração das partes, visando a realização de, no máximo, 250 apresentações,
31 de até 25 diferentes montagens artísticas e educacionais, nos anos de 2001, 2002, 2003 e
32 2004, pelos alunos e indicados pela direção da Conveniada nos teatros do SESI/SP,
33 localizados na Capital, Grande São Paulo e interior do Estado - Parecer CEPE-108/04;
34 40) PROC.Nº 07-P-23635/03, em nome da REITORIA - Espécie: Convênio - Unidade
35 Executora: IB - Partes: UNICAMP e a Associação Luso Brasileira Transpessoal –
36 ALUBRAT - Executor: Octávio Henrique de Oliveira Pavan - Data de Assinatura:
37 15.09.03 - Vigência: 05 anos, a partir de 15.09.03 - Resumo do Objeto: Cooperação
38 técnica e a conjugação de esforços nas áreas de cultura e extensão universitária - Parecer
39 CEPE-109/04; 41) PROC.Nº 07-P-23640/03, em nome do INSTITUTO DE BIOLOGIA
40 - Espécie: Termo Aditivo Nº 001 ao Convênio supracitado - Partes: UNICAMP e a

1 Associação Luso Brasileira Transpessoal – ALUBRAT - Executor: Octávio Henrique de
2 Oliveira Pavan - Data de Assinatura: 15.09.03 - Vigência: 05 anos, a partir de 15.09.03 -
3 Resumo do Objeto: Cooperação técnica e a conjugação de esforços para o
4 desenvolvimento de jogos que integrarão o material da Olimpíada Evoluindo Saúde -
5 Parecer CEPE-110/04; 42) PROC.Nº 05-P-20262/02, em nome da FACULDADE DE
6 ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO - Espécie: Convênio -
7 Partes: UNICAMP e a SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento
8 S.A. - Executores: Ricardo de Lima Isaac e Edevar Luvizotto Júnior - Data de
9 Assinatura: 27.08.03 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Estabelecer uma ampla
10 cooperação técnico-científica nas áreas de Ciência e Tecnologia - Parecer CEPE-77/04;
11 43) PROC.Nº 09-P-00455/02, em nome do INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
12 HUMANAS - Espécie: 5º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação celebrado em
13 23.12.96 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e o Conselho Nacional de Desenvolvimento
14 Científico e Tecnológico – CNPq - Data de Assinatura: 11.09.03 - Vigência: até
15 21.06.04 - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência do Convênio de Cooperação
16 visando dar continuidade a execução do projeto: “Identidades: Reconfigurações de
17 Cultura e Política” - Parecer CEPE-78/04; 44) PROC.Nº 29-P-27600/03, em nome da
18 FACULDADE DE ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO - Espécie:
19 Convênio de Cooperação - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a AES TIETÊ S.A. -
20 Executores: Secundino Soares Filho e Takaaki Ohishi - Data de Assinatura: 15.09.03 -
21 Vigência: 12 meses, a partir de 15.09.03 - Recursos: R\$ 215.040,00 - Resumo do
22 Objeto: Estabelecimento de um programa de cooperação e intercâmbio científico e
23 tecnológico entre as partes supracitadas para a execução de atividades de pesquisa e
24 desenvolvimento tecnológico, com base na Lei 9.991, de 24.07.00 e no Decreto 3.867,
25 de 16.07.01, visando estudar diferentes alternativas de cálculo de Energia Assegurada
26 de usinas hidrelétricas no sentido de se obter uma metodologia simples, transparente e
27 equânime que possa ser utilizada pelo setor elétrico brasileiro - Parecer CEPE-79/04;
28 45) PROC.Nº 15-P-15833/03, em nome do HOSPITAL DE CLÍNICAS - Espécie:
29 Convênio - Partes: UNICAMP e a Polícia Civil do Estado de São Paulo - Executores:
30 Adriano Fregonesi e Luiz Roberto Lopes - Data de Assinatura: 01.10.03 - Vigência: 05
31 anos, a partir de 01.10.03 - Resumo do Objeto: Contar com colaboração da Polícia Civil
32 através do apoio do Serviço Aerotático – SAT, para utilização de seus helicópteros e
33 equipe, para transportar a Equipe de Transplante de Órgãos do Hospital das Clínicas da
34 UNICAMP responsável pela captação de órgãos humanos, em situação de emergência -
35 Parecer CAD-32/04; 46) PROC.Nº 01-P-24509/03, em nome da REITORIA - Espécie:
36 Convênio - Unidade Executora: CEPAGRI - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a
37 Syngenta Proteção de Cultivos Ltda - Executores: Hilton Silveira Pinto e Jurandir Zullo
38 Júnior - Data de Assinatura: 27.11.03 - Vigência: 10 meses, a partir de 27.11.03 -
39 Recursos: R\$ 300.000,00 - Resumo do Objeto: Desenvolvimento de pesquisas na área
40 de agrometeorologia visando estabelecer um sistema informatizado para previsão de

1 surtos epidêmicos do fungo *Phakopsora pachyrhizi*, causador de ferrugem na soja -
2 Parecer CEPE-81/04; 47) PROC.Nº 29-P-27637/03, em nome da FACULDADE DE
3 ENGENHARIA ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO - Espécie: Convênio de
4 Cooperação Técnico-Científica - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a CTEEP -
5 Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - Executores: Carlos Alberto de
6 Castro e Luiz Carlos Pereira da Silva - Data de Assinatura: 01.12.03 - Vigência: 12
7 meses, a partir de 01.12.03 - Recursos: R\$ 99.920,00 - Resumo do Objeto: Cooperação
8 técnica entre as partícipes, para a realização de pesquisas na área de transmissão de
9 energia elétrica, visando à execução do projeto 0068-018/2003, denominado
10 “Desenvolvimento de uma Ferramenta Computacional para Análise de Segurança de
11 Redes de Transmissão de Energia Elétrica com relação à Estabilidade de Tensão” -
12 Parecer CEPE-82/04; 48) PROC.Nº 01-P-22269/01, em nome do CENTRO DE
13 ESTUDOS DO PETRÓLEO - Espécie: Termo Aditivo Nº 01 ao Termo de
14 Compromisso Nº 650.4.090.01.9 celebrado em 03.12.01 - Partes:
15 UNICAMP/FUNCAMP e a PETROBRAS - Executores: Marco Aurélio Cremasco e
16 Antonio Carlos L. Lisboa - Data de Assinatura: 03.12.03 - Vigência: até 02.12.04 -
17 Resumo do Objeto: Prorrogar por mais 365 dias a partir de 03.12.03, o prazo de
18 vigência do Termo de Compromisso CENPES – 650.4.090.01.9 - Parecer CAD-34/04;
19 49) PROC.Nº 34-P-27355/03, em nome do INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO -
20 Espécie: Convênio - Partes: UNICAMP e a IBM Brasil – Indústria, Máquinas e
21 Serviços Ltda - Executores: Ricardo de Oliveira Anido e Paulo Lício de Geus - Data de
22 Assinatura: 04.12.03 - Vigência: 05 anos, a partir de 04.12.03 - Resumo do Objeto:
23 Cooperação entre os partícipes nas áreas de Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação
24 Avançada de Recursos Humanos - Parecer CEPE-84/04; 50) PROC.Nº 34-P-27356/03,
25 em nome do INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO - Espécie: Termo Aditivo Nº 01 ao
26 Convênio - Partes: UNICAMP e a IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda -
27 Executores: Ricardo de Oliveira Anido e Paulo Lício de Geus - Data de Assinatura:
28 04.12.03 - Vigência: 12 meses, a partir de 04.12.03 - Recursos: US\$ 25.000,00 -
29 Resumo do Objeto: Colaboração entre os partícipes na criação de um Centro, nos
30 laboratórios do Instituto de Computação da UNICAMP, destinado a ajudar na
31 maturação da arquitetura independente Linux como padrão corporativo, mediante o
32 trabalho conjunto com a comunidade de software aberto, em conformidade com as
33 normas e metodologias da IBM aplicáveis (“Linux Technology Center – Projeto LTC”) -
34 Parecer CEPE-85/04; 51) PROC.Nº 11-P-24360/03, em nome do INSTITUTO DE
35 QUÍMICA - Espécie: Convênio de Cooperação Técnica e Financeira - Partes: Empresa
36 Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e a FUNCAMP/UNICAMP -
37 Executores: Isabel Cristina Sales Fontes Jardim e Carol H. Collins - Data de Assinatura:
38 11.12.03 - Vigência: até 10.12.06 - Recursos: R\$ 249.210,00 - Resumo do Objeto:
39 Integração de esforços entre as partícipes, cabendo à Executora a execução do
40 Subprojeto (03/01) título: “Comportamento de herbicidas em milho e soja e implicações

1 na qualidade das águas superficiais e subterrâneas”, de maneira consistente e em
2 consonância com o Projeto (145-02/01) título: “Manejo Agroecológico das áreas de
3 recarga do aquífero guarani na região das nascentes do Rio Araguaia – GO/MT” -
4 Parecer CEPE-87/04; 52) PROC.Nº 01-P-22383/03, em nome da PRÓ-REITORIA DE
5 EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS - Espécie: Termo Aditivo Nº 02 ao
6 Convênio celebrado em 31.10.03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a Prefeitura
7 Municipal de Morungaba - Executores: Miguel Juan Bacic e Renato Peixoto Dagnino -
8 Data de Assinatura: 12.12.03 - Vigência: 06 meses, a partir de 12.12.03 - Recursos: R\$
9 6.000,00 - Resumo do Objeto: Incubação de uma cooperativa popular de seleção de
10 resíduos sólidos, a partir de grupos organizados pela Prefeitura Municipal, que lhes
11 permita inserir-se no mercado de bens e serviços da região, criando postos de trabalho e
12 gerando renda para seus participantes, através de iniciativas econômicas baseadas nos
13 princípios da economia solidária e da autogestão - Parecer CEPE-91/04; 53) PROC.Nº
14 07-P-27672/03, em nome da REITORIA - Espécie: Convênio - Unidade Executora: IB -
15 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a Syngenta Proteção de Cultivos Ltda - Executores:
16 Dagmar Ruth Stach-Machado e José Raimundo Ribeiro dos Reis - Data de Assinatura:
17 19.12.03 - Vigência: 06 meses, a partir de 19.12.03 - Recursos: R\$ 28.341,00 - Resumo
18 do Objeto: Desenvolvimento de atividades de pesquisa na área de imunologia, visando
19 estabelecer um sistema de detecção do esporo do fungo *Phakopsora Pachyrhizi*,
20 causador da ferrugem da soja - Parecer CEPE-86/04; 54) PROC.Nº 04-P-26104/03, em
21 nome da FACULDADE DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS - Espécie: Convênio -
22 Partes: UNICAMP, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, a
23 Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC e a Fundação Núcleo de Tecnologia
24 Industrial – NUTEC - Executora: Walkíria Hanada Viotto - Data de Assinatura:
25 22.12.03 - Vigência: até 21.12.06 - Recursos: R\$ 218.810,00 - Resumo do Objeto:
26 Integração de esforços entre as partícipes para a execução dos subprojetos “Adequação
27 de tecnologias para produção de queijos regionais – queijo de coalho e queijo de
28 manteiga”; e “Difusão de tecnologias para melhoria da qualidade e padronização de
29 técnicas de processamento de queijos regionais” referentes ao “Projeto de Apoio ao
30 Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil – PRODETAB” - Parecer
31 CEPE-114/04; 55) PROC.Nº 04-P-26113/03, em nome da FACULDADE DE
32 ENGENHARIA DE ALIMENTOS - Espécie: Convênio - Partes: UNICAMP, a
33 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, a Fundação Cearense de
34 Pesquisa e Cultura – FCPC e a Faculdade de Ciências Farmacêuticas/USP - Executora:
35 Adriana Zerlotti Mercadante - Data de Assinatura: 22.12.03 - Vigência: até 21.12.06 -
36 Recursos: R\$ 433.200,00 - Resumo do Objeto: Integração de esforços entre as partícipes
37 para a execução dos subprojetos “Avaliação da composição e propriedades
38 antioxidantes e corantes dos carotenóides do bagaço do pedúnculo de caju”; e
39 "Avaliação da composição e propriedades antioxidantes dos polifenóis obtidos a partir
40 do bagaço do pedúnculo de caju”, referentes ao “Projeto de Apoio ao Desenvolvimento

1 de Tecnologia Agropecuária para o Brasil – PRODETAB” - Parecer CEPE-115/04; 56)
2 PROC.Nº 28-P-2753/04, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA
3 - Espécie: Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e o Instituto Nacional de
4 Colonização e Reforma Agrária – INCRA - Executores: Sônia Maria P. P. Bergamasco
5 e Julieta A. de Oliveira - Data de Assinatura: 26.12.03 - Vigência: 12 meses, a partir de
6 26.12.03 - Recursos: R\$ 125.000,00 - Resumo do Objeto: Desenvolver o Curso de
7 Formação de 50 Gestores da Produção Agropecuária em Assentamentos Rurais de
8 Reforma Agrária, conforme consta do projeto “Formação de Gestores da Produção
9 Agropecuária em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária”, aprovado pela
10 Coordenação Pedagógica Nacional e Direção Executiva do Programa Nacional de
11 Educação na Reforma Agrária – PRONERA - Parecer CEPE-116/04; 57) PROC.Nº 05-
12 P-2141/04, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA
13 E URBANISMO - Espécie: Convênio Nº 69005/03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e
14 Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. – USIMINAS - Executores: Leandro
15 Palermo Júnior e João Alberto Venegas Requena - Data de Assinatura: 30.12.03 -
16 Vigência: 05 anos, a partir de 30.12.03 - Resumo do Objeto: Propiciar o
17 desenvolvimento conjunto de atividades técnicas, científicas e outras de interesse
18 mútuo, relacionadas ao tema desenvolvimento do uso do aço na construção civil -
19 Parecer CEPE-117/04; 58) PROC.Nº 05-P-2149/04, em nome da FACULDADE DE
20 ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO - Espécie: Termo Aditivo
21 Nº 01 ao Convênio supracitado - Partes: UNICAMP e Usinas Siderúrgicas de Minas
22 Gerais S. A. – USIMINAS - Executores: Leandro Palermo Júnior e João Alberto
23 Venegas Requena - Data de Assinatura: 30.12.03 - Vigência: 05 anos, a partir de
24 30.12.03 - Recursos: R\$ 724,52 por aluno bolsista - Resumo do Objeto: Estabelecer as
25 condições para o fornecimento de bolsas de estudo pela USIMINAS para o Curso de
26 Pós-Graduação da FEC/UNICAMP com ênfase em Estruturas e Construções Metálicas -
27 Parecer CEPE-118/04; 59) PROC.Nº 07-P-21933/03, em nome da REITORIA -
28 Espécie: Convênio - Partes: UNICAMP e a Associação Obra Pró-Libera – AOPL -
29 Vigência: 05 anos, a partir da assinatura - Resumo do Objeto: Cooperação técnica e a
30 conjugação de esforços nas áreas de cultura e extensão universitária - Parecer CEPE-
31 119/04; 60) PROC.Nº 07-P-21935/03, em nome do INSTITUTO DE BIOLOGIA -
32 Espécie: Termo Aditivo Nº 001 ao Convênio supracitado - Partes: UNICAMP e a
33 Associação Obra Pró-Libera – AOPL - Vigência: 02 anos, a partir da assinatura -
34 Resumo do Objeto: Cooperação técnica e a conjugação de esforços para a realização e
35 execução das Olimpíadas Evoluindo Genética e Evoluindo Saúde em Campos de Jordão
36 a partir do ano de 2003 - Parecer CEPE-120/04; 61) PROC.Nº 09-P-28048/03, em nome
37 do INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - Espécie: Convênio -
38 Partes: UNICAMP e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA -
39 Executores: Guilherme Raul Ruben e Alícia Ferreira Gonçalves - Vigência: 12 meses -
40 Resumo do Objeto: Estabelecer as condições básicas e as normas gerais para a

1 conjugação de esforços entre os partícipes, por intermédio do Departamento de
2 Antropologia, visando desenvolver ações conjuntas destinadas a viabilizar o
3 desenvolvimento do Trabalho de Pesquisa de Cultura Organizacional, por meio de um
4 estudo etnográfico - Parecer CEPE-121/04; 62) PROC.Nº 01-P-26873/03, em nome da
5 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA E BENEFÍCIOS - Espécie: Convênio - Partes:
6 UNICAMP e a VR - Vale Refeição Ltda - Executores: Divaldo Faria de Mello e
7 Walkíria Walin dos Santos Lucas - Vigência: 24 meses, a partir de 01.01.04 - Resumo
8 do Objeto: Prestação dos serviços de intermediação na aquisição de benefícios e/ou
9 serviços pela pessoa jurídica Contratante, para utilização por seus funcionários ou
10 pessoas indicadas, mediante fornecimento de vales ou cartões e respectivas senhas, bem
11 como a disponibilização de valores para utilização, doravante “Crédito” ou “Créditos” -
12 Parecer CAD-35/04; 63) PROC.Nº 03-P-13644/00, em nome da FACULDADE DE
13 ENGENHARIA MECÂNICA - Espécie: Termo Aditivo Nº 03 ao Convênio de
14 Cooperação celebrado em 10.07.01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a Universidade
15 Estadual do Maranhão - Data de Assinatura: 10.01.04 - Vigência: de 21.01.02 a
16 10.12.04 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência por mais 11 meses do Termo
17 Aditivo nº 02 firmado em 21.01.02, que objetiva o oferecimento de uma turma do Curso
18 de Mestrado Profissional em Engenharia Mecânica, para alunos oriundos do corpo
19 docente da UEMA e/ou IES associados, sem a necessidade de deslocamento para
20 Campinas, a critério da CPG/FEM - Parecer CEPE-92/04; 64) PROC.Nº 29-P-
21 24919/03, em nome da REITORIA - Espécie: Acordo de Cooperação - Unidade
22 Executora: FEEC - Partes: UNICAMP e a L'École Normale Supérieure de Cachan –
23 França - Executores: João Marcos Travassos Romano e Michel Daoud Yacoub - Data
24 de Assinatura: 12.01.04 - Vigência: 05 anos, a partir de 12.01.04 - Resumo do Objeto:
25 Promover a cooperação entre ambas as instituições, em áreas de mútuo interesse,
26 através de intercâmbio de docentes e pesquisadores; implementação de projetos
27 conjuntos de pesquisa; promoção de eventos científicos e culturais; intercâmbio de
28 informações e publicações acadêmicas; e intercâmbio de estudantes - Parecer CEPE-
29 93/04; 65) PROC.Nº 29-P-24923/03, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA
30 ELÉTRICA E DE COMPUTAÇÃO - Espécie: Termo Aditivo Nº 01 ao Acordo de
31 Cooperação - Partes: UNICAMP e a L'École Normale Supérieure de Cachan – França -
32 Executores: João Marcos Travassos Romano e Michel Daoud Yacoub - Vigência: 05
33 anos, a partir da assinatura - Resumo do Objeto: Colaboração em áreas afeitas à
34 engenharia elétrica, particularmente em telecomunicações e processamento de sinais,
35 por meio da organização de um programa acadêmico - Parecer CEPE-94/04; 66)
36 PROC.Nº 14-P-24622/02, em nome do CENTRO DE TECNOLOGIA - Espécie: Termo
37 Aditivo Nº 02 ao Convênio celebrado em 06.02.03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a
38 Eletrovento Ltda. ME - Executores: Davi I. Sales e Alberto Duque Portugal - Data de
39 Assinatura: 22.01.04 - Vigência: de 12.03.03 a 15.03.05 - Recursos: R\$ 300,00 por mês
40 - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência do Convênio original por mais 12 meses e

1 alterar o valor da contribuição mensal - Parecer CEPE-96/04; 67) PROC.Nº 14-P-
2 24628/02, em nome do CENTRO DE TECNOLOGIA - Espécie: Termo Aditivo Nº 02
3 ao Convênio celebrado em 06.02.03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a Treinamento,
4 Consultoria, Projeto e Pesquisa em Telecomunicações Ltda - Executores: Davi I. Sales e
5 Alberto Duque Portugal - Data de Assinatura: 22.01.04 - Vigência: de 12.03.03 a
6 15.03.05 - Recursos: R\$ 300,00 por mês - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência do
7 Convênio original por mais 12 meses e alterar o valor da contribuição mensal - Parecer
8 CEPE-97/04; 68) PROC.Nº 14-P-24624/02, em nome do CENTRO DE TECNOLOGIA
9 - Espécie: Termo Aditivo Nº 02 ao Convênio celebrado em 06.02.03 - Partes:
10 UNICAMP/FUNCAMP e a Green Technologies Projetos Agroindustriais S/C. Ltda -
11 Executores: Davi I. Sales e Alberto Duque Portugal - Data de Assinatura: 22.01.04 -
12 Vigência: de 12.03.03 a 15.03.05 - Recursos: R\$ 300,00 por mês - Resumo do Objeto:
13 Prorrogar a vigência do Convênio original por mais 12 meses e alterar o valor da
14 contribuição mensal - Parecer CEPE-98/04; 69) PROC.Nº 14-P-24625/02, em nome do
15 CENTRO DE TECNOLOGIA - Espécie: Termo Aditivo Nº 02 ao Convênio celebrado
16 em 06.02.03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a IGNIS Comunicações S/C. Ltda -
17 Executores: Davi I. Sales e Alberto Duque Portugal - Data de Assinatura: 22.01.04 -
18 Vigência: de 12.03.03 a 15.03.05 - Recursos: R\$ 450,00 por mês - Resumo do Objeto:
19 Prorrogar a vigência do Convênio original por mais 12 meses e alterar o valor da
20 contribuição mensal - Parecer CEPE-99/04; 70) PROC.Nº 14-P-24626/02, em nome do
21 CENTRO DE TECNOLOGIA - Espécie: Termo Aditivo Nº 02 ao Convênio celebrado
22 em 06.02.03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a TECH CHROM Instrumentos
23 Analíticos Ltda. – ME - Executores: Davi I. Sales e Alberto Duque Portugal - Data de
24 Assinatura: 22.01.04 - Vigência: de 12.03.03 a 15.03.05 - Recursos: R\$ 450,00 por mês
25 - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência do Convênio original por mais 12 meses e
26 alterar o valor da contribuição mensal - Parecer CEPE-100/04; 71) PROC.Nº 14-P-
27 24630/02, em nome do CENTRO DE TECNOLOGIA - Espécie: Termo Aditivo Nº 02
28 ao Convênio celebrado em 06.02.03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a TECH
29 CHROM Instrumentos Analíticos Ltda. – ME - Executores: Davi I. Sales e Alberto
30 Duque Portugal - Data de Assinatura: 22.01.04 - Vigência: de 12.03.03 a 15.03.05 -
31 Recursos: R\$ 300,00 por mês - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência do Convênio
32 original por mais 12 meses e alterar o valor da contribuição mensal - Parecer CEPE-
33 101/04; 72) PROC.Nº 14-P-24629/02, em nome do CENTRO DE TECNOLOGIA -
34 Espécie: Termo Aditivo Nº 02 ao Convênio celebrado em 06.02.03 - Partes:
35 UNICAMP/FUNCAMP e a TECH CHROM Instrumentos Analíticos Ltda. – ME -
36 Executores: Davi I. Sales e Alberto Duque Portugal - Data de Assinatura: 22.01.04 -
37 Vigência: de 12.03.03 a 15.03.05 - Recursos: R\$ 300,00 por mês - Resumo do Objeto:
38 Prorrogar a vigência do Convênio original por mais 12 meses e alterar o valor da
39 contribuição mensal - Parecer CEPE-102/04; 73) PROC.Nº 14-P-24631/02, em nome do
40 CENTRO DE TECNOLOGIA - Espécie: Termo Aditivo Nº 02 ao Convênio celebrado

1 em 06.02.03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a TECH CHROM Instrumentos
2 Analíticos Ltda. – ME - Executores: Davi I Sales e Alberto Duque Portugal - Data de
3 Assinatura: 22.01.04 - Vigência: de 12.03.03 a 15.03.05 - Recursos: R\$ 300,00 por mês
4 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Convênio original por mais 12 meses e
5 alterar o valor da contribuição mensal - Parecer CEPE-103/04; 74) PROC.Nº 01-P-
6 1211/88, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA - Espécie: Termo
7 Aditivo Nº 01/2002 ao Convênio celebrado em 09.10.88 - Partes: UNICAMP e a
8 Universidade Regional de Blumenau - Executores: Milton Mori e Osvaldir Pereira
9 Taranto - Data de Assinatura: 28.01.04 - Vigência: até 09.10.06 - Resumo do Objeto:
10 Alterar a Cláusula Terceira que trata da vigência do referido Convênio, que visa o
11 desenvolvimento de programas na área de ensino de Engenharia Química - Parecer
12 CEPE-105/04; 75) PROC.Nº 01-P-1714/04, em nome da REITORIA - Espécie: Termo
13 de Instituição de Consórcio de Cooperação Institucional - Partes: USP, UNICAMP e a
14 UNESP - Data de Assinatura: 29.01.04 - Vigência: 05 anos, a partir de 29.01.04 -
15 Resumo do Objeto: Instituição do Consórcio de Biblioteca Eletrônica de Bases de
16 Dados Referenciais e Textuais de Revistas Científicas Internacionais, que entre si
17 celebram as Universidades Estaduais Paulistas: USP, UNICAMP e UNESP, doravante
18 denominado Consórcio, para as Instituições de Ensino e Pesquisa do Estado de São
19 Paulo, bem como o estabelecimento de condições gerais para a realização de atividades
20 conjuntas tendentes a sua implementação - Parecer CAD-37/04; 76) PROC.Nº 18-P-
21 18348/03, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA - Espécie:
22 Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e o Instituto Politécnico de Leiria
23 (Portugal) - Vigência: 05 anos. - Resumo do Objeto: promover a cooperação entre
24 ambas as instituições, em áreas de mútuo interesse, através de intercâmbio de docentes e
25 pesquisadores; implementação de projetos conjuntos de pesquisa; promoção de eventos
26 científicos e culturais; intercâmbio de informações e publicações acadêmicas; e
27 intercâmbio de estudantes - Parecer CEPE-88/04; 77) PROC.Nº 18-P-18351/03, em
28 nome da FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA - Espécie: Termo Aditivo nº
29 01 ao Acordo de Cooperação supracitado - Partes: UNICAMP e o Instituto Politécnico
30 de Leiria (Portugal) - Executores: Rubens Maciel Filho e Maria Regina Wolf Maciel -
31 Vigência: 05 anos, a partir da assinatura - Resumo do Objeto: colaboração das duas
32 instituições na organização do projeto intitulado: Desenvolvimento de Técnicas e
33 Procedimentos para Construção de Modelos Matemáticos e Físicos de Protótipos e
34 Sistemas usando Técnicas de Projeto Auxiliado por Computador (CAD) e Projetos
35 Operados por Computador (COS) - Parecer CEPE-89/04; b) Homologados os
36 Convênios e Aprovados os Relatórios de Atividades: 78) PROC.Nº 01-P-13534/01, em
37 nome da PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS -
38 Homologado: Convênio - Partes: Jornal Folha de São Paulo, a Discurso Editorial, a
39 USP/EDUSP, a UNESP/EDUNESP, a UFMG/Editora UFMG e a
40 UNICAMP/EDUNICAMP - Data de Assinatura: 10.07.01 - Vigência: 24 meses -

1 Recursos: R\$ 5.500,00 por mês - Resumo do Objeto: Estabelecer a associação da USP,
2 UNESP, UFMG/Editora UFMG, da UNICAMP, da Folha e da Discurso, na elaboração
3 do Jornal de Resenhas, que será publicado mensalmente pela Folha - Aprovado:
4 Relatório de Atividades do Convênio supracitado - Período: 10.07.01 a 09.07.03 -
5 Pareceres CAD-39/04 e da Unidade; 79) PROC.Nº 7748/89, em nome da
6 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - Homologados: 1) Convênio -
7 Unidade Executora: FEM - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Eletrometal S.A. - Metais
8 Especiais - Executores: Rezende Gomes dos Santos e Paulo Roberto Mei - Data de
9 Assinatura: 01.08.89 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: Ampla cooperação
10 técnico-científica envolvendo as duas entidades no desenvolvimento de projetos
11 diversos; 2) Termo Aditivo Nº 01 ao Convênio supracitado - Data de Assinatura:
12 10.10.89 - Recursos: 18.930,00 (BTN) - Resumo do Objeto: Desenvolvimento e a
13 aplicação de um modelo matemático, baseado em métodos numéricos, que permita a
14 análise da solicitação de aços em processos de lingotamento estático - Aprovado:
15 Relatório de Atividades do Convênio supracitado - Período: 01.08.89 a 09.10.90 -
16 Pareceres CEPE-122/04 e da Unidade; 80) PROC.Nº 01-05790/92, em nome do
17 INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - Homologado: Termo de Re-
18 Ratificação ao Termo Aditivo assinado em 24.12.92 ao Convênio de Intercâmbio -
19 Partes: UNICAMP e a Fundação Bienal de São Paulo - Executores: Jorge Sidney Coli
20 Júnior e Nelson Alfredo Aguilar - Data de Assinatura: 18.05.98 - Vigência: 05 anos, a
21 partir de 18.05.98 - Resumo do Objeto: Alterar a Cláusula Quarta do Termo Aditivo
22 supracitado que trata da vigência - Aprovado: Relatório de Atividades do Termo
23 Aditivo supracitado, que objetivou a execução conjunta de um programa de organização
24 e pesquisa dos arquivos da Bienal - Período: 24.12.92 a 17.05.03 - Pareceres CEPE-
25 123/04 e CONEX; c) Relatório de Atividades de Convênio - Aprovados: 81) PROC.Nº
26 31-P-22382/01, em nome do CENTRO PLURIDISCIPLINAR DE PESQUISAS
27 QUÍMICAS, BIOLÓGICAS E AGRÍCOLAS - Espécie: Relatório de Atividades do
28 Termo Aditivo Nº 01 de Convênio - Partes: UNICAMP e Centro de Ação Comunitária
29 de Paulínia - CACO - Executores: Pedro Melillo Magalhães e João Alexandre Ferreira
30 da Rocha Pereira - Data de Assinatura: 23.01.02 - Período: 23.01.02 a 22.01.04 -
31 Resumo do Objeto: Proporcionar treinamento em canteiros de plantas medicinais e
32 aromáticas a pessoas do grupo de terceira idade ligado à Assessoria de Promoção Social
33 da Prefeitura de Paulínia - Parecer CONEX. P - ÁREA DE PRESTAÇÃO DE
34 SERVIÇOS - Abertura - Aprovada: 82) PROC.Nº 02-P-785/03, em nome da
35 FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS - Área de prestação de serviços de pequena
36 monta vinculada à Comissão de Extensão Universitária da FCM, visando acompanhar,
37 fiscalizar, viabilizar e dar andamento à tramitação de projetos de pesquisa clínica
38 custeados por indústrias farmacêuticas, realizadas ou não na UNICAMP - Parecer
39 CAD-40/04. Q - CESSÕES DE USO DE BENS MÓVEIS - Aprovadas: 83) PROC.Nº
40 01-P-4182/97, em nome do INSTITUTO DE QUÍMICA - Termo Aditivo ao Termo de

1 Autorização de Uso de Bens Móveis da UNICAMP em favor da FUNCAMP, visando
2 acrescentar bens ao Anexo I, que já se encontram alocados no Laboratório da Receita
3 Federal de Santos– Parecer CAD-29/04; 84) PROC.Nº 10-P-1157/04, em nome do
4 INSTITUTO DE MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA –
5 Termo de Autorização de Uso de Bens Móveis da UNICAMP ao Instituto de Pesquisa
6 Dr. Domingos A. Boldrini, de 01 microcomputador, 01 monitor e 01 teclado, pelo
7 período de 12 meses – Parecer CAD-28/04; 85) PROC.Nº 11-P-26037/02, em nome do
8 APOIO FINANCEIRO – Termo de Cessão de Uso da UNICAMP, em favor da
9 Universidade Federal de Viçosa/MG, de 01 Espectrofotômetro UV/VIS modelo 1020s,
10 série 91822, marca CICIL, 01 Bomba Peristáltica, modelo IPC 04, marca ISMATEC,
11 por 05 anos, a partir da assinatura – Parecer CAD-42/04. R –
12 AUTORIZAÇÃO/PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS – Aprovadas: 86)
13 PROC.Nº 15-P-24119/02, em nome do NÚCLEO DE VIGILÂNCIA
14 EPIDEMIOLÓGICA – Termo de Autorização de Uso da UNICAMP ao paciente Martin
15 Robert Kershbaum Brognoni, de 01 cadeira de rodas, patrimoniada sob o nº PI
16 15/31027, pelo período de 02 anos – Parecer CAD-41/04; 87) PROC.Nº 01-P-24498/97,
17 em nome da ÁREA DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES – Termo de Permissão de
18 Uso da UNICAMP em favor da Cooperativa de Crédito da UNICAMP –
19 COOPERUNICAMP, de diversos bens, pelo período de 05 anos, a partir da assinatura –
20 Parecer CAD-45/04. ORDEM DO DIA SUPLEMENTAR - A - CONGREGAÇÃO -
21 Atas de Eleições – Aprovadas: 01) PROC.Nº 26-P-18170/96, em nome do INSTITUTO
22 DE ECONOMIA - Atas de Eleições para representação docente, discente e técnico-
23 administrativos, realizadas em 13, 14 e 15.04.04 – Parecer PG-1227/04. A seguir, o
24 MAGNÍFICO REITOR passa à discussão do item 01 do Adendo à Ordem do Dia, que
25 trata do PROC.Nº 01-P-10966/04, em nome da COORDENADORIA GERAL DA
26 UNIVERSIDADE - Minuta de Deliberação que estabelece o Programa de Ação
27 Afirmativa para Inclusão Social na UNICAMP e Relatório do Grupo de Trabalho de
28 Inclusão Social designado através da Resolução GR-55/03 – Parecer PG-1246/04.
29 Relata que esse Grupo de Trabalho foi formado no mês de agosto do ano passado em
30 função de solicitação do Conselho Universitário de que organizassem uma discussão
31 sobre os temas relativos a inclusão social. Foi realizada uma Sessão Especial do
32 Conselho Universitário onde o Coordenador do Vestibular, Professor Leandro Tessler e
33 o Coordenador de Pesquisa, Professor Renato Pedrosa, fizeram apresentações sobre os
34 exames de seleção da UNICAMP e as características dos estudantes. A partir daquela
35 reunião compuseram o Grupo de Trabalho que reuniu-se várias vezes nesse período e
36 elaborou o relatório que está apresentado das páginas 04 a 14 da Ordem do Dia. A partir
37 deste relatório foi produzida a proposta que está nas páginas de 01 a 03, que é uma
38 Minuta de Deliberação do Conselho Universitário. O Grupo de Trabalho então,
39 presidido pelo Professor Tadeu, analisou vários aspectos relativos a inclusão social na
40 UNICAMP, em universidades brasileiras e também em universidades estrangeiras, e

1 consolidou um estudo muito importante que a Comissão dos Vestibulares havia
2 realizado, verificando que no mesmo bloco de notas no vestibular, estudantes oriundos
3 da escola pública e no mesmo curso, demonstram desempenho acadêmico superior
4 àquele dos estudantes oriundos da escola privada. Isso não quer dizer que em qualquer
5 condição estudantes da escola pública apresentam desempenho superior, e sim que tiram
6 notas semelhantes no vestibular e estão no mesmo curso, aí sim verifica-se esse
7 desempenho superior. Esse estudo foi detalhado e refeito pela Coordenação de Pesquisa
8 dos Vestibulares da UNICAMP e recentemente foi refeito de maneira independente pelo
9 Professor José Norberto Walter Dachs, do Departamento de Estatística do IMECC, o
10 qual também chegou as mesmas conclusões, demonstrando que há um grau elevado de
11 certeza estatística sobre esta conclusão. De posse desses resultados, o Grupo de
12 Trabalho considerou que seria adequado que a UNICAMP realizasse uma ênfase na
13 admissão de estudantes oriundos de escolas públicas e discutiu várias possibilidades,
14 chegando a proposta de uma adição de 30 pontos na Nota Padrão de Opção do
15 Vestibular. Essa adição foi ensaiada pelo Grupo de Trabalho com vários parâmetros
16 diferentes e verificam que pode-se estimar, a partir dos dados de 2004, que a quantidade
17 de estudantes oriundos de escola pública que ingressarão na UNICAMP deverá crescer
18 em aproximadamente 200, um percentual que subiria, na primeira chamada do
19 vestibular, de 25 para 33%. É importante notar que esse percentual de ingressantes da
20 escola pública que ocorre na primeira chamada do vestibular, nas chamadas
21 subsequentes há mais estudantes de escola pública que entram, esse número chega perto
22 30%, a média histórica é 31%. Não se pode fazer a simulação para as outras chamadas,
23 porque depende das intenções dos candidatos para segunda e terceira opções. Então,
24 depois das decisões dos candidatos não dá mais para fazer a simulação nesse formato. O
25 Grupo de Trabalho considerou esta estratégia bastante adequada, porque está coerente
26 com três valores muito importantes para a comunidade da UNICAMP: 1) autonomia,
27 seguidamente defendida, que pressupõe uma parte importante do seu exercício para se
28 selecionar os estudantes que vão cursar os cursos da UNICAMP; 2) valor acadêmico,
29 qualificação e mérito, que é completamente respeitado nessa proposição e nesta
30 estratégia, aliás, uma descoberta bastante original, porque o Brasil inteiro pensa que ao
31 se fazer mais inclusão nas universidades públicas brasileiras, necessariamente deverão
32 conviver com uma perda de qualidade dos estudantes admitidos. O que a UNICAMP
33 está demonstrando é que não podem generalizar isso para outras instituições, cada uma
34 deverá fazer seus estudos, mas no caso da UNICAMP, está demonstrado com muita
35 certeza que esta ação de inclusão levará também a uma melhora da qualidade acadêmica
36 do corpo discente da UNICAMP; e 3) valor desse objetivo permanente da UNICAMP
37 de realizar ações que elevem a inclusão social e a diversidade em todos os seus cursos.
38 Então, a UNICAMP está fazendo uma proposição que alia o valor acadêmico à
39 inclusão, ao contrário do que o Brasil inteiro está pensando sobre essa questão, isso é
40 uma novidade importantíssima. Isso pode acontecer em outras instituições, mas também

1 pode não acontecer, há hipóteses de que isso depende bastante do formato do exame
2 vestibular que a UNICAMP faz atualmente, que é diferente daquele que outras
3 instituições fazem, mas são hipóteses, não há comprovação para isto. Outro aprendizado
4 que veio desse interessante trabalho feito por esse Grupo é a verificação que o processo
5 de seleção de estudantes para as universidades no Brasil é completamente baseado na
6 idéia do vestibular, e por várias boas razões aprendem a dar muito valor ao exame
7 vestibular, mas o vestibular avalia o conhecimento da pessoa naquela data do exame,
8 quando na verdade o que a Universidade gostaria de avaliar e de aferir é a capacidade de
9 aprendizado dessas pessoas. Tem uma similaridade entre as duas coisas, mas uma não é
10 idêntica a outra, e descobriram que poderão, se isso vier a ser aprovado, avaliar melhor
11 a capacidade de aprendizado e de desenvolvimento acadêmico dos candidatos a cursar a
12 UNICAMP se, além do exame vestibular, perguntarem ao candidato se ele cursou todo
13 o ensino médio numa escola pública ou privada. Essa pergunta ajuda a identificar a
14 capacidade acadêmica do estudante. Não sabem dizer nesse momento porque isso é
15 assim, mas conhecedores das universidades dizem que o ambiente na escola pública
16 permite um desenvolvimento intelectual melhor, porque o estudante tem que vencer
17 mais dificuldades. Se no vestibular o aluno que estudou em escola pública tirar uma
18 nota similar ao que estudou na escola privada, onde em geral as condições são melhores,
19 ele é mais capaz de aprender e vencer obstáculos. Então, na verdade as hipóteses são
20 interessantes, poderiam discutir sobre elas uma reunião inteira, espera que teses sejam
21 feitas na Faculdade de Educação sobre esse assunto. Hoje a conclusão é que eles têm
22 mesmo um desempenho melhor, desde que olhem na mesma faixa de notas no
23 vestibular e por isso se justifica a proposição. Outra questão muito importante é sobre a
24 cor da pele das pessoas. Está falando a cor da pele, porque não sabe se tem que falar
25 raça, etnia ou descendência, cada uma dessas coisas é sujeita a vários tipos de críticas.
26 Os levantamentos que existem no Brasil falam da cor da pele, porque é isso que as
27 pessoas declaram para o IBGE, então não está falando isso com nenhum conteúdo
28 ideológico ou de qualquer natureza. Essa questão também foi trabalhada e analisada
29 pelo Grupo de Trabalho que não chegou a uma conclusão a ponto de fazer uma
30 recomendação ao Conselho Universitário. O que o Grupo de Trabalho concluiu foi que
31 devem, e faz parte da proposição, estudar melhor as características de desempenho
32 acadêmico dos estudantes da UNICAMP em função da cor da pele, da mesma maneira
33 que estudaram essas características em função da origem da natureza administrativa da
34 escola onde cursaram o ensino médio. A Universidade só tem dados sobre a cor da pele
35 dos estudantes a partir de 2003, quando começou, por determinação do Ministério do
36 Trabalho, um levantamento sobre cor da pele da sua população. Houve muita oposição
37 em toda Universidade, várias organizações se manifestaram, trouxeram a questão ao
38 Conselho Universitário e à Câmara de Administração e a UNICAMP acabou por decidir
39 não fazer levantamentos dessa natureza, porque na época foram classificados como de
40 natureza racista e discriminatórios, como em geral são feitos os argumentos, as vezes

1 fogem um pouco da racionalidade e põem palavras mais fortes. O Grupo de Trabalho
2 verificou essa deficiência e recomenda que façam um censo dos estudantes da
3 UNICAMP, o que não é uma operação extremamente complicada, pode se fazer na
4 época das matrículas quando o estudante tem que preencher uma ficha, aí ele pode
5 declarar também a cor da pele, e de posse desses dados será possível realizar estudos
6 semelhantes a esses que foram feitos sobre a origem escolar e característica da cor da
7 pele. A Comissão de Pesquisa da COMVEST também fez um estudo tentando
8 identificar se a característica cor da pele traria resultados semelhantes a esses que se
9 verificou a partir da origem escolar. Como há um universo muito pequeno, os dados não
10 são estatisticamente significativos, é impossível concluir alguma coisa a partir dos
11 resultados que se obteve. O Grupo de Trabalho analisou esse dados e também que
12 quando se adiciona 30 pontos, que é a recomendação que está sendo feita, aos
13 estudantes oriundos das escolas públicas, o número de estudantes com cor da pele auto
14 declarada como preta ou parda, aumenta entre os ingressantes na UNICAMP
15 aproximadamente 15 ou 16, entretanto em alguns cursos esse número diminui. Quando
16 se faz o ensaio para o ano 2004, onde esse número diminui, na verdade é uma
17 diminuição de natureza quase estatística, porque a história é que se fizesse essa
18 simulação para outros anos, ou poderia não diminuir ou poderia diminuir em outros
19 cursos, não tem nem sequer uma correlação que permita dizer que é no curso de alta
20 demanda que é assim, ou é no de baixa demanda, não tem, é um efeito estatístico. Essa
21 diminuição acontece porque quando se faz um sistema para enfatizar escola pública,
22 estão tirando fora da lista alguém que cursou escola privada, mas isso é uma
23 consequência do sistema. Mesmo assim o Grupo de Trabalho considerou que aquela
24 proposição é unificadora e contou com o apoio quase unânime, pois um dos membros
25 não assinou o relatório, foi a da adição de pontos para os oriundos da escola pública,
26 porque esta é defensável completamente, é coerente com a cultura e as tradições da
27 UNICAMP, e o Grupo de Trabalho considerou também que devem realizar mais
28 estudos que permitam incluir o tema e a característica cor da pele nesse conjunto de
29 ações. Chama a atenção para a Minuta que está nas páginas 01, 02 e 03, que inclui uma
30 série de Considerandos, algo que não é muito comum no Conselho Universitário, mas
31 consideraram necessários porque, como esse assunto poderá estar sujeito à disputas
32 judiciais, quiseram afirmar muito claramente e de maneira auto contida, as razões e os
33 argumentos que levam a essa deliberação. Entre essas razões está uma que é a própria
34 Constituição Brasileira, que estabelece no Inciso V do Artigo 208 “que o acesso aos
35 níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, deve ser segundo a
36 capacidade de cada um”, portanto é uma obrigação das Universidades aferirem a
37 capacidade dos candidatos. Aferir a capacidade não é discriminação entre as pessoas,
38 não é dizer que uma é inferior a outra, é por exemplo, fazer um exame vestibular e
39 ninguém dizer perante a justiça que isso é discriminação porque um tirou uma nota mais
40 alta que o outro. Demonstram por um estudo cuidadoso e com boa metodologia que

1 aferir a capacidade, também no caso da UNICAMP, precisa incluir essa informação
2 sobre a origem escolar do candidato, por isso é totalmente consistente com a
3 Constituição Brasileira e não pode, referendada pelo parecer da Procuradoria Geral da
4 Universidade, ser considerado como discriminação de qualquer natureza entre os
5 indivíduos. Então, isso é um dado importante porque decisões dessa natureza podem
6 resultar em ações judiciais. Essa proposta é escudada do ponto de vista jurídico e
7 acadêmico e consideram uma boa luta para uma Universidade como a UNICAMP se
8 envolver, se for necessário que isso aconteça por causa da autonomia universitária. As
9 universidades têm que ter autonomia para estabelecer o sistema que considerarem
10 adequado e que forem capazes de justificar para selecionar os candidatos mais capazes,
11 isso é uma parte intrínseca da autonomia universitária e isso é fundamental para a
12 instituição. Apresentam também à proposta da adição de 30 pontos, a determinação no
13 Artigo 2º de realização de estudos para ampliação dos Programas de Assistência
14 Estudantil, porque pode-se esperar que ao se aumentar o número de estudantes oriundos
15 da escola pública, precisarão de mais apoio do ponto de vista de assistência estudantil,
16 então esses estudos deverão ser realizados para serem introduzidos ao orçamento de
17 2005. Além disso, no Artigo 3º a deliberação se refere, homologando a decisão que a
18 COMVEST tomou, de oferecer 5868 isenções integrais nas taxas do vestibular, 100
19 isenções integrais exclusivas para funcionários da UNICAMP e FUNCAMP e um
20 número ilimitado de isenções integrais para candidatos que optem pelos cursos de
21 Matemática - Licenciatura Noturno; Ciências Biológicas – Noturno; Letras -
22 Licenciatura Noturno; e Licenciatura Integrada em Química/Física – Noturno. Então,
23 trata-se de um programa de vários aspectos relativos a esse tema tão importante da
24 busca de maior inclusão nos cursos da Universidade. O Conselheiro ODIRLEI
25 CONRADO DE SOUSA com a palavra, explica que é membro do Grupo de Trabalho
26 sobre inclusão social e não assinou o relatório em respeito a deliberação da assembléia
27 geral dos estudantes que assim determinou, considerando basicamente a não reflexão
28 dentro do relatório da deliberação do V Congresso dos Estudantes da UNICAMP, que
29 prevê outra política de ação afirmativa, com um fator complicante que é a pouca
30 discussão que foi feita com a comunidade acadêmica como um todo e também com a
31 sociedade que é a mais diretamente interessada no assunto. Então, por esses motivos a
32 assembléia deliberou que não assinasse. Em relação a assistência estudantil, como
33 representante discente louva qualquer política que vise o aumento da assistência
34 estudantil, mas o fato de existir mais egressos de escola pública nos cursos de
35 graduação, não significa necessariamente que a UNICAMP está contribuindo com a
36 inclusão sócioeconômica. É fundamental deixar claro que grande parte dos estudantes
37 que entrarem através dessa proposta do Grupo de Trabalho, sejam egressos de escolas
38 públicas diferenciadas, que são as escolas técnicas estaduais e federais, a exemplo do
39 COTUCA, o CEFET e a ETECAP, que notadamente têm uma qualidade superior de
40 ensino e seu quadro discente tem estudantes de um nível socioeconômico elevado

1 também. Então, deixa claro a diferenciação entre egresso de escola pública e estudante
2 carente do ponto de vista socioeconômico. Acha que a proposta melhora um pouco em
3 relação ao que existe hoje, mas está longe de resolver o problema, e isso é consenso
4 entre todos. Termina reafirmando a deliberação do V Congresso dos Estudantes que é a
5 inclusão sócioeconômica de estudantes de graduação e pós-graduação na UNICAMP. O
6 Conselheiro MIGUEL LEONEL DOS SANTOS com a palavra, gostaria, como
7 representante e negro, dizer que essa discussão é extremamente importante, não só para
8 a UNICAMP, mas para toda sociedade e, em particular, para a raça negra que sofre um
9 processo de exclusão social muito maior do que os brancos pobres. É importante que
10 possam debater essa questão com tranqüilidade e com o maior número de informações
11 possíveis, para que o CONSU consiga decidir de maneira razoável para todos, em
12 particular para os mais excluídos. Pelos estudos que foram feitos na UERJ, que foi a
13 primeira universidade a fazer um processo de cotas, o desempenho acadêmico dos
14 negros e dos alunos de escola pública que ingressaram naquela universidade pelo
15 sistema de cotas, foi superior aos demais. É claro que não dá para comparar o vestibular
16 da UERJ com o vestibular da UNICAMP, mas dá para levar em consideração que é uma
17 universidade que foi muito criticada, e por casos polêmicos na auto declaração, se fez
18 toda uma propaganda contra a questão das cotas. Conclui dizendo que é membro do
19 Grupo de Trabalho de Inclusão Social e que foi feito um excelente trabalho na
20 condução, na coordenação e na discussão, de maneira que possibilitou a todos um
21 debate fraterno. Este Grupo de Trabalho até a última reunião avaliava uma boa proposta
22 do Professor Ripper, de cotas em torno de 15%, seria 10% para alunos da escola pública
23 e 5% para afrodescendentes em todos os cursos da UNICAMP. E como disse o
24 Professor Brito, houve um estudo que identificou a questão de que alunos oriundos da
25 escola pública quando ingressam na universidade com a mesma nota do aluno da escola
26 privada, obtém um rendimento superior, o que vem mais uma vez comprovar que a
27 questão acadêmica não sofrerá nenhum prejuízo ao incluir setores excluídos da
28 sociedade. A seguir solicita permissão para passar a palavra ao Senhor CELSO
29 RIBEIRO DE ALMEIDA, que diz que Campinas foi a última cidade do país a abolir a
30 escravidão negra e hoje estão discutindo numa reunião histórica a possibilidade de ter
31 cotas na UNICAMP. Sendo assim, gostaria de ler um documento que relata o avanço da
32 questão racial no país, com o seguinte teor: “O avanço da questão racial na sociedade
33 brasileira é evidente. Hoje, Zumbi dos Palmares é considerado um herói nacional. O dia
34 20 de novembro faz parte do calendário nacional como o ‘Dia da Consciência Negra’ e
35 é feriado em importantes cidades do país, inclusive em Campinas. Foi fundada a
36 primeira Universidade negra da América Latina, a Universidade Zumbi dos Palmares,
37 tendo como patrono o ex-Ministro Paulo Renato da Costa Souza e convênios com
38 importantes universidades públicas, inclusive com a UNICAMP. A denúncia do Brasil
39 na Organização Internacional do Trabalho em 1995 pela não implementação da
40 Convenção 111, que estabelece o fim da discriminação no emprego na ocupação, tem

1 orientado ações que visam coibir a discriminação no trabalho e na ocupação, inclusive
2 instituindo a obrigatoriedade do quesito raça/cor nos formulários da Relação Anual de
3 Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
4 (CAGED). Um número cada vez maior de políticas de promoção da igualdade racial
5 têm sido implementada, tais como: cotas para negros e afrodescendentes em
6 universidades públicas (Universidade Estadual da Bahia, Universidade Estadual do Rio
7 de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Universidade de Brasília,
8 Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal da Bahia, Universidade do
9 Paraná); programas de bolsas para negros e afrodescendentes do Instituto Rio Branco;
10 cotas nos cargos de confiança nos governos e exigência de contratação de trabalhadores
11 negros por prestadoras de serviço quando na terceirização dos serviços públicos, etc.
12 Para entender a necessidade de políticas públicas na promoção da igualdade racial é
13 necessário compreender o processo de formação da nação brasileira, cujo alicerce é o
14 sistema escravista. Como eloqüentemente descreveu Décio Freitas: “Nada menos de três
15 quartas partes desta história se desenvolveram sob o signo da escravatura como forma
16 de propriedade e produção. Em nenhum outro país do Novo Mundo, teve a instituição
17 vida tão longa. Implantada logo no início da colonização, apenas foi suprimida
18 formalmente nos fins do século XIX. Nos tempos modernos, o Brasil se singularizou
19 como o último país do mundo a aboli-la. Em quase todo novo mundo, a independência
20 nacional mais ou menos se fez acompanhar da abolição. As exceções foram o Brasil e
21 os Estados Unidos, porém houve uma diferença importante. Nos Estados Unidos a
22 escravidão apenas perdurou em algumas regiões e, no momento da independência, os
23 escravos não chegavam a perfazer 10% da população. No Brasil, enquanto isso, depois
24 da independência, a escravidão continuou abrangendo a totalidade do território e cerca
25 de metade de sua população ainda se compõe de escravos. O Brasil independente se
26 caracterizou como uma nação inconclusa, pois os escravos estavam legalmente
27 excluídos da nacionalidade. Naturalmente, a importância de escravismo brasileiro não
28 se mede apenas pela sua longevidade. Em parte nenhuma do Novo Mundo a escravidão
29 abarcou território tão vasto, a saber, um colosso de dimensões continentais. Ao passo
30 que em todos os países o trabalho escravo se combinou com diferentes formas de
31 trabalho não-escravo, no Brasil a produção baseada nos escravos primou de maneira
32 absoluta sobre qualquer outra. Não tiveram paralelo a quantidade, o valor e a variedade
33 das riquezas produzidas pelo trabalho escravo: o açúcar, o ouro, os diamantes, o fumo, o
34 algodão e o café”. Apesar do acúmulo da discussão da questão racial na sociedade e da
35 riqueza de diagnósticos quanto à situação da população negra no Brasil, ainda existe
36 uma dificuldade no momento de implementação de ações de combate as desigualdades
37 raciais, em especial, as denominadas ações afirmativas. Essa dificuldade pode estar
38 relacionada ao esgotamento das formas de intervenção que durante muitos anos
39 traduziam a luta de denúncia do racismo, que ainda não é necessário, mas não constitui
40 atualmente como único eixo de luta. Felizmente, a situação atual é melhor do que a

1 encontrada nas décadas passadas, em que o discurso da democracia racial brasileira era
2 defendido pelos governos e dominante nos meios acadêmicos. A partir da
3 democratização do país na década de 80, o Estado brasileiro passou a reconhecer a
4 existência do racismo e da discriminação racial no Brasil e para tanto iniciou-se a
5 adoção de políticas públicas pela igualdade racial. Primeiramente, pela constituição de
6 Conselhos de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e após pela
7 aprovação e implementação de legislação anti-racismo e valorização da comunidade
8 negra. A simples existência destes organismos estatais é uma aceitação pela sociedade
9 brasileira da necessidade de medidas que coíbam a discriminação racial e valorize a
10 comunidade negra. Entretanto, estas estruturas governamentais possuem ações
11 limitadas, sem que políticas mais agressivas na promoção da igualdade racial sejam
12 implementadas. A questão fundamental está nas diferentes práticas de implementação,
13 como relatou Souza, com relação a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de
14 história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. A
15 possibilidade aberta pela Lei 10.639/2003 é da construção a partir da escola de novas
16 relações sociais na promoção da igualdade racial, sendo que para isso, não devemos
17 mexer apenas nas práticas do cotidiano escolar, mas também nas práticas estruturantes
18 do sistema, ou seja, mexer no projeto político da escola, no Planejamento Escolar, na
19 Grade Curricular para garantir a implementação da Lei. Para a população negra não
20 basta apenas aprovação ou sanção governamental das leis, é preciso ainda a ação
21 militante para a implementação das leis. Para tanto, não basta à população negra ganhar
22 ou consolidar a sua visão de mundo no governo, é preciso alterar as relações de poder
23 na sociedade e para tanto é necessário a formação emergencial de negros em todos os
24 cursos e a universidade pública tem o dever de adotar políticas de inclusão social
25 específicas para a população negra e o sistema de cotas raciais é no momento a melhor
26 opção e que tem apoio da maioria da população brasileira. A adoção de políticas
27 públicas universalistas tais como políticas de inclusão social para egressos de escolas
28 públicas ou por critérios sócio econômicos não irá resolver o problema da exclusão de
29 negros e afrodescendentes na sociedade brasileira, pois como brilhantemente relatou a
30 pesquisadora Estela Garcia de Pinto Cunha, do Núcleo de Estudos da População da
31 UNICAMP, que vê na raça um critério de estratificação social no Brasil: 'A população
32 negra morre muito mais significativamente que a população branca. Muitas vezes na
33 mesma faixa de renda, no mesmo nível educacional e no mesmo local de residência. O
34 movimento negro cobra com razão uma dívida histórica'. A utilização de critérios
35 universalistas sem a componente racial irá reproduzir a discriminação racial acumulada
36 na histórica de vida de cada indivíduo. Portanto, para combater a discriminação racial
37 tem que ter a discriminação positiva baseada no quesito racial. A desigualdade social da
38 população negra é um câncer na sociedade brasileira, a adoção de políticas afirmativas
39 faz parte do tratamento, que com certeza deixará várias seqüelas, mas é necessário para
40 a construção da igualdade racial. A busca por uma política de ação afirmativa é a

1 oportunidade da sociedade brasileira acolher os negros, caso isso não ocorra não irá
2 restar outra alternativa para a população negra senão a reação violenta à discriminação
3 racial, inclusive com a formação de movimentos radicais e extremistas, que
4 legitimamente, irão lutar contra a violência racial imposta pela sociedade brasileira.
5 Nesse sentido é preciso recordar uma declaração de Milton Santos: ‘Eu me lembro de
6 duas pessoas importantes, o Florestan Fernandes e o Celso Furtado, em duas ocasiões
7 diferentes, uma em Nova York e outra em Paris, de onde ambos me disseram: daqui a
8 alguns anos vamos ter no Brasil reações violentas da parte dos negros em relação à
9 situação em que eles se encontram. Isso eles me disseram há vinte anos. Não aconteceu.
10 Espero que aconteça. Creio que inclusive processos como o da distribuição da educação
11 vão ajudar porque os negros que conseguem estudar descobrem que não têm igual
12 acesso às oportunidades e, sobretudo, eles sabem que raramente estarão em grandes
13 escolas. São grupos pouco numerosos e alguns deles se deixam cooptar de uma forma
14 ou de outra. Mas essa cooptação vai se tornar impossível daqui a algum tempo e daí o
15 vaticínio de Florestan Fernandes e Celso Furtado vai se realizar’. É importante, ainda,
16 que compreendamos que uma parte da população acostumada a pensar que a revelação
17 da discriminação se constitui ela própria em discriminação, terá dificuldade de aceitar a
18 utilização do quesito raça/cor no acesso à universidade. Porém, não podemos confundir
19 um instrumento para a promoção da igualdade racial com a violação dos direitos
20 individuais. Para que possamos combater efetivamente a discriminação racial é
21 necessário desvelarmos os privilégios dos brancos à custa dos prejuízos dos negros e
22 afrodescendentes no Brasil. Nesse sentido, recuperamos a manifestação do ex-
23 presidente do Supremo Tribunal Federal e ministro Marco Aurélio Mendes de Faria
24 Mello, na defesa do sistema de cotas e ações afirmativas para corrigir distorções
25 sofridas pelas ‘minorias’ no Brasil e que a neutralidade estatal mostrou-se nesses anos
26 um grande fracasso, sendo que o conceito ‘minorias’ refere-se a questão do acesso às
27 oportunidades. Sendo que tais iniciativas não se chocam com o texto constitucional,
28 porque, em última análise, o procedimento tem como objetivo a continuidade da própria
29 Constituição Federal. A citação do Ministro Marco Aurélio: ‘As normas proibitivas não
30 são suficientes para afastar do nosso cenário a discriminação. Nós precisamos contar, e
31 fica aqui o nosso apelo ao Congresso Nacional, com normas integrativas’. Ante ao todo
32 exposto e no ideal republicano de igualdade de oportunidades para todos, propomos a
33 adoção de uma cota de 30% das vagas de todos os cursos para negros e
34 afrodescendentes”. O Conselheiro MIGUEL LEONEL DOS SANTOS diz que, como o
35 Senhor Celso não é Conselheiro, apresenta a proposta de reserva de 30% de todas as
36 vagas de todos os cursos da UNICAMP para afrodescendentes e negros. O Conselheiro
37 JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO com a palavra, diz que foi um dos primeiros a introduzir
38 esse assunto no Conselho Universitário e que gostaria de colocar que a motivação para
39 isso foi o que o Professor Brito de uma certa forma ressaltou ao colocar a convergência
40 da proposta com a Constituição. Acha que o que justifica o ensino público gratuito, é o

1 investimento da sociedade nas pessoas que vão se formar e que esperam que tragam
2 uma contribuição. Então, a obrigação da Universidade é procurar a melhor forma de
3 escolher os alunos mais capazes de tornar esse investimento rentável. Gostaria também
4 de ressaltar a sua satisfação em participar do Grupo de Trabalho de Inclusão Social, que
5 embora tenha havido divergências de opiniões em várias ocasiões, nunca o debate foi
6 emocional, foi sempre procurando o processo racional, contrariando um pouco sua
7 expectativa. Ficou claro pelo trabalho do grupo e pela própria proposta, que esse não é
8 ainda o sistema ideal, mas é o que podem propor com as evidências que existem. Então,
9 acha importante que o Conselho crie um novo grupo para continuar junto com a
10 Comissão de Vestibular, fazer mais pesquisas e trazer no ano que vem uma proposta de
11 aperfeiçoamento desse processo. Gostaria que esse grupo incluísse o COTUCA, onde
12 talvez encontrem resultados semelhantes e que deveriam ser usados. E também fazer,
13 além do vestibular em si, uma medida de campanha, de propaganda praticamente, para
14 tentar atrair mais estudantes de escola pública a fazer o vestibular. Existe um processo
15 de auto exclusão extremamente forte em que os alunos acham que não são capazes de
16 entrar na UNICAMP, e provavelmente estão perdendo vários alunos capazes. Talvez
17 alguns membros do Conselho possam conseguir financiamento para se levar o
18 Vestibular para mais cidades do que hoje é feito. Acha extremamente importante que o
19 vestibular vá avançando de forma a não ter recuos e não ser questionado. O Conselheiro
20 RONALDO LUÍS DE ALMEIDA com a palavra, parabeniza a UNICAMP por essa
21 atitude de estar abrindo esse debate, embora o que está sendo proposto é uma questão
22 um pouco tímida em relação a necessidade e a importância da discussão. Solicita à
23 Universidade para que abra esse debate com a comunidade e também com toda
24 sociedade brasileira, porque esse assunto se relaciona a sociedade e que pudessem ser
25 chamadas as pessoas interessadas para que fosse aprofundada a discussão, para que a
26 população toda pudesse estar tomando ciência melhor do que está ocorrendo. Com
27 todos os méritos aos trabalhadores e aos próprios professores, mas vêm uma série de
28 dificuldades na discussão no momento do quesito cor da pele. Embora a discussão seja
29 transparente, não vêm os representantes da raça negra de uma forma mais acentuada
30 dentro da universidade, precisariam estar discutindo essa questão. Reafirma a proposta
31 apresentada pelo Conselheiro Miguel dos 30% de todos os cursos da universidade e não
32 apenas dessa proposta. A seguir lê um Manifesto Pró-cotas Afrodescendentes da
33 UNICAMP: “Cantada em versos e prosa pelos comunicadores - a contribuição do negro
34 na cultura e na formação do povo brasileiro. É irônico observar o tratamento que a
35 inteligência nacional, estas mesmas mídias e agora inclusive a universitária tem dado ao
36 assunto cotas raciais, nas universidades brasileiras. Primeiro, os senhores em questão
37 esquecem as condições em que os Negros foram trazidos para o Brasil, em condições
38 totalmente diferentes dos outros povos, Asiáticos, Judeus ou Europeus, a maioria destes
39 aqui chegaram depois do sistema escravista ter desbravado as selvagens terras brasileira
40 e construído uma infra-estrutura e uma economia promissora para o país. Os imigrantes

1 agora aqui chegaram para ocupar os postos de trabalho dos ‘ex escravizados’ como
2 trabalhadores livres e assalariados, recebendo doações de terras e financiamentos do
3 governo brasileiro, bem como incentivos dos seus países de origem, sem falar dos
4 benefícios da organização social voltada exclusivamente a eles. O povo negro pelo
5 contrário, substituídos pelos europeus, não recebeu indenização do fundo de garantia
6 por centenas de anos de trabalhos e serviços prestados por diversas gerações, como
7 antes não recebeu salário para construir acumulação capitalista no Brasil.
8 Desorganizados através da repressão escravista, sem terra, sem indenização, sem
9 incentivos ou sem o trabalho, jogados a própria sorte e sendo vítima da discriminação
10 do racismo em terras que ele mesmo construiu. Os negros neste país se tornaram a
11 retaguarda da produção econômica brasileira, exército de mão de obra barata e de
12 reserva, empregado eventual impossibilitado pelo sistema a ele imposto, de assumir a
13 vanguarda nesta etapa de produção, bem como de beneficiar com o fruto do seu trabalho
14 o desenvolvimento da riqueza e suas conseqüências para a sociedade. Não logrando
15 inclusive repassar aos seus descendentes os frutos do seu labor, que lhe permitiriam o
16 direito de evoluir, e a seus descendentes na pirâmide social como dirigentes bem
17 sucedidos. Existe literatura abundante aplicada por ilustres ícones da Academia
18 Brasileira que comprovam essas questões. Os Professores Florestan Fernandes, Octávio
19 Ianni, Fernando Henrique Cardoso e algumas centenas de discípulos tão brilhantes
20 como eles pesquisaram profundamente estes fatos históricos. Para a população negra
21 que representa mais de 40%, este percentual que representa hoje mais de 56 milhões do
22 povo brasileiro, a educação é o maior gargalo neste estrangulamento as suas pretensões
23 de ingresso a Universidade pública, por barreiras impostas para a maioria da população
24 em questão, tornando-se um círculo vicioso nas suas pretensões de ascensões social. Os
25 objetantes afirmam tratar-se as cotas, de discriminação em contrário. A isto
26 respondemos como sendo discriminação positiva. Em se tratando de reparações o
27 tratamento igual deve ser para os iguais. O tratamento deve ser diferente para que os
28 diferentes possam ter as mesmas oportunidades que os demais, princípio básico da
29 democracia, nunca aplicado aos negros no Brasil. Outros afirmam que a solução ao
30 invés de cotas seria um ensino fundamental público e de qualidade. Se quatro ou cinco
31 governos investissem forte e prioritariamente nesta direção, levaria aproximadamente
32 uns vinte anos para que de fato os negros chegassem a ocupar um número representativo
33 nas vagas das melhores universidades públicas, via aquele artifício. Como não há
34 garantias e já nos furtaram os direitos de cidadania por muito tempo, defendemos sim
35 uma política de investimentos, na melhoria do ensino público em geral, mas queremos
36 COTAS JÁ! não para os próximos 20 ou 30 anos. Argumenta-se a dificuldade de
37 classificar quem seriam negros com direito as cotas. Acusam-nos de racismo em busca
38 de pureza racial e discutem o significado biológico da expressão raça. Por fim criticam
39 método de auto declaração. Como iríamos definir um candidato que se declarasse negro
40 ou descendente? O que faríamos? Até pouco tempo os negros que se declaravam assim,

1 eram estigmatizados como criadores de casos ou complexados. Felizmente graças
2 aqueles pioneiros, ser negro hoje para a grande parte dos que se reivindicam assim, é
3 motivo de orgulho de uma história e suas origens raciais. Raça aqui é uma classificação
4 político-sociológica. Racismo por outro lado, é uma ideologia de dominação que visa a
5 manutenção do “status quo” e dos privilégios conquistados ou usurpados contra um
6 seguimento cultural e originalmente diferente, pelas características físicas de origem ou
7 geográfica, impedindo que estes tenham as mesmas condições e oportunidades de
8 ascensão social. Aqui os usurpados historicamente, é os que sofrem as conseqüências,
9 as vítimas do racismo são os negros e não outros. A auto declaração é uma forma
10 democrática permitindo até que determinado cidadão pratique uma fraude de falsidade
11 ideológica. Porém a necessidade de um ‘tribunal racial’ conforme alguns advogam em
12 causa própria, determinadas personalidades que são contrárias a cotas é uma falsa
13 polêmica, pois até agora apenas um estudante branco declarou-se afrodescendente, ao
14 contrário muitos estudantes negros não postulam por sentir-se expostos, dado o
15 bombardeio elitista contrários as cotas. Ora! como se resolve um caso de falsidade
16 ideológica? A legislação aí está disponível. Quanto a alegação da queda de qualidade do
17 ensino na universidade pública, sabemos que a verdadeira razão desta queda de
18 qualidade se devem a falta de investimento, bem como a de valorização dos
19 profissionais do ensino público, portanto não é preciso buscar de novo os negros como
20 bodes expiatórios. Conclamamos os ilustres representantes do CONSU a não ficar na
21 contra mão da história, a efetuarem uma discussão qualificada sobre as cotas raciais,
22 não perdendo assim a oportunidade de reafirmar a universidade como um espaço
23 democrático para debate de questões de interesse da sociedade brasileira, quanto 61,1%
24 dos brasileiros representa 108 milhões de brasileiros, segundo dados estatístico da
25 Central Nacional dos Transportes, são favoráveis as cotas. Hoje cerca de 10
26 Universidades em todo o país já aprovaram e implementaram esta proposta de
27 reparações afirmativas. A história os convoca a cumprir o papel de vanguarda que a
28 UNICAMP merece, ocupando o lugar de destaque na galeria daqueles que lutam pela
29 democracia contra as injustiças sociais. Que aprovelem as cotas para negros, contra ao
30 corporativismo de mais de 90% da cota para os brancos, sob a falsa. Aprovar as cotas é
31 no mínimo reparar o grande malfeito e fazer justiça social para o povo brasileiro”. O
32 Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER com a palavra, diz
33 ter participado do Grupo de Trabalho de Inclusão Social e quer reforçar as palavras dos
34 Conselheiros Miguel e Ripper, no sentido de que a discussão foi muito cordata, não
35 deixou de ser emocionada e nem insistente. Alguns consensos são os que trazem para
36 esta Casa. Alguma coisa tem que ser feita, a injustiça histórica e as constatações do
37 resultado dessa injustiça estão aí. Esse debate vem sendo travado no âmbito da
38 Universidade há muito tempo. Gostaria de fazer um pedido pessoal ao Gabinete do
39 Reitor para que nos “Considerandos” pudessem acrescentar tudo que a Universidade faz
40 no sentido de melhorar a escola pública, porque não é apenas a constatação de uma

1 injustiça com relação a escola pública e com relação a afrodescendentes, mas o que
2 estão fazendo, e pode lembrar algumas coisas ligadas ao IMECC, certamente estará
3 sendo injusto a não lembrar o que as outras Unidades estão fazendo e têm feito. Lembra
4 dos seus planos e do Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários para trabalhar
5 com a escola pública e SBPC. Foi relativamente tranqüilo o debate no sentido de propor
6 pontos a mais para a escola pública numa medida inovadora para o Brasil, ou seja, 30
7 pontos a mais para escola pública, e defendeu no GT e até assumiu o compromisso de
8 votar aqui aquilo que fosse egresso do Grupo de Trabalho, e o Professor Tadeu
9 convenceu que não, que tinham um Grupo de Trabalho e que cada um estaria livre para
10 defender as suas próprias propostas. Gostaria de encaminhar à consideração da Casa que
11 refletissem um pouco sobre a possibilidade de adotar, não apenas os 30 pontos para a
12 escola pública, mas os 30 pontos para escola pública acrescido dos 10 pontos para os
13 auto declarados afrodescendentes. Faz essa consideração pensando em três aspectos:
14 como matemático, nos aspectos numéricos. Gostaria de lembrar que aplicar estas
15 simulações aos dados do passado, não dão conta de fazer a previsão do futuro, porque
16 no futuro auto declarar-se afrodescendente, preto ou pardo, dizer que é de escola
17 pública, vai valer alguma coisa que no passado não valia, então certamente o perfil vai
18 mudar. Mas também é verdade que numericamente há relativamente pouca diferença
19 entre os 30 pontos para escola pública e os 30 pontos para escola pública mais 10 para
20 auto declarados pretos e pardos. A diferença numérica entre os dados da atualidade e
21 esta proposta de 30 mais 10, seria menos de 6% para escola pública, 15% para os auto
22 declarados pretos e pardos e cerca de 13% para intersecção entre auto declarados pretos
23 e pardos e escola pública e seria absolutamente parecida a diferença de menos de 1%
24 para aqueles candidatos isentos. Aparecem diferenças em cursos nobres, como a
25 Medicina, que são simplesmente simbólicas. Não gostaria de breca a discussão
26 apresentando uma terceira proposta, mas acredita que nesta Casa existe uma consciência
27 como havia no Grupo de Trabalho, de que não estão dando passos suficientemente
28 largos ao considerar apenas a escola pública nessa política de mérito e permissão de
29 ingresso. Finalmente, gostaria que a proposta incluísse uma avaliação imediatamente
30 após a 4ª chamada, porque a palavra usada aqui hoje tem sido a timidez da proposta ou
31 que a proposta é tímida, e usaram no Grupo de Trabalho dois tipos de palavra: cautela,
32 usada pelos professores convidados Leandro e Renato Pedrosa, e prudência. A frase
33 citada pelo Professor Renato Pedrosa foi: “é muito difícil dar marcha ré numa coisa que
34 façam aqui”. Então, precisam tomar cuidado, porque para dar um passo adiante é mais
35 fácil do que depois voltar atrás e reconhecer que deu errado. Então, gostaria que
36 incluíssem na proposta, qualquer que seja ela, uma avaliação automática imediatamente
37 após a quarta fase com relatório para esta Casa. A Conselheira LAURIONE CÂNDIDO
38 DE OLIVEIRA com a palavra, faz a seguinte manifestação: “Magnífico Reitor e todos
39 os Conselheiros. O tema é excitante, nos leva a várias reflexões atualizadas do que passa
40 na sociedade brasileira, o ensino, nos movimentos sociais e políticos do nossos país.

1 Pensando dessa forma como membros eleitos pelos servidores da UNICAMP, temos
2 que nos colocar de forma concisa dentro da situação que hoje o país vive, das exclusões
3 sociais de “n” tipos da sociedade, de “n” situações dentro da sociedade. Nós
4 defendemos o papel estratégico da sociedade, das Universidades no engajamento da
5 inclusão social dos estudantes brasileiros nas universidades públicas. Também
6 defendemos o desenvolvimento de uma política pública afirmativa do ensino de modo
7 que ofereça a todos a igualdade de condições e oportunidades, para que todos possam
8 ter o direito da cidadania política e social. Lembramos a importância da qualidade do
9 ensino que vai refletir no nosso dia a dia nas inclusões sociais, na situação política do
10 país. Lembramos a necessidade de melhorar o currículo do ensino médio público.
11 Melhorando o currículo do ensino médio criamos também mais condições à população
12 de baixa renda, a nossa população, a nós brasileiros, oportunidades maiores de inclusão
13 social na vida social e política do país. Lembramos que há uma necessidade urgente de
14 rever as condições de trabalho do professor. Lembramos que o dia a dia de um professor
15 é árduo, temos que rever essas condições, melhorar e dar oportunidades para que ele
16 possa ampliar seus conhecimentos e sua qualificação. Nós nos colocamos com este
17 questionamento sobre a inclusão social de todos os brasileiros, essa é a proposta do
18 Grupo Apesar de Você”. A Conselheira MARCELA DIAS MOREIRA com a palavra,
19 reafirma o que o Acadêmico Conrado colocou sobre os socioeconomicamente
20 desfavorecidos, quando se fala em escola pública muitas vezes isso não atende os
21 socioeconomicamente desfavorecidos. Gostaria de fazer alguns questionamentos em
22 relação ao documento. Na página 03, foi determinado isenção ilimitada para candidatos
23 que optem por alguns cursos. Pergunta qual foi o critério, e se o critério foi o curso
24 noturno, existem outros cursos noturnos; se foi critério de Licenciatura, tem outros
25 cursos de Licenciatura, inclusive Pedagogia, Ciências Sociais e Educação Física que
26 não estão aqui. O segundo questionamento é em relação a página 02, Artigo 2º: “Fica
27 determinada a realização de estudos que visem a ampliação dos programas de
28 assistência estudantil”, gostaria de propor que fique mais enfatizado que além dos
29 estudos, a ampliação de vagas estará necessariamente ligada a ampliação da assistência
30 estudantil. O terceiro questionamento é relacionado a página 07, letra “a”: “Em um
31 processo de seleção como vestibular o que se deseja é escolher os candidatos que
32 tenham maior capacidade de aprendizado”, gostaria de dizer que o que se tem são
33 condições, não são capacidades. Se todos tiverem condições iguais materialmente
34 analisadas, elas terão as mesmas condições. Então, gostaria que se excluísse essa
35 palavra, pois não é capacidade, é condição, quem tem condição material teria também a
36 mesma capacidade. Também acha que é necessária a divulgação sobre as taxas de
37 isenção nas escolas públicas antes das férias, ou seja, ninguém fica sabendo dessas taxas
38 de isenção, isso quase aconteceu no ano passado, mas graças ao movimento estudantil
39 essa data foi prorrogada. Se a proposta de cota para questão racial não for contemplada
40 nesse CONSU, reforça a necessidade de continuar a discussão que atenda essa

1 reivindicação, porque senão acreditarão que há democracia racial nesse país e todos
2 sabem que não há. Por mais que tenham avançado na discussão de inclusão social na
3 UNICAMP, esse documento não tocou num ponto fundamental que é a questão
4 sócioeconômica, e os movimentos sociais não propõem, eles farão com que as cotas
5 sejam 100% sócioeconômicas. Quem determinará isso com certeza não serão os que
6 estão dentro da Universidade, serão os que estão fora, porque quando eles descobrirem
7 de fato que a Universidade é deles e é da sociedade, não é apenas do mercado, essa
8 determinação sócioeconômica será conquistada, não será dada por esse Conselho. O
9 Conselheiro ALAN SILVIO RIBEIRO CARNEIRO com a palavra, destaca que há um
10 avanço, uma vez que até o presente momento não haviam discutido esta questão em
11 profundidade. O movimento secundarista e as pessoas dos projetos de extensão têm
12 questionado o modo de acesso via vestibular, porque a mudança apenas nesse sistema
13 de pontuação não considera que o vestibular continua muito excludente, ele continua
14 ainda muito excludente e se considerarem que hoje 5% apenas dos jovens do país estão
15 em cursos universitários, a problemática de inclusão social na Universidade é uma
16 questão que envolve uma dinâmica muito mais complexa e que passa por essa questão
17 do vestibular. A questão sócioeconômica que está pontuada aí, fica muito clara nessa
18 tabela enviada em anexo com as informações das características sociais, porque
19 realmente são poucos estudantes que tem uma renda per capita de 0 a 1 salários
20 mínimos, são 4% dos estudantes, ou seja, a imensa massa de jovens não tem acesso a
21 universidade e por essa proposta continuam não tendo. A mudança no sistema de
22 vestibular pode ser uma forma de estar tentando contemplar esses jovens efetivamente.
23 Solicita permissão para passar a palavra a representante dos estudantes secundaristas a
24 Senhora MAÍRA CALU, que lê a carta assinada pelos estudantes da UCES, UPES,
25 UBES e pelos Grêmios: “Os estudantes das escolas públicas de Campinas, Estado de
26 São Paulo e a sociedade, vêm propor ao Conselho Universitário da UNICAMP que se
27 amplie o debate em torno das cotas para afrodescendentes na Universidade. Sendo hoje
28 a UNICAMP uma das mais importantes e qualificadas Universidades do Estado de São
29 Paulo e do país, é notório a grande concorrência e dificuldade para ingressar na
30 Universidade de Campinas, bem como no ensino superior público num todo. Além
31 disso dados indicam hoje que cerca de 90% das vagas da universidade pública são
32 ocupadas por alunos oriundos do ensino privado e apenas uma pequena parcela ocupada
33 por estudantes provenientes da escola pública, o que indica a grande exclusão do ensino
34 superior apresentada hoje à universidade. Neste mês de maio o Governo Federal
35 encaminhou ao Congresso Nacional um projeto histórico, de reserva de vagas para
36 alunos que cursaram o ensino médio na escola pública, como uma forma paliativa para a
37 universalização do ensino público superior. Dessa maneira entendemos como
38 fundamental o estudo e o projeto de reserva de vagas para as Universidades Estaduais
39 de São Paulo. Assim nós estudantes estamos encaminhando ao Conselho Universitário
40 da UNICAMP a reivindicação que se inclua junto à discussão sobre as cotas o debate

1 em torno da reserva de vagas, compreendendo também que a grande parcela dos negros
2 estão concentradas nas escolas públicas, entendendo assim que é um problema não
3 apenas racial, mas como classe social”. Gostaria de deixar essa carta com o Reitor da
4 UNICAMP, como forma de estarem reivindicando direitos. O Conselheiro MOHAMED
5 HABIB com a palavra, diz que, embora se fale que não podem se envolver
6 emocionalmente com esse assunto, não tem jeito, porque tem uma dose de emoção
7 muito forte e dá para sentir isso na fala de alguns Conselheiros. Durante toda sua vida
8 nessa Universidade trabalhou em busca da igualdade social, por isso não aceita qualquer
9 critério de segregação, principalmente racial. A sua militância, o seu trabalho nesse
10 campo, principalmente dos direitos humanos, fizeram com que no ano 2000 recebesse
11 do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Medalha dos Direitos
12 Humanos por trabalhar na busca da igualdade e não na busca de reduzir a desigualdade.
13 Há uma diferença muito grande entre buscar reduzir desigualdade e buscar a igualdade,
14 portanto não aceitar qualquer desigualdade. Isso o faz lembrar dos trabalhos e dos
15 acordos internacionais, principalmente quando se fala do acordo de não proliferação de
16 armas de destruição em massa, onde defende o acordo de banir as armas de destruição
17 em massa. Então, há uma certa equivalência entre essas duas situações, mas sempre
18 trabalhou na busca da igualdade, principalmente racial, porque inclusive sofreu muito
19 com isso. Nos anos 60 nas cidades européias, era caçado seja pela cor da sua pele, seja
20 por se tratar de árabe. Agora nos anos 90 além desses dois fatores que permanecem,
21 ainda é muçulmano, então dá para perceber o quanto se envolve emocionalmente. O
22 ideal para a sociedade é tirar essa doença de segregação racial. A proposta apresentada
23 pelo Grupo de Trabalho mostrava qualidades e obviamente avanços, mas de ontem para
24 hoje olhando para os números perceberam que podem melhorar essa proposta. A área de
25 Biologia trabalha com experimentos e tem uma visão muito clara entre efeitos perenes
26 ou crônicos, o outro lado é o efeito conjuntural. Então, quando olham apenas o critério
27 sócioeconômico, o poder aquisitivo, estão trabalhando em função de um efeito
28 conjuntural, inclusive em cima da classe média que foi obrigada recentemente a tirar o
29 filho da escola particular e levar para a escola pública, esse é um efeito conjuntural.
30 Esse jovem, esse adolescente não está carregando através de gerações e gerações o
31 impacto que poderia inclusive dificultar o seu desempenho acadêmico. Quando se trata
32 de afrodescendente, ele está carregando através de gerações e gerações efeitos e
33 impactos inclusive no campo psicológico, porque se trata do efeito perene, efeito
34 crônico e efeito cultural. Parece que esse fator com a proposta apresentada acaba se
35 perdendo. Na proposta apresentada pelo Professor Meyer de, além dos 30 pontos dos
36 alunos oriundos da escola pública, trabalhando com mais 10 para os auto declarantes
37 como afrodescendentes, isso corrigiria muito a informação. Nas tabelas dá para ver
38 facilmente que na proposta de 30 mais 10 entrariam como afrodescendentes 353 alunos,
39 30 sem os mais 10, entrariam 310. Então, a diferença é pequena, mas ajuda muito, são
40 42 alunos ou candidatos afrodescendentes a mais, isso daria aproximadamente 11% a

1 mais em relação a proposta, acaba demonstrando que a Universidade não está querendo
2 esperar tempos futuros para alguém reivindicar direitos históricos, mas sim estendendo
3 as mãos desde já e querendo corrigir erros históricos, embora não tenha sido a
4 Universidade que cometeu esses erros. As instituições hoje precisam trabalhar para
5 recuperar direitos históricos de categorias que foram injustiçadas no passado, por isso
6 defende a proposta do Professor Meyer. O Conselheiro SÉRGIO ROBLES REIS DE
7 QUEIROZ com a palavra, diz que também participou do Grupo de Trabalho e reitera a
8 satisfação de ter participado desse trabalho, não apenas pelo alto nível da discussão, mas
9 também pela oportunidade de aprender um pouco sobre esse tema que é muito
10 interessante. Pôde perceber no Grupo de Trabalho uma simpatia muito grande de vários
11 colegas pela questão de criar uma vantagem também para os afrodescendentes, mas essa
12 questão acabou não sendo contemplada na proposta final, simplesmente porque não
13 tinham informações suficientes sobre os efeitos, tinham uma série de problemas e
14 dificuldades sobre como enfrentar estas questões. Então, houve um consenso do grupo
15 de dar esse passo, que parece ser seguro. Por tudo que já foi exposto, ao dar esses 30
16 pontos a mais para os alunos oriundos da escola pública, além de promover a inclusão
17 social, estão ao mesmo tempo melhorando a qualidade do corpo discente. Com relação a
18 questão dos negros havia toda essa dificuldade e por isso o grupo tomou uma posição
19 mais cautelosa. Relembra as palavras cautela e prudência que o Professor Meyer
20 mencionou, mas o Professor Pedrosa havia levantado uma outra palavra que considera
21 importante, é a questão da credibilidade do processo seletivo. Então, estão adicionando
22 um elemento novo no processo seletivo, a resposta a essa pergunta sobre a origem e
23 qual a escola que o candidato cursou. A questão da credibilidade com relação ao
24 processo é extremamente importante, por isso devem de fato ser cautelosos nessa
25 medida dos critérios do processo de seleção. Dar esse passo com segurança é algo
26 complicado, então o grupo adotou essa posição, e gostaria portanto de reafirmar a
27 proposta originalmente colocada, o que não significa de forma nenhuma varrer essa
28 discussão das cotas ou das vantagens que se proponha para os negros. A discussão está
29 colocada, e eventualmente podem dar esse passo daqui a um ano, ou quando essas
30 informações estiverem mais bem trabalhadas e assimiladas por todos. O Conselheiro
31 ANTONIO CARLOS GILLI MARTINS solicita permissão para passar a palavra a
32 Presidente da ADUNICAMP, Professora MARIA APARECIDA AFFONSO MOYSÉS,
33 que registra que essa discussão reside no fato de que no momento em que a
34 Universidade pública vem sendo um dos alvos preferenciais dos Governos Federal e
35 Estadual, vem mostrando a sua capacidade e a sua condição de realmente ser uma das
36 poucas instituições sociais nesse país que luta, enfrenta a desigualdade social e faz a
37 própria defesa da escola pública. Não pode deixar de registrar que enquanto o MEC faz
38 uma proposta de inclusão social, de estar colocando carentes, pobres, negros e ex-
39 presidiários em vagas de segunda categoria, e é um custo que segundo o próprio MEC
40 seria suficiente para colocar cursos noturnos em todas as profissões, em todos os cursos

1 oferecidos pelas Universidades Federais com qualidade, incluindo a infra-estrutura, que
2 só foi breçada pelas próprias Universidades particulares que querem mais dinheiro, as
3 universidades públicas e gratuitas desse país têm enfrentado essa questão mostrando que
4 realmente elas estão na defesa da escola pública. Acha que essa proposta que hoje vem
5 para discussão no CONSU da UNICAMP, consegue aliar a cautela e a prudência, como
6 foram colocadas por vários com ousadia, que 30 pontos é pouco, menos de 5%, porém é
7 uma defesa explícita da educação pública. Dentro dessa ousadia, talvez fosse o
8 momento do CONSU sinalizar que também está disposto a iniciar um enfrentamento da
9 desigualdade étnica colocada neste país. A proposta colocada pelo Professor Meyer, que
10 é extremamente cautelosa, porque olhando os dados seria colocar apenas 2% a mais de
11 afrodescendentes na UNICAMP, o que sem dúvida, não pode comprometer, pelo
12 contrário, se esses alunos chegam por uma questão de acesso, por uma questão de
13 condições concretas de vida em desvantagem, a universidade tem um desafio a
14 enfrentar, dar a eles condições de cursarem com qualidade. Então, parece que a proposta
15 do Professor Meyer seria plenamente aceita, e não está falando em seu nome, mas em
16 nome dos associados da ADUNICAMP que são extremamente cautelosos e
17 preocupados com a questão da qualidade acadêmica. Acha que essa proposta seria
18 defensável e aceita pelos docentes da UNICAMP, na medida em que ela consegue de
19 uma forma bastante instigante aliar uma grande cautela com uma grande ousadia na sua
20 sinalização. Estão precisando na Universidade pública de sinalizações concretas de estar
21 enfrentando, é o primeiro passo nesse sentido, o que não quer dizer que as discussões
22 acabem aqui, é apenas o primeiro passo, e daqui para a frente é estar avançando cada
23 vez mais. A Conselheira CORINTA MARIA GRISOLIA GERALDI com a palavra,
24 lembra que há mais de um ano estão discutindo tanto a inclusão de escola pública como
25 a questão das cotas, e queria sinalizar isso como uma tendência nova dentro do próprio
26 Conselho Universitário, que pela primeira vez faz debates de temas sérios, complexos e
27 que propõe soluções criativas diferenciadas neste sentido. Foi por isso que surgiu o GT
28 que deu origem ao relatório agora em questão, e também foi distribuído naquela ocasião
29 uma proposta, um projeto de Lei do Deputado Sebastião Arcaño, que propõe não só a
30 questão das cotas, como também uma discussão curricular sobre como pode ser
31 enfrentado um conjunto de conhecimentos sobre a história dos afrodescendentes e a
32 história do negro no Brasil, que deveriam estar entrando na formação dos alunos e
33 especialmente nas licenciaturas, lembrando mais esse aspecto que não foi trabalhado
34 nesta primeira resolução. Considera que agora é um momento de decisão importante e
35 gostaria de ponderar alguns dados a partir da realidade da rede municipal de educação
36 básica, que trabalha com a educação infantil e ensino fundamental. Nas creches, o
37 número de crianças negras afrodescendentes é extremamente maior e à medida em que
38 vai aumentando a escolaridade do ensino fundamental vai havendo um branqueamento
39 das crianças. Nesse sentido é que uma política de equidade, que é diferente de
40 igualdade, porque as condições são diferenciadas e que seria interessante de ser

1 organizada. Por exemplo, para uma criança negra de até seis anos que vai fazer o cartão
2 do dia dos pais ou do dia das mães quando desenham ou recortam o pai e a mãe numa
3 revista, recortam brancos, porque elas se identificam como crianças brancas. A auto
4 estima com relação ao orgulho da sua própria origem étnica, é difícil assumir, então a
5 Secretaria Municipal de Educação tem feito um trabalho de formação de professores
6 que dão aula para crianças de zero a seis anos, que é para que daqui a 15 ou 20 anos esta
7 universidade não precise tomar outros tipos de medida, mas que já possa ter de fato uma
8 equidade mais garantida na sociedade, obviamente não só com essa medida, mas ela é
9 uma dentre muitas. Dentre outras também estão trabalhando muito o resgate da história
10 da cultura negra e a história dos negros na formação econômica e social da sociedade
11 brasileira. O programa de formação de professores foi premiado pela UNICEF como um
12 dos mais interessantes que está havendo atualmente no Brasil de promoção de igualdade
13 racial. Nesse contexto e trabalhando com essas hipóteses, há ainda que o fracasso
14 escolar atinge as crianças pobres e negras. Salienta que a Professora Doutora Aparecida
15 Moysés, atualmente presidente da ADUNICAMP, no seu trabalho de Livre-Docência,
16 analisa do que essas crianças estão sendo acusadas quando não aprendem e faz um
17 capítulo especial do auto omitido, é que exatamente uma coisa que ninguém fala, mas
18 que aconteceu com todas as crianças entrevistadas, é que essas crianças são negras.
19 Então, é mais um argumento científico demonstrar que nada mais injusto distribuir
20 partes iguais a pessoas desiguais. Nesse sentido, fortalece a proposta do Grupo de
21 Trabalho, com acréscimo da proposta do Professor Meyer, porque representaria uma
22 sinalização política dessa Universidade de uma forma criativa de novas relações e de
23 uma proposta de igualdade, de equidade, pelo menos um início de proposta muito bem
24 avaliada e acompanhada. Acrescenta que o grupo talvez tenha que continuar
25 trabalhando, tanto para acompanhar como para discutir os projetos pedagógicos. O
26 Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MACHADO REIS com a palavra, diz que sem
27 dúvida essa reunião do Conselho Universitário é especial e a Mesa encaminhou muito
28 bem quando inverteu a ordem da pauta, porque certamente vai ser o assunto mais
29 discutido, mais debatido e mais difícil de ser tomado uma decisão, porque envolve
30 questões que levam a uma reflexão maior e muitas vezes nas quais ficam em dúvida
31 qual o melhor caminho a seguir e são conflitos que a sociedade brasileira vive nos dias
32 de hoje. Entretanto, antes de mais nada, gostaria de dar um testemunho de que essa não
33 é a primeira vez que o Conselho Universitário discute a questão da inclusão social, os
34 colegas da COMVEST fizeram uma exposição sobre isso numa reunião extraordinária
35 do CONSU o ano passado. Então, isto não é novidade, a proposta feita é fruto desta
36 primeira discussão e é dever de justiça registrar isso. Parabeniza o Grupo de Trabalho
37 pela proposta apresentada, porque é um trabalho difícil e cabe a Universidade a
38 responsabilidade de decidir sobre uma política da qual é um grão de areia num litoral
39 imenso de desigualdade, exatamente numa questão importante que é a igualdade de
40 condição da disputa e da valorização da competência. Então, é muito difícil, são

1 legítimas todas as manifestações feitas, as pressões e tudo mais, mas as pessoas
2 precisam saber que isto não é uma instituição comum, é uma instituição que tem por
3 objetivo desenvolver o conhecimento, formar pessoas e fazer o futuro desse país, e que
4 não pode abrir mão de determinados valores sob pena de estar comprometendo
5 estrategicamente o seu objetivo final. Então, é uma questão necessariamente complexa e
6 extremamente difícil de se tomar uma decisão a esse respeito. O terceiro elemento que
7 quer colocar aqui, e acha que a Professora Aparecida Moysés tocou de leve nele, é que
8 há um problema social grave, um problema grave da questão da educação no Brasil. É
9 lamentável que pela primeira vez um excluído social nordestino veio para o governo
10 chega e não coloca esta questão com muito vigor, como uma política nacional. Esse país
11 já fez política como o PROER para salvar banqueiro e salvar sistema financeiro, colocar
12 recursos. Assim como se chamou 27 Governadores de outras entidades para discutir
13 reforma da Previdência e negociar uma saída, deveria ter se chamado todos os
14 Governadores de outras instituições públicas desse país para se ver caminhos nos quais
15 em parceria, os Governos Federal, Estaduais e Municipais poderiam criar um programa
16 de resgate da escola pública, de resgate de inclusão social, porque o impacto seria muito
17 diferente nesse país e isso não foi feito, e sequer cogitado. Dentro dessa lógica quando
18 se coloca a questão de cota, estão introduzindo uma discriminação ao inverso,
19 privilegiando, mas até a questão da cota dentro de um programa, se o Governo Federal
20 tem tantos recursos para colocar, os Governos Estaduais e Municipais têm que dar
21 salários condignos e estrutura para escola pública e aportar recursos e negociação
22 bipartite. O Governo chamaria as Universidades para estabelecerem cotas para os
23 egressos da escola pública. Ao não fazer isso só ficam as cotas. E isso não é solução
24 permanente, ao invés de fazer isso, o Governo está querendo dar isenção fiscal, ou seja,
25 dinheiro para quem vive às custas do mercado da educação universitária, de novo
26 introduzindo uma nova discriminação. É lamentável, sente-se enquanto cidadão, não
27 como membro do Conselho Universitário, frustrado de ver que uma oportunidade como
28 essa apareceu, que isso não se concretiza, e aí mais frustrado ainda porque acha que é
29 legítimo fazer pressão sobre os Conselhos Universitários, mas é legítimo também fazer
30 pressão para que esse Governo realmente mostre qual é a sua função, se é um Governo
31 popular, se está querendo corrigir desigualdade e exigir políticas concretas que vão
32 corrigir essas distorções. Estão discutindo coisas aleatórias, tabela de imposto de renda,
33 coisas desse tipo, enquanto toda a educação desse país está sucateada. Acha que são
34 importantes as iniciativas na Secretaria Municipal da Educação, mas deveriam fazer um
35 programa articulado nas três esferas de Governo, pelo menos era o discurso que se dizia,
36 porque nunca houve um Governo popular. Esse era o momento de se fazer e construir
37 uma proposta realmente de resgate da educação pública em todos os níveis, porque ela
38 já foi boa e poderia ser resgatada. Colocam a questão de aportar mais dinheiro, e só não
39 passou porque acham pouco o que está sendo colocado. Se colocarem todas as vagas
40 disponíveis de todas as instituições públicas do Estado do São Paulo, tem um impacto

1 mínimo no universo comparativo das vagas disponíveis no setor privado. Entretanto,
2 estão fazendo um gesto e querendo contribuir. Acha que o Grupo de Trabalho fez um
3 bom encaminhamento, mas poderiam nesse Conselho Universitário fazer um esforço
4 suplementar, e com toda a honestidade tem dúvidas sobre as alternativas. A proposta de
5 30 pontos termina estatisticamente em algumas unidades diminuindo a participação dos
6 afrodescendentes. Então, gostaria de agregar uma outra que talvez eliminaria ou
7 minimizaria essa distorção e manteria a coerência da questão da escola pública, que
8 seria a proposta de 40 pontos, que tangencia a questão da negritude em relação a isso. A
9 proposta dos 30 pontos mais 10 que o Professor Meyer apresentou contempla melhor a
10 questão do desvio estatístico. Acha que seria um ponto importante para fazer uma
11 reflexão nesse Conselho Universitário. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA
12 NETO com a palavra, considera que esse momento é bastante importante. Entende que
13 já discutiram esse assunto anteriormente, mas gostaria de enfatizar que essa discussão
14 não deve se encerrar aqui e deve ter continuidade. Estão frente a de um relatório de um
15 Grupo de Trabalho que parece ter muitos méritos, mas ainda é um relatório em aberto.
16 Tomou a liberdade de conversar com diversas pessoas ao longo do tempo, tanto da
17 Comissão quanto fora dela, e percebeu que há uma divergência de opinião muito grande
18 em relação a questão de uma ação afirmativa que contemple a questão da raça. Acha
19 que é uma fratura, as opiniões da sociedade brasileira são muito divididas em relação a
20 esse aspecto e independe da posição da pessoa, se elas entendem com mais ou menos
21 intensidade a fratura social que existe no Brasil, mesmo assim as que têm uma visão
22 clara sobre o drama brasileiro, a questão social, tem posições distintas quanto a uma
23 ação afirmativa de caráter racial. Há divergência de opiniões e talvez não seja possível
24 um consenso, mas maturar o trabalho talvez seja uma necessidade tanto na Comissão
25 quanto eventualmente no Conselho. Dito isto, gostaria de afirmar que pela leitura que
26 fez do documento apresentado, acha que a Comissão foi muito criativa aliando essas
27 duas características de fazer uma valorização da escola pública e do critério acadêmico,
28 como o que está associado a uma visão da função da Universidade ou do processo
29 seletivo que caberia à Universidade que seria valorizar o critério acadêmico, essa é uma
30 questão consensual. A parte não consensual é que deveriam continuar maturando.
31 Gostaria de encaminhar a favor das propostas de 30 ou 40 pontos, mas gostaria de
32 encaminhar não a favor da inclusão de 10 pontos para pretos e pardos, porque parece
33 que a ótica é completamente outra, a Comissão fecha na proposta de associar critério
34 acadêmico com a valorização da escola pública. E se colocam um critério de afirmação
35 que impõe um quesito racial, quebram essa lógica. Tem dúvida de qual é o mecanismo
36 de inclusão de afirmação do critério racial que deve ser colocado aqui, e que poderiam
37 tentar amadurecer mais o debate. Acha que há uma solução nessa proposta de inclusão
38 de pontos para egressos de escola pública que é consensual e não traz uma fratura. A
39 outra que inclui o item racial, gostaria que fosse mais maturada e que também o
40 Conselho Universitário desse continuidade a esse debate, que essa mesma Comissão que

1 tem memória, traz dentro dela diversidade de opiniões em relação a essa questão, ela
2 deveria ter continuidade, que o Conselho Universitário desse a ela uma nova atribuição
3 de voltar aqui com um debate mais maduro, uma proposta mais madura em relação à
4 questão da inclusão com o fator racial. Gostaria que não tentassem mudar o que é
5 consenso na Comissão hoje. Quanto aos 30 ou 40 pontos, estatisticamente incluir o
6 mesmo número não é o problema, o difícil é mudar a ótica e acha que a questão dos
7 10% com a cota dos negros já introduz de antemão um debate que não está maduro e
8 divide o Conselho Universitário. A segunda coisa que gostaria de propor é que o
9 Conselho Universitário solicitasse à COMVEST medidas ou um estudo para fazer essa
10 capilarização do Vestibular que o Professor Ripper mencionou, que pode ter um efeito
11 positivo nessa questão da escola pública. O Conselheiro PAULO DE TARSO GAETA
12 PAIXÃO com a palavra, diz fazer parte da Comissão, e faz suas as palavras de todos os
13 companheiros de Comissão que elogiaram não só a forma como ela foi conduzida, mas
14 também a mesma interação entre os componentes, que certamente trouxe muitos ganhos
15 em termos de conceituação e de problemas que são extremamente difíceis de conceituar.
16 Acredita que esse debate de hoje reflete em grande parte o debate que houve na
17 Comissão, ou seja, existe uma parte que podem identificar como consensual, que é
18 exatamente a proposta que a Comissão está trazendo aqui, acrescentar 30 pontos aos
19 candidatos que venham de escola pública. Foi impossível qualquer coisa próxima do
20 consenso na questão racial devido a sua complexidade. Lembra também que fizeram
21 essa discussão sob duas formas diferentes de pressão, a primeira o tempo, ou seja,
22 tinham que trazer alguma coisa concreta para aprovação do Conselho de maneira que se
23 pudesse implementar no próximo Vestibular, então esse foi o consenso possível de se
24 trazer aqui. A segunda foi a questão da Universidade de Brasília que na última reunião,
25 sob o calor da imprensa da questão do imbróglio que eles se meteram devido a questão
26 racial, como é que se mede a capacidade, acabaram de fazer uma espécie de um tribunal
27 para ver quem era de uma raça ou de outra, enfim, tudo isso influenciou muito o que se
28 chamou de uma forma tímida, mas o que se viu aí foi principalmente a questão da
29 credibilidade do Vestibular. Quanto à questão da raça as posições eram diferentes, a sua
30 é uma posição de não ter uma forma, uma posição convicta, uma convicção em relação
31 a como abordar a questão da raça. Nesse sentido sente-se até a vontade de votar agora a
32 favor da proposta do Professor Meyer, porque existe a estatística que ajuda a dar a ela
33 uma componente também que a faça defensável caso haja algum tipo de contestação
34 futura. De toda maneira a questão da raça permeou todo o debate e não houve nenhuma
35 manifestação que se mostrasse contrária e muito menos despreocupada com o problema.
36 O problema é que não se conseguiu chegar a alguma formulação que fosse
37 minimamente bem pensada, não houve tempo para isso. Pergunta à Mesa como essa
38 proposta será votada, porque acredita que os consensos não podem ser prejudicados, a
39 proposta da Comissão é consensual, inclusive aqui no Conselho, então ela deveria ir se
40 acrescentando as outras propostas, senão no fim será muito difícil haver uma votação

1 significativa contra qualquer proposta, mas de toda maneira, como é uma votação, teria
2 que se pensar nessa questão e depois ir acrescentando os adendos de forma progressiva
3 na questão da raça. Essa é uma proposta de encaminhamento. A segunda questão é a
4 continuidade do trabalho da Comissão no mesmo ritmo, que tenha duas vertentes, o
5 primeiro é que programas a UNICAMP pode fazer de apoio à escola pública, e segundo,
6 a UNICAMP promover a discussão pública e social do problema da raça. Poderiam
7 promover eventos, a UNICAMP tem uma grande credibilidade, acrescentando às das
8 atribuições dessa Comissão auxiliar a UNICAMP a elaborar, a promover e realizar
9 eventos que tragam a público a preocupação não só da UNICAMP, mas também da
10 sociedade com a questão da raça e como ela pode ser abordada de maneira a não
11 prejudicar outras questões que são fundamentais, no caso aqui é a questão da
12 credibilidade do vestibular da UNICAMP, que evidentemente não pode ser prejudicado
13 com qualquer decisão que se tome. Então, fica a sugestão de continuidade da Comissão,
14 se estudar uma forma, porque não sabe se essas comissões têm mandato definido, mas
15 evidentemente com o tempo a Comissão tem que se submeter a uma renovação de
16 nomes, mas que ela tenha um trabalho. Por enquanto vê o trabalho dela quase como
17 permanente dado o nível de desigualdade existente no Brasil. O MAGNÍFICO REITOR
18 diz que ouvirão mais opiniões do Conselho antes de pensar num encaminhamento, mas
19 estão levando em conta essas questões que o Conselheiro levantou. O Conselheiro JOSÉ
20 ROBERTO ZAN com a palavra, concorda com a observação inicial do Conselheiro
21 Conrado que é necessário aprofundar o debate sobre a questão das políticas afirmativas
22 na Universidade. O Grupo de Trabalho apresentou uma proposta bem construída,
23 cautelosa, mas não era a intenção e nem o objetivo do Grupo de Trabalho, isso não
24 resultou na ampliação da discussão no âmbito da Universidade. Trata-se de uma
25 proposta experimental que se for aprovada pelo Conselho Universitário será
26 implementada e poderá ser reformulada e ampliada ao longo do tempo. E como era
27 esperado, a discussão a respeito dessa proposta levantaria o debate sobre cotas raciais. E
28 a política de cotas raciais traz de fato uma série de complicações que a Universidade
29 precisa amadurecer e acredita que só a Universidade pode aprofundar essa discussão e
30 trazer elementos para essa reflexão, não só internamente à Universidade, mas também
31 para outras entidades sociais, entidades ligadas aos movimentos sociais e partidos
32 políticos, que se preocupam com a questão étnica e a condição sócioeconômica da
33 população afro-descendente do Brasil. Mas de qualquer maneira, a questão das cotas
34 raciais traz um primeiro problema que parece extremamente complicado e que precisam
35 pensar com muito cuidado, que é a revitalização do conceito de raça que é perverso, já
36 foi utilizado politicamente com resultados extremamente ameaçadores para a sociedade
37 de uma forma geral. E destaca que as Ciências Humanas durante as últimas décadas,
38 especialmente a segunda metade do Século XX, se preocupou em desconstruir o
39 conceito, mas reconhece também que esse conceito é usado de formas diferentes do
40 ponto de vista político, dependendo da categoria social. Para os dominantes o conceito é

1 utilizado de forma estratégica, para reproduzir a dominação para os dominados, e
2 acredita que para boa parte do Movimento Negro no Brasil ele é utilizado sim, mas de
3 forma tática, é uma forma de, através dele, tentar conquistar espaços numa sociedade
4 desigual, mas de qualquer modo, tanto o uso como estratégia ou como tática isso não
5 minimiza os riscos da utilização deste conceito. Especialmente pelo fato de que toda vez
6 que se debate a questão racial, esse debate é sempre apaixonado e envolve
7 ressentimentos e a moral ressentida é sem dúvida a base de movimentos
8 fundamentalistas que hoje sem exageros ameaçam o futuro da sociedade humana.
9 Então, é uma questão que precisa ser aprofundada, precisam discutir com muito cuidado
10 e reforça, só a Universidade tem condições de aprofundar esse debate e não é por acaso
11 que os próprios Movimentos Negros se apoiam em pesquisas, em trabalhos acadêmicos
12 que foram produzidos por cientistas sociais brasileiros, já citados hoje, como Florestan
13 Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, acrescenta Clóvis Moura, que é
14 um cientista social negro, Milton Santos, Fernando Novaes e outros. Então, é a
15 Universidade que pode contribuir para isso. Recentemente, já há a produção de alguns
16 trabalhos de pesquisadores norte-americanos que procuram fazer um balanço das
17 políticas afirmativas adotadas nos Estados Unidos na segunda metade do Século XX, foi
18 o primeiro país a tomar a iniciativa para a adoção de políticas desse tipo. Tomas Sowe,
19 do Instituto Hudson nos Estados Unidos, publicou um livro recentemente chamado
20 “Ação Afirmativa pelo Mundo – Um estudo empírico”, onde ele faz uma análise, um
21 balanço dos resultados positivos e negativos da adoção de políticas afirmativas desse
22 tipo, especialmente de caráter étnico nos Estados Unidos e em outros países do mundo,
23 como a Índia, Malásia, etc. Vale lembrar que essas políticas foram adotadas nos Estados
24 Unidos num momento de ascensão dos movimentos pelos direitos civis nos anos 50 e
25 60 e naquele momento muitos intelectuais e militantes políticos identificavam nos
26 movimentos que lutavam pelos direitos civis, tanto os ligados as organizações negras
27 americanas, como os juvenis e latinos, um forte potencial transformador e para alguns
28 cientistas sociais até de cunho revolucionário. E avaliando a adoção dessas políticas nos
29 Estados Unidos o que podem perceber, e isso aparece em alguns trabalhos, é que houve
30 uma espécie de cooptação e boa parte dessas entidades pelo sistema dominante. De uma
31 certa maneira a avaliação que se faz é que a adoção dessas políticas é uma estratégia de
32 neutralizar o potencial crítico-transformador que esses movimentos possuem e hoje boa
33 parte das entidades ligadas ao Movimento Negro estão profundamente integradas à
34 ordem capitalista americana e isso é mais um problema que precisavam avaliar e cabe à
35 Universidade aprofundar essa discussão. E gostaria de destacar também que os autores
36 que são citados corretamente pelas entidades que lutam pelos direitos dos negros no
37 Brasil, são autores que nunca deixarem de associar o escravismo e o problema racial
38 com o capitalismo de uma forma geral, nunca perderam de vista o conceito de classes
39 sociais. Eles não trabalharam dando ênfase muito grande ao aspecto étnico racial, mas
40 sempre associando a luta e as desigualdades em termos étnicos com o caráter excludente

1 do sistema capitalista e o conceito de classes sociais. Esse é um outro ponto que
2 precisam retomar e aprofundar o debate e só a Universidade pode fazer isso. Portanto,
3 reforça a proposta que já foi indicada por vários colegas, que deveriam nesse momento
4 colocar em votação a proposta de pontos, de uma inclusão maior de alunos da escola
5 pública, isso pode ser de 30 ou 40 pontos e deixar para um segundo momento a questão
6 de cotas raciais, mas que ao mesmo tempo esse Conselho Universitário já sinalizasse
7 para que fossem organizados na Universidade seminários com o objetivo de aprofundar
8 a discussão sobre questões ligadas à problemática racial e étnica na sociedade brasileira.
9 Devem retomar uma discussão profunda, discussão acadêmica, bem fundamentada que
10 possa instruir a comunidade acadêmica para que eventualmente no futuro ela venha
11 tomar uma decisão no sentido de adoção de cotas raciais para ingresso na Universidade.
12 O Conselheiro MIGUEL LEONEL DOS SANTOS diz que defende os 30% de reserva
13 de vagas de todos os cursos para afros e negros, mas embora houvessem estudos da
14 possibilidade de colocar 30 mais 10, 30 mais 15, 40 mais 10, ou 40 mais 15, os
15 argumentos para utilizar uma outra proposta, uma mais avançada e não esta que está
16 colocada aqui, infelizmente acaba reduzindo afros em nove cursos da Universidade.
17 Embora possam dizer que esses alunos são alunos da escola privada, o fato é que não
18 sabem qual que é a condição sócioeconômica deles, pode ser que sejam também de
19 condição sócioeconômica baixa e teriam ganho bolsas para estudar nessas escolas
20 privadas. Então, não dá para fazer várias suposições sobre a condição sócioeconômica
21 desses alunos, mas gostaria de lembrar três argumentos fundamentais que foram
22 colocados no GT. Para excluir a questão afro, primeiro auto-declaração, existe uma
23 dificuldade muito grande de alguns colegas e sentem que essa dificuldade está aqui
24 também e por isso não foi consenso no GT, embora houvesse uma parte considerável
25 que queria introduzir a questão de raça, existe uma dificuldade muito grande das
26 pessoas de aceitar a questão da auto-declaração, aí colocavam a questão de que a UnB
27 adotou a questão da fotografia, houve a polêmica na imprensa, embora adotou-se o
28 critério de cotas nessas universidades, dos casos polêmicos que levantaram foram
29 poucos, um ou outro, então não podem por causa de um outro deixar de aceitar uma
30 questão importante que é a questão da auto-declaração. As pessoas vão e se auto-
31 declaram pardos ou pretos e utilizariam um percentual adicional. A segunda questão, é o
32 estudo que identifica que os alunos oriundos da escola pública que concluíram no
33 mínimo o ensino médio e entram na Universidade com o mesmo rendimento acadêmico
34 dos alunos da escola privada, eles têm um rendimento superior. Isso está comprovado e,
35 portanto é justificável a UNICAMP dizer para a sociedade que, com base nesses
36 estudos, podem indicar 30 pontos a mais para os alunos da escola pública e com isso
37 afirmativamente possibilitar que mais ingressantes se matriculem na UNICAMP a partir
38 do Vestibular. A mesma lógica do estudo pode ser utilizado para o afro. Se existe
39 alguma lógica que podem concluir desse estudo é a que aqueles que têm mais
40 obstáculos na vida, quando superam esses obstáculos do sistema econômico e ingressam

1 na Universidade, eles têm um rendimento acadêmico maior, superior aos das escolas
2 privadas. Como a pessoa tem mais obstáculos, conseguiu enfrentar um maior número de
3 dificuldades na vida, ela vai ter um desempenho melhor nessa única oportunidade e vai
4 procurar fazer da melhor forma possível, esse é o resultado do estudo. Se isso vale para
5 os alunos da escola pública, vale também para os negros que tem um grau de
6 dificuldade maior. A Professora Corinta já colocou que na medida em que vai evoluindo
7 o grau escolar, vai diminuindo o número de alunos negros e esse é um dado concreto, os
8 dados estatísticos demonstram isso. A possibilidade de um negro concluir o segundo
9 grau é 50% menor de um branco, então o obstáculo para o negro é infinitamente
10 superior a do branco. As oportunidades para o pai do branco são muito melhores do
11 ponto de vista de conseguir um emprego do que as do pai do negro, o que faz com que o
12 negro afaste-se da escola. Esta exclusão não é só social e econômica, é de inteligências,
13 de gênios, a maior parte dos gênios do Brasil certamente estão excluídas pelo sistema
14 sócioeconômico. Então, certamente o estudo tem uma lógica. Para se ter um ingresso
15 um pouco maior de alunos afros e negros na Universidade através do vestibular, o
16 cidadão vai ter que ter uma nota mínima, ter um rendimento acadêmico bom no
17 Vestibular, só isso possibilitará que ele tenha os 30 pontos da escola pública e mais 10
18 pontos para corrigir essa situação. Então, o argumento que utilizou no GT foi mais ou
19 menos nesse sentido, mas infelizmente não teve sucesso, porque há algo mais que as
20 pessoas não explicitam claramente e acha que não é concretamente a questão
21 acadêmica. Tem ouvido na vida argumentos preconceituosos por ser negro. Não há
22 questão acadêmica. O estudo da UERJ é uma demonstração clara disso. A pessoa tem
23 uma dificuldade enorme, entrou por cotas e teve um rendimento superior. Isso
24 aconteceu não porque a UERJ facilitou ou deu notas adicionais, as pessoas fizeram
25 provas como os demais, se esforçaram, não tiveram bolsas. Então, se a UNICAMP não
26 adotar a questão de raça, certamente há algo mais além da questão que foi colocada
27 aqui. Como há pouco negro na UNICAMP, 90% dos alunos se auto-declararam brancos,
28 apenas 10% se auto-declararam pardos e pretos, então não dá para deixar passar isso desta
29 forma. Acha que se a UNICAMP não considerar essa questão afro, não vai ser por uma
30 questão acadêmica. Isso está claro, inclusive pelo próprio estudo demonstrado pelo GT.
31 Houve, por exemplo, uma dificuldade grande de aceitar o feriado de 20 de novembro.
32 Há na sociedade brasileira um preconceito muito grande com os negros. Então, embora
33 defenda os 30% de reserva de vagas para alunos afros, reconhece que com a introdução
34 dessa proposta não há como garantir que o rendimento acadêmico destes será igual ao
35 dos demais, mas também não dá para dizer muito incisivamente o contrário. Pode ser,
36 dá para fazer várias suposições, ou o que ocorreu na UERJ, mas o fato concreto é que
37 pelos argumentos apresentados no GT e pela discussão feita nesse Conselho, não dá
38 para aceitar de forma alguma que não haja nenhuma diferenciação para os afros, dado o
39 nível de exclusão social que existe no Brasil e os números que indicam as dificuldades
40 para os afros entrarem na UNICAMP. Pede desculpas, mas a sua fala é de uma pessoa

1 negra, de gente que está cansada. Ninguém na sua família concluiu o segundo grau,
2 apenas três de onze na sua casa concluíram o ensino médio e não foi por falta de
3 esforço, foi por falta de investimento do Estado, foi porque seu pai era carpinteiro,
4 ganhava salário baixo, tinha que garantir as condições mínimas de ração, porque não era
5 alimentação, era no máximo arroz e feijão duas vezes por dia, de maneira que a sua
6 situação em particular reflete um pouco aquilo que ocorre com os negros no Brasil. E
7 essa compreensão o Conselho deveria ter, não dá para aceitar nenhuma diferenciação,
8 não dá para aceitar a proposta dos 30 pontos da forma como está. Os próprios estudos e
9 a lógica indicam que é perfeitamente possível utilizar 30 mais 10. O Conselheiro LÉO
10 PINI MAGALHÃES com a palavra, parabeniza o Grupo de Trabalho, acha que ele
11 trouxe uma visão, embora inicial pela dificuldade do tema, suficiente para poderem
12 tomar alguma decisão nesse primeiro momento. Também ficou feliz com o
13 encaminhamento de iniciar o Conselho Universitário por esse tema e não deixá-lo para a
14 parte da tarde. Relativamente ao tema gostaria de iniciar afirmando seu posicionamento
15 pessoal contra qualquer forma de segregação, inclusive a cor da pele. Não gosta de falar
16 de raça, porque imagina que estão todos defendendo que a raça humana entre na
17 Universidade, então não gostaria de usar esse termo. Achou as observações do Professor
18 Zan bastante apropriadas e da mesma forma não acredita na segregação positiva no
19 contexto da Universidade. Respeita o último pronunciamento, mas não acha que é a
20 forma que deveriam agir nesta questão. Gostaria de afirmar também que é a favor das
21 políticas de inclusão de todos os excluídos, índios, negros, pardos e brancos, se a
22 questão é a cor da pele, e estrangeiros e brasileiros se a questão é a origem. Acredita que
23 um caminho dessa inclusão social, embora tenha sido criticado, porque talvez seja longo
24 no tempo, mas é acertado na ação, é o oferecimento do ensino público de qualidade em
25 todos os níveis de ensino, com instrumentos para impossibilitar a evasão. Procura
26 refletir qual é o papel da UNICAMP nesse contexto complexo dos quais do ponto de
27 vista numérico, são um grão de areia no deserto, mas talvez do ponto de vista do
28 exemplo, da mensagem, um pouco mais do que isso. Já atuaram no ensino médio
29 quando decidiram abolir os testes no Vestibular, isso teve um aspecto na sociedade
30 muito importante. Acha que estão novamente encaminhando uma questão na
31 valorização do ensino público, então essa ação proposta pelo Grupo de Trabalho vai
32 numa afirmação bastante positiva da Universidade de valorizar o ensino público para
33 todos. Vê que a opção pelo ensino privado médio ou fundamental não deve ser pela
34 questão da qualidade, o dia que alcançarem isso, realmente estarão próximos de ser um
35 país razoável. Então, a opção pelo ensino privado pode ser de outra ordem, talvez
36 religiosa, mas não pela qualidade. Hoje em dia, a opção é pela qualidade e vê que a ação
37 deve ser nessa afirmação, um ensino público de qualidade e que impossibilite a evasão.
38 Acha que essa proposta é adequada, mas deve ter um caráter transitório, esperam que no
39 futuro ela não seja necessária, e acha que deve ser reavaliada para o Vestibular de 2005,
40 porque com certeza, em sendo lançada, os números vão diferir muito, porque estão

1 privilegiando certos segmentos. Então, provavelmente toda essa análise feita vai ser
2 muito modificada pela reação das pessoas que vão se inscrever. Gostaria que fosse
3 tomado um cuidado especial entre os selecionados no critério. Compreende que os
4 candidatos beneficiados pelo programa não serão identificados publicamente, mas por
5 outro lado, é preciso ter certeza de que não cometerão o erro de inclusão de qualquer
6 pessoa indevida. Então, acha que devem ter uma preocupação de fazer uma auditoria
7 nos selecionados por esse critério, já que os outros selecionados podem ser auditados
8 publicamente. Dá para verificar se uma pessoa terminou o nível médio ou não, todas as
9 pessoas em princípio têm o nível médio, então gostaria de colocar essa informação de
10 que houvesse uma auditoria. E gostaria também que os dados, embora não sendo
11 públicos, tivessem acesso privilegiado por pessoas na Universidade, por exemplo, o
12 Pró-Reitor de Graduação e o Diretor da DAC. Respeita as diversas opiniões que foram
13 emitidas anteriormente, mas crê que o foco da proposta deve ser um sinal claro de
14 valorização do ensino público. Os outros aspectos podem continuar discutindo, mas o
15 papel da Universidade é fazer com que o ensino público de qualidade seja oferecido à
16 toda população. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO com a palavra, diz que foi
17 mencionado no início como tendo feito uma proposta intermediária do trabalho da
18 Comissão de incluir o critério de cor da pele, raça ou qualquer que seja a definição. De
19 fato fez essa proposta, mas deixa claro que daria essa vantagem extra apenas para
20 aqueles que combinassem as duas condições: escola pública e cor da pele. E foi
21 eventualmente convencido a apoiar a atual proposta da Comissão por alguns aspectos:
22 em primeiro lugar, acha que existe o aspecto jurídico, claramente qualquer que seja o
23 sistema correm o risco de algum questionamento. Se for passo a passo a chance de
24 vencer esse questionamento sobe muito. À medida em que tentam fazer o passo além
25 daquilo, correm o risco de derrubar o sistema inteiro. Então, eventualmente o problema
26 de auto-declaração parece ser o único sistema viável, ele exclui a possibilidade de
27 falsidade ideológica. Se um loiro de olhos azuis se auto-declarar negro ou pardo, não há
28 como questionar e existe a possibilidade se incluírem para qualquer um, não somente
29 para aquele de escola pública. Então, há uma possibilidade grande, e acha que é um
30 assunto a ser estudado melhor. Gostaria de mais informações sobre o problema dos 30
31 ou 40 pontos. Parar nos 30 existe uma diferença muito grande do efeito disso em cursos,
32 e em alguns cursos essa diferença terá um impacto grande. Os 40 pontos, por exemplo,
33 em Medicina pode levar a uma pessoa hoje excluída tirar primeiro lugar no Vestibular,
34 então decidiram parar nos 30 primeiro porque a diferença entre 30 e 40 não significa
35 quanto ao número de inclusões, e os 40 trariam distorções em alguns cursos. Portanto
36 defende a proposta dos 30 e que, caso adotem alguma coisa para raça ou cor, restrito a
37 alunos que combinem as duas coisas. Acha que estariam numa posição mais segura se
38 aprovassem primeiro isto, estudassem e o ano que vem fossem um pouco mais ousados.
39 Está convencido, mas não tem dados para provar que se incluírem raça dentro daquele
40 nível, isto é, mais 10 pontos, estarão escolhendo melhor. Não gostaria de se colocar na

1 posição de pegar uma opinião pessoal da qual não tem uma evidência clara e levar a
2 Universidade a um risco de não conseguir se defender num processo judicial. O
3 MAGNÍFICO REITOR antes de continuar, dá as boas-vindas ao Deputado Estadual
4 Sebastião Arcanjo e consulta se ele deseja fazer uso da palavra. O Deputado
5 SEBASTIÃO ARCANJO agradecendo, diz que gostaria de falar depois de ouvir mais
6 manifestações. O Conselheiro GEORGE GERSHON KLEIMAN com a palavra, diz que
7 foi falado que uma porcentagem muito pequena dos alunos do país entra na
8 Universidade Pública, mas a UNICAMP não pode fazer muita coisa para aumentar essa
9 porcentagem, o que ela pode fazer é tentar garantir que os mais talentosos tenham
10 acesso à Universidade e uma formação boa. Esses são os dois aspectos fundamentais da
11 adequação. O que estão discutindo aqui é o fato que uma camada da população não tem
12 acesso as informações exigidas pela forma de vestibular da UNICAMP. A sabedoria
13 convencional atrás da presente forma de vestibular é que aquele aluno que tem nota boa
14 tem uma formação muito boa no ensino médio. Por esse motivo os alunos de Humanas
15 não têm que estudar Ciências e os alunos de Ciências não têm que estudar Humanas.
16 Por outro lado, os alunos de humanidades, de engenharia da computação e de física,
17 quase todos vão falar que a preparação para o vestibular é uma decoreba. Em sua
18 experiência pessoal dando aulas de Física Básica para alunos com notas boas, descobriu
19 que eles aprenderam no ensino médio sobre Cinética, sobre Eletromagnetismo, mas não
20 entenderam nada e por isso tem que dar de novo essas matérias. Em outras palavras,
21 aquele ensino médio que garante nota boa não é uma formação, não é uma educação.
22 Então, para resolver o problema de acesso ao vestibular talvez deveriam mudá-lo para
23 que seja um exame que tenha a ver mais com talento, ou seja, independente do aluno ser
24 de camada pobre ou rica, negro ou de outra raça. Parece mais aconselhável estudar para
25 mudar a forma do vestibular para ser mais justo. O Conselheiro NILO SÉRGIO
26 SABBIAO RODRIGUES com a palavra, diz que realmente o estudo da Comissão é
27 bastante inteligente e interessante e pode ter desdobramentos. Apoia a proposta do
28 Professor Meyer, embora gostasse de ver uma pontuação até maior para negros, desde
29 que oriundos de escola pública, o efeito combinado. Acredita em tese nessa proposta,
30 pois no mínimo os filhos daqueles que se formarem na UNICAMP estarão em outro
31 patamar. E acredita mais ainda, na UNICAMP nesse processo em função de três
32 aspectos fundamentais: a credibilidade da UNICAMP, a credibilidade do Vestibular e
33 principalmente o Programa de Assistência Estudantil bastante amplo. Gostaria de
34 fortalecer medidas de revisão, além do que estabelecer prazos de funcionamento do
35 Programa. Mesmo que por amostragem, que fizessem estudos de questões de
36 vestibulares, estratificassem as questões e disciplinas do vestibular, talvez assim possam
37 melhorá-lo. O vestibular foi inédito, foi bom para a UNICAMP, já faz algum tempo que
38 talvez ainda não tenha sofrido isso, então realmente a fala do Professor Kleiman é
39 pertinente, descobrir talentos através de vestibular. Apresenta uma proposta para o
40 Artigo 2º da Minuta de Deliberação, substituir o termo “ampliação” por “adequação”. O

1 Conselheiro AZUIR FERREIRA TAVARES FILHO com a palavra, diz que, como
2 representante dos trabalhadores tem um compromisso de honra de defender essa posição
3 do Conselheiro Miguel da cota de 30%, e como trabalhador também tem orgulho de
4 fazer essa defesa e têm convicção nessa defesa. Comenta que os índices mostram
5 claramente a exclusão social e a realidade da sociedade cheia de dificuldades. Tem
6 orgulho da Universidade e do trabalho que ela faz de qualidade e a maior confiança na
7 humanidade em resolver todas as questões. Estão vivendo hoje uma situação
8 excepcional que é essa decisão de influir nesses índices e não devem perder essa
9 oportunidade. Influir nesses índices é aprovar esta proposta de 30% e passar a ter um
10 material humano para poderem garimpar e não contentarem-se com pequenas
11 preciosidades, mas poderem trabalhar essa cota que está faltando da sociedade presente
12 na classificação para ingresso na Universidade de conseguir esses diamantes que estão
13 faltando da população negra e descendentes de negros, para completar e corrigir os
14 índices de dificuldades na educação e no social. Recentemente na Europa um índio
15 falou para a Comunidade Européia sobre a situação que levou essa escravidão e essa
16 exclusão na América. Com a aprovação de 30% dessa cota não vai haver a reparação,
17 mas vai haver a chance de obter a qualidade e aquelas pessoas mais talentosas de
18 trabalhar com esse material humano que não está sendo incluído, e ajudariam o Brasil a
19 mudar esses índices. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO
20 MEYER diz concordar que não devem repetir argumentos, mas gostaria de insistir que
21 acrescentassem aos Considerandos o esforço que a Universidade vem fazendo, não no
22 resultado de políticas de discriminação e exclusão, mas em um dos locais onde eles se
23 manifestam. Também gostaria de agradecer ao Professor Sérgio que lembrou a palavra
24 credibilidade, porque a argumentação pode ser emocional, acalorada e alguns já se
25 manifestaram aqui emocionalmente, mas a aplicação da medida que tomarem tem que
26 ser muito responsável e racional, porque a responsabilidade aqui é com a credibilidade
27 do vestibular e com uma Universidade que muitos acreditam ser a melhor de todas nesse
28 país. Com relação aos 10 pontos, estudos como o Professor Zan defendia, estudos
29 acadêmicos e bem fundamentados, esses que a COMVEST tem produzido, têm
30 mostrado que o vestibular da UNICAMP não é mais exclusivo do que a sociedade na
31 qual ele é aplicado. Esses 10 pontos realmente distinguem em muito pouco entre um
32 estudante e outro, esses 10 pontos são dentro de um espectro que vai de 200 a 800
33 pontos, então seriam mais no sentido de uma sinalização. Acredita que eles estão dentro
34 de uma ousadia responsável possível ainda este ano. Gostaria também de chamar a
35 atenção para um aspecto que o Professor Reis chamou de correção estatística, a
36 proporção daqueles auto-declarados pretos e pardos, na proposta 30 mais 10, tem um
37 crescimento nos de escola pública, ou seja, de 41% de ingressantes auto-declarados
38 pretos e pardos que são de escola pública na proposta 30 pura, só de escola pública, nos
39 30 mais 10 passa a 49%, ou seja, passam a atingir quase metade dos auto-declarados
40 pretos e pardos egressos da escola pública, que é alguma coisa na linha que o Professor

1 Nilo defendia aqui. O MAGNÍFICO REITOR diz que só para não perseverarem em
2 algum equívoco, o percentual que tem na última linha da tabela não é para somar. O
3 Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que pegou os
4 números na coluna onde está escrito negros na proposta 30 mais 10, a 353 e 170 de
5 escola pública, a intersecção de negros e de escola pública, os quase 50%, e na página
6 seguinte está a proposta exclusivamente escola pública, ou seja, a proposta 30 mais 10
7 melhoraria o ingresso daquelas pessoas auto-declaradas pretas e pardas egressos de
8 escola pública. O Deputado Estadual SEBASTIÃO ARCANJO com a palavra, agradece
9 ao Professor Brito a oportunidade de estar se dirigindo pela primeira vez ao Plenário do
10 Conselho Universitário da UNICAMP para falar sobre esse assunto, que pensa ser mais
11 um divisor de águas da própria história da República Brasileira. Divisores de águas
12 porque a história da população negra do Brasil se constitui em determinados momentos
13 num apontar de caminhos para o país, por isso que tiveram a abolição da escravidão e
14 estão sediados na cidade que foi a última a abolir a escravidão no Brasil, e que começou
15 as lutas dos quilombos e com as chamadas revoltas populares. O primeiro Estado do
16 Brasil a fazer a abolição, Pernambuco, deixou a responsabilidade de continuá-la. E quer
17 dividir aqui, além da responsabilidade como Deputado, mas como militante do
18 Movimento Negro, e dizer que estão por fazer ainda a segunda revolução e a segunda
19 abolição no Brasil. Portanto, o debate que se faz aqui foi feito no próprio Congresso
20 Nacional alguns dias antes de se abolir a escravidão e esse era também o debate que se
21 travava. Acha que estão nesse limite entre a ousadia e a prudência, por isso pede
22 desculpas ao Professor Meyer. Os abolicionistas entendiam que era uma atitude ousada
23 e corajosa fazer a abolição no Brasil. E aqueles que achavam que tinha que fazer com
24 mais prudência a fizeram apenas com dois artigos, e portanto não estabelecendo as
25 políticas públicas de caráter compensatório que estavam reivindicando naquela época. O
26 debate que a UNICAMP faz hoje pode dar uma contribuição na discussão que está
27 sendo feita no Brasil inteiro com a responsabilidade, com a credibilidade desta que
28 também acredita ser uma das melhores Universidades Públicas do Brasil. E poderia
29 estar se fazendo esse debate num contexto maior, inclusive na própria discussão da
30 reforma universitária, mas não uma reforma de caráter neoliberal, estatizante, um
31 caráter de reforma que pudesse de fato firmar que tipo de universidade querem construir
32 no Brasil e se ela vai ser uma universidade para todos ou para alguns, se vai possibilitar
33 a transferência do conhecimento e do saber para todos os brasileiros e brasileiras e
34 colocar o Brasil na condição que ele precisa estar para o próximo período nesse século
35 que se abre. Estão debatendo à luz das experiências de diversas universidades públicas e
36 teve um professor, que não lembra o nome, que colocava a questão da legalidade desse
37 debate. Uma vez defensor da política de cotas com muita clareza, com muita definição
38 para a população negra e carente, acredita que todas as propostas aqui apresentadas
39 podem esbarrar em contenciosos judiciários, inclusive a proposta dos 30 pontos. Mas
40 pensa que numa democracia o judiciário deve ser também o caminho para aqueles que

1 se sintam prejudicados por alguma medida do Estado ou dos próprios cidadãos. Defende
2 que a UNICAMP tenha a ousadia necessária para esse momento. As cotas hoje são
3 realidade em várias universidades públicas em Alagoas, na Universidade de Brasília, em
4 Salvador e no Rio de Janeiro, que foi uma experiência pioneira e que teve que sofrer
5 ajustes. Pensa que ao aprovar essa proposta de cotas e com um eixo também para as
6 questões étnicas, deveriam entender se querem fazer ou não reparações. Alguns dizem
7 que a proposta de cotas amortece a chamada “Luta de Classe”, é um equívoco dizer que
8 o Movimento Negro Brasileiro pela história se contrapõe ao processo que permita
9 construir uma cidade mais justa e democrática, que não vai ser também esse instrumento
10 que vai definir se avançarão ou não na luta de classe. Aqui os senhores estudiosos
11 devem saber muito mais desse assunto. Mas afirma que precisam pensar numa política
12 de cotas, de inclusão racial, que essa proposta apresentada pela UNICAMP pode ser um
13 ponto de partida importante, porque há um sentimento que é preciso privilegiar a escola
14 pública, e portanto estabelecer uma política que dê privilégio aos alunos de escola
15 pública é um fator importante. Todos estão desafiados a apresentar uma proposta nova.
16 Todo debate que faz discute isso, apresente uma proposta que seja melhor as outras
17 experiências que estão sendo feitas. Essa proposta pode ajudar, mas pode também ser
18 um pouco mais ousada, à medida que ela pode reconhecer que há necessidade de incluir
19 aqueles que efetivamente estão de fora do ensino universitário no Brasil e que querem
20 ter o direito de estudar na melhor Universidade pública do Brasil que é a UNICAMP.
21 Portanto os negros e carentes querem entrar na UNICAMP e essa proposta pode
22 ampliar. Sabe que a prudência é necessária, sobretudo para aqueles que tem a
23 responsabilidade de dirigir essa Universidade, mas da mesma forma que esse projeto
24 estabelece um processo de avaliação, nada impede, na sua modesta opinião, que os
25 senhores e senhoras possam incluir um quesito que aponte a perspectiva de inclusão de
26 negros por esse critério que está sendo apresentado aqui, porque todos defendem as
27 cotas com convicção e seriedade com base na luta do movimento negro, entendem que
28 as cotas adquirem uma perspectiva tática e não estratégica. Portanto são a favor das
29 cotas com procedimento de acompanhamento, de avaliação, com critérios rigorosos.
30 Não conhece nenhuma política pública no Brasil que não seja objeto de fraude, por isso
31 tem o Ministério Público, tem o Tribunal de Contas, têm aqueles que deveriam fazer a
32 fiscalização do Executivo. A UNICAMP é submetida ao Conselho Universitário,
33 eventualmente já tiveram vários programas públicos no Brasil que foram objeto de
34 fraude, alguns devidamente punidos e alterados. Portanto o argumento da fraude
35 também é muito simplista para dizer que as pessoas vão se auto-declarar negras para se
36 beneficiar desse processo. Conclui dizendo que gostariam que a UNICAMP pudesse
37 ousar, para oferecer ao Brasil aquilo que de melhor essa Universidade tem, um corpo
38 técnico de excelência e conhecimento e que portanto pode avançar na proposta que está
39 sendo apresentada aqui. Com critérios, com período, podem estabelecer uma meta,
40 cinco ou dez anos de avaliação, verificar quanto entrou, que nível entrou, qual foi o

1 resultado dessa política de inclusão que a UNICAMP está apresentando. Não tem a
2 menor dúvida, se a UNICAMP avançar nessa direção apresentando a partir desse
3 critério, que é ousado, corajoso, mas que pode avançar ainda mais a convicção, podem
4 daqui alguns anos ao fazer aferição, chegar aos mesmos resultados que todas as
5 Universidades que estabeleceram o sistema de cotas no mundo chegaram, que é uma
6 questão de oportunidade e que os resultados são muito satisfatórios, basta incluir um
7 outro critério. Está certo que ao optar pela escola pública estão focando na importância
8 de valorizar o ensino público. Ao optar pela renda estão querendo privilegiar aqueles
9 que mais precisam, mas isso ainda é insuficiente, precisam de fato criar um ambiente de
10 diversidade, de pluralidade nas Universidades. Quem sabe com a adoção desse critério,
11 não só a Universidade brasileira possa ganhar com isso, mas possam apresentar mais um
12 elemento de esperança sobretudo para a juventude negra que hoje é a principal vítima da
13 violência. E diz sempre para a Professora Corinta: para milhões no Brasil pode ser que
14 nesse momento, enquanto estão aqui para decidir se vão ou não ampliar, ousar ou não,
15 muitos deles estão optando entre uma caneta e um fuzil, entre entrar e permanecer numa
16 escola pública ou resolver as coisas da maneira mais fácil, com uma arma na cintura,
17 levando as pessoas às conseqüências irreparáveis, portanto essa oportunidade pode se
18 constituir num gesto generoso para dar a muita gente nesse Brasil uma oportunidade,
19 um sonho de um dia quem sabe ter um diploma, não aquele discurso fácil para entrar no
20 mercado de trabalho, porque sabem que muita coisa precisa ser feita para isso, mas dar a
21 eles as condições que todos um dia podem desejar para milhões de jovens brasileiros
22 que estão excluídos e continuarão excluídos, porque é preciso ampliar o número de
23 vagas, é preciso melhorar as condições da escola pública. O projeto apresentado na
24 Assembléia Legislativa vai nessa direção. A idéia de que ao estabelecer programas
25 como esse que está sendo discutido aqui, as Universidades que lutam com muito afincio
26 para a ampliação das suas verbas orçamentárias possam inclusive ter um percentual a
27 mais no repasse orçamentário que o Estado deveria fazer e não faz de maneira
28 adequada. A partir de programas como esse na proposta na Assembléia Legislativa, as
29 Universidades Públicas de São Paulo podem e devem ter por parte do Governo do
30 Estado de São Paulo as contrapartidas também econômicas para que elas possam
31 ampliar as suas perspectivas de programa, de manutenção e de extensão dos serviços
32 públicos. O MAGNÍFICO REITOR agradece o Deputado Sebastião Arcaño pelas
33 considerações, especialmente as últimas sentenças. A Conselheira RENATA
34 BELZUNCES DOS SANTOS com a palavra, atendo-se a questão de cota para negros e
35 negras, diz que colocará uma posição sua, mas que o seu voto é o voto de representante,
36 é o voto do Congresso dos Estudantes da UNICAMP, o qual respeita e defende que todo
37 representante deve fazer a mesma coisa. Alguns já colocaram e remeteram e pode ser
38 tranquilamente feito esse debate ao tempo no final do século XIX ao fim da escravidão.
39 Sabem que existem os setores abolicionistas e os setores não abolicionistas e que ambos
40 não eram de forma alguma homogêneos, que entre os abolicionistas haviam

1 abolicionistas por diversos motivos, e que entre os não abolicionistas haviam os não
2 abolicionistas por diversos motivos. Entre esse setor dos não abolicionistas havia os não
3 abolicionistas humanitários. O que diziam eles e que foi ultimamente retratado, trazido à
4 tona com muito brilhantismo pelo Élio Gasperi em sua coluna na Folha de S. Paulo aos
5 domingos: “Pobres negros, como nós vamos soltá-los? Onde eles vão trabalhar, como
6 vão comer, como vão viver. Nossa sociedade não está preparada para receber esses
7 negros. Não somos contra os negros, mas também não dá para fazer abolição porque
8 eles vão ser penalizados”. Era o que dizia esse setor que está chamando de os não
9 abolicionistas humanitários. Justificavam a sua posição contrária à abolição com
10 motivos que pretensiosamente seriam mais usados, seriam mais quistos pelos próprios
11 negros. Acha que se um negro ouviu um não abolicionista desse tipo deve ter dito dizia
12 que não foi consultado, pois prefere ser livre e cuidar da sua vida. Esse debate está
13 voltando aqui exatamente dessa mesma forma. Existem os setores que não defendem as
14 cotas e se preocupam com esses motivos, é justo que se preocupem, se preocupem com
15 a adaptação do aluno negro dentro da Universidade, do preconceito que ele possa vir a
16 sofrer, da estrutura que a Universidade tem para receber esse estudante negro,
17 principalmente no tocante à assistência estudantil. E como foi dito aqui, realmente estão
18 no limite entre a ousadia e a prudência, mas lembra que se a prudência tivesse sido o
19 caminho escolhido no final do século XIX, a abolição da escravatura não teria ocorrido.
20 Então, de fato podem sim retornar a esse debate da abolição. Quem por excelência deve
21 fazer essa justa reparação, por todos os argumentos que já foram levantados aqui, é a
22 escola pública. Infelizmente existe um projeto do Governo Federal, a Reforma
23 Universitária, onde está previsto um projeto de inclusão, mas é como a Professora Maria
24 Aparecida falou, um projeto de segunda, o Governo cai na sua própria armadilha,
25 institui um Provão através do qual pretende demonstrar à sociedade quais são as
26 instituições públicas e privadas que tem qualidade e as que não tem qualidade, e
27 seguidamente coisa que não é nenhuma novidade, as escolas particulares obtiveram
28 sempre na média o pior desempenho, com algumas raras exceções em alguns cursos
29 específicos, e nesses cursos específicos muitos eram estudantes das escolas públicas que
30 boicotavam o Provão. Apesar de não concordar com o Provão, realmente o Governo
31 conseguiu provar o óbvio, e agora quer mandar fazer inclusão social, colocando os
32 alunos descendentes de negros, ex-penitenciários e índios nesse bloco de segunda
33 categoria. Onde está a inclusão social que se pretende fazer? Então, assim como já foi
34 dito por outros Conselheiros, também acha que precisam ter uma posição sobre a
35 questão das cotas. E ainda sobre o relatório da Comissão, acha que quando se faz essas
36 Comissões, existe sempre uma posição que é majoritária e uma outra minoritária e só se
37 trazem propostas e fazem estudos sobre o que é majoritário e o minoritário fica
38 realmente excluído. Claro que vai haver maioria e minoria, mas o que eu pediria é que
39 nas futuras Comissões os resultados minoritários sejam apresentados, para que sejam
40 estudadas as posições minoritárias, ainda que se diga claramente que há uma majoritária

1 e é essa. Acha que isso é um vício em todos os relatórios. O Conselheiro ODIRLEI
2 CONRADO DE SOUSA com a palavra, inicia sua fala fazendo um comentário sobre a
3 fala do Professor Kleiman. Dizer que a UNICAMP não pode fazer muita coisa sobre a
4 desigualdade de acesso ao ensino superior e a desigualdade sócioeconômica, é
5 subestimar o potencial transformador da Universidade pública, em especial da
6 UNICAMP. Acha que a UNICAMP tem muito a oferecer, tem muito a contribuir para a
7 resolução dos problemas sociais, e ainda que não consiga resolver o problema inteiro da
8 falta de acesso ao ensino superior público, tem condições de contribuir muito nesse
9 campo. Mais ainda, tem uma posição muito clara sobre a questão do mérito e sobre a
10 questão que foi tratada como valor acadêmico, mas que chama de meritocracia. Se foi
11 proposto trazer para só os mais talentosos, como a Conselheira Marcela já propôs a
12 correção, só os mais competentes, na verdade são os que tiveram mais condições. Se
13 quiserem como estudantes da UNICAMP só os melhores, seria a mesma coisa que
14 propor que no Hospital de Clínicas da UNICAMP só estivessem os pacientes mais
15 saudáveis. Acha que a UNICAMP contribuindo para a resolução dos problemas sociais
16 e também para a resolução dos problemas de acesso, tem sim que levar em consideração
17 a desigualdade no ensino público, no ensino fundamental e médio e colocar essa questão
18 e não esperar que o ensino se resolva daqui a vinte ou trinta anos para que esses
19 estudantes possam cursar a Universidade. Então, se não levarem em consideração que
20 existem muitos estudantes que embora não tenham condições de passar numa prova de
21 Vestibular como da UNICAMP, teriam totais condições de acompanhar o curso superior
22 de graduação com desempenho acadêmico equivalente ao de um egresso da escola
23 privada ou da escola pública que conseguisse passar no Vestibular. Então, hoje num
24 Brasil pauperizado, a Universidade é um dos últimos espaços onde é possível garantir
25 ou conquistar um mínimo de cidadania e dignidade. Se não levarem em consideração
26 esses estudantes que hoje não teriam condições de passar no Vestibular, e aí louva a
27 menção que o Professor Ripper fez sobre possibilidade de cursinho ou alguma outra
28 forma de apoio nesse sentido, é negar a chance desses estudantes chegarem à
29 Universidade. A proposta então é moldar um pouco mais a questão sócioeconômica. A
30 deliberação do V Congresso dos Estudantes é reserva de vagas para os candidatos
31 socioeconomicamente mais desfavorecidos. Deixa claro que a sua proposta concreta é
32 reserva de vagas para os candidatos socioeconomicamente mais desfavorecidos, o que
33 não significa que está se opondo e que o movimento estudantil também à inclusão étnica
34 e nem a inclusão meramente da escola pública. Então, é um novo elemento que pode
35 inclusive combinar com os outros dois, que é a questão sócioeconômica, inclusive no
36 limite até aceitariam discutir a questão de bônus, de acréscimo de pontos para
37 candidatos socioeconomicamente mais favorecidos. O Conselheiro MOHAMED
38 HABIB com a palavra, diz que a UNICAMP recebeu no último Vestibular, 292 afro-
39 descendentes. A proposta de 30 pontos para alunos oriundos das escolas públicas leva
40 esse número para 306, portanto um aumento de 14 alunos. A proposta de 30 mais 10

1 autodeclarantes ou afro-descendentes elevaria esse número para 253, portanto
2 aumentaria em 61 alunos. A diferença entre 14 e 61 é de 47 alunos para um conjunto de
3 2.500 em média que entra, isso é um valor inferior a 0,2%, que não representa nenhum
4 impacto visível, mas abre uma porta para uma questão que, sob uma ótica conceitual, é
5 muito importante, porque tenta mostrar para a sociedade que a UNICAMP está
6 apresentando uma proposta que leva em consideração o passado da comunidade afro-
7 brasileira e não apenas tenta resolver uma questão conjuntural que está acontecendo
8 hoje nas escolas públicas. Esse é um exemplo muito bonito. Devem ter uma consciência
9 clara que estão falando de um processo competitivo, um processo excludente e que
10 acaba também trazendo problemas para a própria sociedade, já que buscam apenas
11 talentos. Essa visão precisa ser corrigida, porque não basta buscar talentos. Gostaria que
12 nos Vestibulares da UNICAMP e das demais Universidades, se colocasse outras
13 matérias como ética, solidariedade e fraternidade. Não basta o jovem ser talentoso em
14 física, matemática ou química, ele precisa ser talentoso também em outros valores como
15 solidariedade, compreensão, tolerância, saber compartilhar e não apenas discutir e
16 disputar com os demais jovens. Então, precisam ter uma consciência sobre o processo
17 que estão desenvolvendo. A Universidade brasileira foi vítima desse processo desde
18 1968 com a Reforma Universitária daquela época e que hoje já estão discutindo
19 também. É bom começarem a incluir nesses debates esses demais valores. Portanto, se a
20 UNICAMP está hoje apresentando uma proposta de caráter experimental apenas para o
21 próximo concurso Vestibular, acha que a proposta 30 mais 10 contempla muita coisa, e
22 tira também sentimentos que podem deixar mágoas. Quem sabe com isso durante o
23 trabalho contínuo dessa Comissão, podem melhorar. Já que a fase é experimental valeria
24 a pena experimentar os 30 mais 10. O Conselheiro RONALDO LUÍS DE ALMEIDA
25 com a palavra, diz que, como Campinas foi uma das últimas cidades a abolir a
26 escravidão negra, que a UNICAMP não seja a última Universidade no Brasil a adotar o
27 sistema de cotas, uma vez que já tem aproximadamente dez Universidades no país que
28 já estão adotando o sistema de cotas por curso. Então, reafirma essa questão e defende a
29 proposta dos 30% para negro em cada curso. Lembra que ao longo da existência da
30 cidade de Campinas, de 1774, dados históricos, até o período de 1988, que foi a data
31 oficial do período da escravidão no Brasil, passaram 214 anos, e que após a abolição
32 dos escravos negros no Brasil até a data de hoje, aproximadamente 104 anos, o período
33 da República, os trabalhadores nunca tiveram a oportunidade de estar elegendo alguém
34 como representante negro na Câmara dos Vereadores. E após 100 anos de abolição dos
35 escravos, a primeira Vereadora negra de Campinas é a Senhora Maria José da Cunha,
36 que é funcionária licenciada dessa Universidade, que está presente aqui hoje, e também
37 o Senhor Reginaldo Bispo, que é Secretário Estadual e Coordenador do Movimento
38 Negro Unificado em Campinas. Em quase quatro anos como membro deste Conselho,
39 somente no final do ano passado houve uma reunião extraordinária para apresentar a
40 preocupação com relação a cota dos 30% por vaga em cada curso da Universidade, uma

1 vez que naquele período, o Deputado Sebastião Arcanjo tinha apresentado na
2 Assembléia Legislativa a introdução do projeto de cotas. Então, foram apresentados ali
3 vários argumentos em relação à questão dessa proposta apresentada, no sentido ou não
4 da aceitação das cotas, onde se lembrou sobre o direito da autonomia da Universidade.
5 Acha isso louvável, porém após alguns dias depois de apresentar o projeto de cotas na
6 Assembléia Legislativa foi também colocado um projeto para cobrar dos trabalhadores
7 estatutários 5% a mais como contribuição previdenciária e esse projeto foi aprovado e a
8 UNICAMP nesse momento criou uma série de polêmicas no sentido de não repassar
9 essa verba ao Governo do Estado, mas por fim não chamou uma reunião extraordinária
10 para estar debatendo esta questão com os Conselheiros e posteriormente abrir mão de
11 estar repassando esses 5%. O projeto do Deputado Sebastião Arcanjo ainda não foi
12 votado, não foi transformado em Lei, mas havendo uma proposta e sendo votado
13 favorável, que seja implementada nesse momento também na Universidade da mesma
14 forma que foi apresentado e defendido o projeto de Lei dos 5% de desconto dos
15 trabalhadores. Gostaria que também o critério dos 30% fosse adotado em outras áreas,
16 porque hoje está havendo uma exclusão dos trabalhadores de uma forma geral na
17 Universidade, que o número de trabalhadores não tem aumentado, e o acesso dos que
18 estão ingressando hoje via bolsa ou via estágio, deve ser representado porque os
19 estagiários que têm ingressado na Universidade na sua ampla maioria são brancos.
20 Então, que o sistema de cotas fosse revisto nesse sentido, até mesmo no caso dos 84
21 professores que a Universidade estará contratando neste ano para substituir os
22 aposentados, estar dando preferência ou criando um critério para estar privilegiando
23 dentro desta cota os professores negros. O Conselheiro PAULO EDUARDO DE
24 ABREU MACHADO com a palavra, diz que sendo da comunidade externa desta
25 Universidade, não poderia deixar de se congratular pelo nível não só do trabalho
26 apresentado como o nível das discussões. Gostaria, além de complementar, que a
27 Comissão fizesse pelo menos uma observação, porque quando usam todos os dados,
28 verão que o número de egressos na faixa mais baixa de salário mínimo aumentou
29 brutalmente, mas quando olham o número de pessoas que vieram da escola pública ele
30 não aumentou, embora tenha aumentado o número de candidatos, ou seja, mais gente
31 saiu de faixas melhores para as faixas piores. Então, acha que se puser na ponta do lápis
32 esses números, não vai aumentar os egressos da escola pública, vai garantir que eles
33 continuem. Se o número de egressos da escola pública não modificou e o número de
34 pessoas de baixa renda aumentou o tempo da escola pública, na realidade estão
35 garantindo simplesmente a não perda destes que tinham o direito antes de 2001 e que
36 perderam o direito até 2004. Então, essas trezentas vagas, que é o aumento, realmente
37 refletem muito mais do que qualquer coisa, não o problema da escola pública que
38 continua com a mesma situação, isto é, sem nenhum grau de melhora. O problema não é
39 a escola pública, é a falta de renda e a evasão das pessoas que têm baixa renda no
40 sentido de arcar com a Universidade. Tem quase certeza que dobrar o número de

1 pessoas que vêm da escola pública nada mais é do que garantir aqueles que já vinham
2 da escola pública, não aqueles que foram empurrados para a escola pública, e é uma
3 questão puramente social. O Conselheiro ALAN SILVIO RIBEIRO CARNEIRO com a
4 palavra, lembra e reafirma a proposta da estudante secundarista de que 50% das vagas
5 fossem reservadas para os estudantes oriundos de escola pública e 20% dentre esses
6 50% para os estudantes afro-descendentes, e no caso solicitou também, que isso fosse
7 discutido na Comissão, não decidido agora. Baseado nesses dados que foram entregues
8 sobre as características sociais dos estudantes da UNICAMP, faz destaque para a
9 questão dos estudantes que estão na faixa de renda mais baixa. Se a proposta é trabalhar
10 com inclusão sócioeconômica, deveriam ter como meta a ampliação da porcentagem de
11 estudantes que estão nos primeiros níveis dessa escala, esses 6,23% que tem a renda per
12 capita entre zero e um salário mínimo. Porque afinal de contas a renda per capita de
13 quatro ou cinco salários mínimos, dá aproximadamente de três a quatro mil reais, que é
14 o dado utilizado para dizer que a UNICAMP trabalha com estudantes
15 socioeconomicamente desfavorecidos. Efetivamente, uma renda familiar de três a
16 quatro mil reais não é exatamente uma renda familiar de uma família pobre no Brasil, é
17 uma classe média baixa. Então, seria de vital importância que tentassem trabalhar com
18 essas metas, de ampliar o número de estudantes que estão na base da pirâmide social a
19 curto prazo, poderia ser, por exemplo, para 25%; a médio prazo, 50%, e que isso
20 pudesse ser feito através de outros mecanismos, como sugeriu o Professor Ripper, em
21 cursinhos populares, pode ser por exemplo com critério de nota mínima e 50% das
22 vagas, por exemplo, são para os socioeconomicamente mais desfavorecidos. Acha que a
23 inclusão social passa pela ampliação do número de estudantes que estão na base da
24 pirâmide social. O Conselheiro JOÃO HENRIQUE GALVÃO com a palavra, em
25 relação ao que muito já foi trabalhado, discutido e argumentado, não podem estar
26 negando que o país está fundado, além de ter uma história racista, hoje há uma realidade
27 racista. Há uma idéia de que o negro na sociedade brasileira não é discriminado, é
28 tolerado, mas se pegarem as estatísticas e tudo que foi levantado hoje, vêem que as
29 oportunidades entre negros e brancos são bastante desiguais. Então, dizer que existe um
30 abismo de diferença entre salários, postos de trabalho e cargos administrativos, têm
31 também situações que são agravadas se pegarem, por exemplo, um perfil de uma mulher
32 negra que tem um acúmulo enorme de cargas de opressão. E isso tudo inclusive, de
33 certa forma, é uma idéia que foi influenciada principalmente pela visão da existência de
34 uma democracia racial no país, que inclusive foi fruto da produção intelectual a partir
35 do início da década de 30 e que tem esse reflexo acompanhando até os dias atuais.
36 Então, acha que está mais do que na hora de ouvirem a reivindicação do Movimento
37 Negro que há décadas, para não dizer séculos, reivindica essa ação afirmativa, inclusive
38 como medida transitória, enfim, para que possam reverter a existência dessas cotas para
39 brancos que estão instaurados hoje na realidade universitária e na realidade do sistema
40 educacional superior. Se as desigualdades são construídas a partir do berço, é porque as

1 diferentes oportunidades são construídas a partir da infância do ser humano, então vêm
2 que medidas como essa são cabíveis, são urgentes e são necessárias para reparar uma
3 situação histórica. Essa decisão é fundamentalmente política, não tem muito que
4 estarem se digladiando, mas é o caráter decisório, é a mudança de um rumo com qual o
5 ensino superior brasileiro vem tomando para de fato integrar uma parcela da sociedade
6 que historicamente se encontra fora da Universidade. O critério de pontuação que
7 apareceu como uma tentativa de agradar ambos os lados, uma tentativa de conciliar
8 gregos e troianos, não surte um efeito desejado, até porque na medida em que
9 discutirem políticas de inclusão, quem é oriundo da escola pública ou quem tem uma
10 situação econômica mais desfavorecida, discutirão formas de aumento de taxa para o
11 Vestibular, que é uma política que não cabe aqui nesse momento. Infelizmente houve
12 um novo reajuste, e acha que precisam discutir com as ações já implementadas. A
13 Conselheira LAURIONE CÂNDIDO DE OLIVEIRA com a palavra, diz que, qualquer
14 que seja a posição reflexiva que tomem nesse momento afirmando cotas como exercício
15 político-social para inclusão social de 30 ou 30 mais 10, devem reafirmar a posição da
16 necessidade urgente de uma política pública e afirmativa no ensino público no Brasil.
17 Porque investir na educação é isso que se faz necessário, é operacionalizar
18 desenvolvimento econômico social, porque investir na educação é criar uma logística
19 futura para o país. Não há que se pensar no agora, têm que pensar na logística futura do
20 país. Investir na educação pública é proporcionar mudanças de paradigmas, é gerar
21 diversificação no saber nas ciências políticas, sociais e científicas. Devem sim
22 pressionar os coordenadores da política educacional do país na tese de melhoria do
23 ensino público para que haja maior participação dos alunos das escolas públicas nas
24 universidades estaduais e federais. O Conselheiro RICARDO DE OLIVEIRA ANIDO
25 com a palavra, diz que apoia essa proposta da Comissão, que foi bastante competente ao
26 conseguir inventar ou descobrir uma maneira inovadora de afirmação, de uma ação
27 afirmativa que tem impacto em todos os cursos, ao contrário de esquemas de cotas
28 únicas, que seja uma cota em cada curso, se for uma cota única para os alunos. Essa
29 maneira de inclusão proposta pela Comissão é interessante e tem também um impacto
30 de valorização no ensino público. Reafirma que se fosse ampliada a capilaridade do
31 Vestibular, melhoraria em muito o acesso de alunos mais carentes, porque se deslocar
32 para fazer o Vestibular não é trivial. E acha que existe uma outra ação afirmativa para a
33 própria escola pública, que é esse apoio das licenciaturas noturnas para possíveis
34 professores. Julga a proposta interessante também e que não foi muito comentada.
35 Lembra que não estão discutindo apenas esta proposta de inclusão através de pontuação.
36 A Conselheira CORINTA MARIA GRISOLIA GERALDI diz que tem uma dúvida em
37 relação a tabela. Pelos índices apresentados na primeira folha que se refere a primeira
38 chamada, 20, 30 e 40% às NPOs e mais 10 pontos para os negros, na situação atual há
39 quatorze cursos que ainda ficariam com 0% de negros e que pertencem à escola pública.
40 Adotando o mais 30 que é o terceiro conjunto de colunas da primeira tabela, reduz de 14

1 para 12 e é interessante que cursos como Educação Física e Música Popular continuam
2 a não ter negros que são oriundos da escola pública. É interessante porque essa conexão
3 entre escola pública e afro-descendente é que talvez pegue o segmento mais
4 desfavorecido. Na segunda folha no índice mais elevado, dez cursos ainda continuam
5 com 0%. Na terceira folha sete cursos ainda se mantêm com 0% na última coluna, e
6 finalmente só na política pública mais 20, mais afro e afro mais 8, a interseccão é capaz
7 de atingir todos os cursos, mesmo que o número seja pequeno. Gostaria de saber qual é
8 a opção que estão tomando. O MAGNÍFICO REITOR diz que vale o que está escrito, o
9 dado é esse mesmo. O Conselheiro JOSÉ TADEU JORGE com a palavra, diz que é
10 importante pontuar algumas observações ainda em relação ao GT e depois algumas
11 questões mais gerais. Todas as questões foram exaustivamente discutidas no Grupo de
12 Trabalho, e talvez não estejam tão explícitas no relatório, por isso fez parte aqui de
13 algumas observações. A primeira observação é que isso pode ser visto pela tabela que
14 está na página 5 do Adendo à Ordem do Dia, o Vestibular da UNICAMP não tem o
15 efeito de discriminar os diversos segmentos que contempla. É possível observar aí a
16 pertinência entre a inscrição e a aprovação pelo Vestibular aqui na UNICAMP. O Grupo
17 de Trabalho discutiu muito uma questão que é a da auto-exclusão, as pessoas que não se
18 inscrevem no Vestibular da UNICAMP imaginando que não teriam condições de
19 acesso, por isso o Grupo de Trabalho propôs o aumento das isenções das taxas e o
20 aumento das campanhas de divulgação e em especial de eventos que aproximem mais a
21 Universidade do ensino público. Segundo aspecto que também fez parte das discussões
22 do Grupo de Trabalho é o efeito Colégios Técnicos e foi bastante explicitado que esse
23 efeito não se verifica significativamente nas simulações que foram feitas. Em relação à
24 questão das cotas o GT considerou, e explicita isso no Relatório, que as cotas entendidas
25 como simples reservas de vagas colocavam a instituição UNICAMP em risco, uma vez
26 que o assunto ainda está submetido ao Supremo Tribunal Federal e há resultados de
27 julgamento de cotas em outros países que apontaram pela inconstitucionalidade dessa
28 forma de fazer inclusão social. Então, essa foi a razão pelo que o GT não considerou a
29 proposta da implantação de cotas na Universidade. Há também a questão da inclusão
30 sócioeconômica, evidentemente a inclusão sócioeconômica pode não se dar no nível e a
31 gosto da avaliação que cada um faz, mas olhando as tabelas que estão nas folhas 12 e 13
32 da pauta, quando se analisa os isentos que entraram atualmente há o número de 93,
33 quando se analisa os isentos que entrariam pelo critério escola pública 30 pontos, são
34 118. Proporcionalmente esse é um dos crescimentos mais expressivos da proposta que
35 está feita e apenas para que a discussão seja absolutamente honesta, o GT fez questão de
36 pautar o tempo todo, a tabela na página seguinte quando se inclui os 10 pontos para os
37 negros, o número de isentos no Vestibular é o mesmo, 118, ou seja, ao incluir a
38 pontuação para negros não aumenta a inclusão por condição sócioeconômica, é isso que
39 mostra esses resultados que estão colocados aqui. Também dentro dessa questão de
40 muita honestidade na discussão que foi feita, o efeito negativo, de certa forma, de que

1 oito cursos diminuem o número de negros quando se acrescenta os 30 pontos para
2 escola pública. Seria importante dizer que 40 pontos não resolve, o problema persiste na
3 maioria desses cursos. O que fez levar a simulação de 10 pontos é exatamente que
4 corrigiria esse possível efeito inadequado em relação a proposta anterior e na verdade,
5 são por precisão oito cursos, porque no curso de Estatística que é o nono a pessoa deixa
6 esse curso, mas vai para a sua opção melhor, então essa pessoa não deixa a
7 Universidade. É importante salientar que o Grupo de Trabalho teve bastante consciência
8 em relação a isso, que diz respeito à qualificação da escola pública no que diz respeito
9 ao ensino fundamental e médio. É importante ressaltar aqui, e alguém até já se
10 manifestou no sentido de incluir nos Considerandos, que a UNICAMP já faz várias
11 coisas, vários projetos nessa linha, mas é fundamental deixar registrado, porque isso
12 também foi assunto no Grupo de Trabalho, que qualificar o ensino fundamental público
13 e o ensino médio público é uma política de Governo, portanto é algo que tem que estar
14 pautado e liderado pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, e a Universidade
15 pode contribuir como formuladora dessa política, mas jamais assumir o papel de
16 Governo que é cuidar bem e adequadamente do ensino de uma forma geral. Em resumo,
17 o Grupo de Trabalho se considerou seguro pelos estudos realizados pela Coordenadoria
18 de Pesquisa da COMVEST para indicar os 30 pontos, isso foi quase unânime por parte
19 da conclusão do Grupo de Trabalho. E houve vários componentes do Grupo de Trabalho
20 que manifestaram uma insegurança, um receio por não ter dados explícitos sobre a
21 questão da cor auto-declarada, por isso que o GT recomendou que se iniciassem os
22 estudos sobre que impacto tem a cor auto-declarada no aproveitamento acadêmico na
23 Universidade. É bem possível que o efeito se verifique da mesma forma como o que se
24 verifica com a escola pública. Esse é mais ou menos o sentimento que tem no Grupo de
25 Trabalho, mas não haviam dados, e portanto o receio, a insegurança, vem da
26 inexistência desses dados que poderiam objetivar essa questão. Provavelmente os dados
27 vão demonstrar com bastante clareza qual é o efeito da cor auto-declarada no
28 aproveitamento dos estudantes após o ingresso na UNICAMP. Várias pessoas já se
29 manifestaram no sentido de que a UNICAMP vai ser exemplo, vai influenciar outras
30 ações, esse é o lado extremamente positivo. Por outro lado, todos vão estar olhando para
31 aquilo que a UNICAMP fez e vão estar olhando com os olhos dos seus interesses, das
32 suas análises, das suas avaliações, então é o momento de necessidade extrema de coesão
33 institucional. Acredita que cada um vai compor o seu voto com a consciência e com a
34 análise que fez, mas seria absolutamente fundamental que tentassem pelo menos
35 caminhar na direção de um consenso que permitisse essa coesão institucional num
36 momento que a UNICAMP, certamente, vai dar esse exemplo de uma maneira nova e
37 qualificada de fazer inclusão social. O MAGNÍFICO REITOR comenta que essa foi
38 uma das reuniões onde talvez tenham tido o maior número de membros inscritos para
39 fazerem suas considerações sobre o tema, onde usaram mais tempo para fazer uma
40 discussão. A participação foi intensa e com isso dá para aferirem um pouco o

1 sentimento. Excetuando-se algumas manifestações que insistem na questão cotas com
2 uma certa porcentagem, e o número que foi falado aqui em geral foi 30% em cada um
3 dos cursos da UNICAMP, com exceção de uma que falava sobre 100%. Então, acha que
4 há uma razoável concordância do Conselho, pelo menos não houve uma oposição
5 explícita manifestada, com a parte mais 30 pontos da proposta que está na Ordem do
6 Dia, essa está razoavelmente majoritária aqui nesse Plenário. Houve muitas
7 manifestações também sobre a questão da adição dos 10 pontos em função da cor da
8 pele, não foi um número pequeno. Tem a impressão de que certamente nessa questão da
9 adição de 10 pontos há um pouco mais de divisão ou de falta de convicção institucional.
10 A quantidade de considerações sobre este assunto foi apreciável a ponto de que
11 precisam considerar este assunto. Na verdade, acha que estão de alguma forma
12 reproduzindo o tipo de dúvida que houve no Grupo de Trabalho. Tem uma parte dessa
13 decisão que é completamente explicável e justificável em termos completamente
14 racionais, que é a parte mais 30; tem a outra parte do mais 10 que requer um pouco mais
15 de intuição. Acha que estão frente a uma decisão onde o ponto último que o Professor
16 Tadeu afirmou, é muito importante. Seria extremamente relevante para a Universidade
17 que pudessem chegar a esta decisão com uma maioria ampla do Conselho Universitário.
18 O ideal seria que pudessem fazer por unanimidade, mas também seria pedir demais.
19 Mas seria bom se pudessem chegar à conclusão sem frações demais. É claro que quando
20 falam de tentar evitar frações, estão falando de alguns aceitarem algo que não
21 consideram que é o perfeito, mas é assim num órgão desse tamanho, vão chegar na
22 decisão baseado nisso. É claro que podem sempre fazer um encaminhamento meio
23 standard, votar quem é a favor de 30, quem é a favor de 10, mas não estão falando de
24 uma decisão tão simples como outras complicadas que já tomaram aqui. Diz isso porque
25 é importante ter em mente não só o fato de que essa decisão da UNICAMP de alguma
26 maneira poderá vir a pautar a discussão sobre isso no país, como o fato também de que
27 serão submetidos a checagens e confrontações. E quando há uma confrontação dessa
28 natureza até mesmo o nível da maioria que se estabelece no Conselho pode virar
29 argumento na hora de se fazer essa discussão, já houve outras ocasiões em que isso
30 aconteceu. Incluir o assunto dos mais 10 pontos quase viola o conceito geral da
31 proposição que está na Ordem do Dia, que do jeito que ela está é totalmente baseada em
32 escolher alunos mais aptos. Entretanto, podem fazer uma inferência, uma suposição, que
33 no caso dos mais 10 pontos também podem supor que funcionaria mais ou menos de
34 modo semelhante. Na verdade o que estão fazendo é pegar pessoas que estariam meio
35 empatadas no Vestibular e desempatar a favor daquele que supõem, de maneira
36 razoável, que sejam os menos favorecidos e que portanto ao mostrarem um desempenho
37 semelhante pode ser considerado como uma demonstração de maior capacidade. Então,
38 tem esse argumento que a inserir essa questão dos mais 10 nos conceitos gerais nos
39 Considerandos que há na proposta. Chama a atenção para o fato de que quando inserem
40 o assunto cor da pele na questão, e está falando da sua convicção, só dá para aceitar o

1 critério de auto-declaração, porque não quer fazer uma deliberação onde fiquem em
2 situação de mal entendido. A partir do momento em que o único critério que a
3 civilização humana avançada aceita é o da auto-declaração e nenhum outro é aceitável,
4 têm que reconhecer ou aceitar que terão que conviver com qualquer auto-declaração que
5 for mostrada. Se forem entrar nesse caminho, não quer que no mês de janeiro por causa
6 de fotografia de jornal o Conselho Universitário comece a inventar sistema de fazer o
7 que outras instituições estão fazendo, porque considera um retrocesso na civilização do
8 homem. Então, quer que fique bem claro que se entrarem no trilho da cor da pele, é a
9 auto-declaração e não interessa o que vai aparecer na fotografia do jornal. Não está
10 fazendo um argumento de que qualquer política social pode ser fraudada. Está dizendo
11 que se essa for não vão fazer nada, porque não tem como tratar disso. É preciso ficar
12 completamente estabelecido para depois não ressuscitarem conversas sobre o assunto,
13 porque sempre tem um esperto que vai querer fazer isso para desmoralizar o sistema. É
14 inaceitável e não colocará em pauta esse tipo de discussão no futuro. Há um ponto de
15 preocupação sobre a questão dos mais 10, mas percebeu que todos estão entendendo
16 onde que estão entrando e é isso que quer entender, porque tem que explicar isso lá fora
17 e depois não quer que alguém fale que não é assim. Outra coisa que acha que vale a
18 pena também considerar e que é um argumento a favor dos mais 10, é o fato de que esse
19 número dos mais 10 é talvez um dos mais definitivos porque se fizesse mais 30 nesse
20 lugar não ia mudar o resultado, chega-se naqueles 13%. Se você adicionar mais mil é
21 capaz de ficar nesse mesmo número, se adicionasse mais 5 não fazia efeito nenhum, é
22 um número tão especial que tem algum significado. Por outro lado põe naquele domínio
23 do assunto cor e poderão ser postos em xeque sobre discriminação, seja positiva ou
24 negativa, mas é o que o Conselho Universitário quiser fazer sobre o assunto. Acha que
25 há um atenuante nesse caso, se forem criticados sobre a questão cor da pele auto-
26 declarada, sempre podem justificar dizendo que isso foi uma necessidade para evitar o
27 decréscimo dessas pessoas em certos cursos. Isso é uma justificativa socialmente
28 explicável. Acha que a proposta de 30 mais 10 une mais esse Conselho e essa instituição
29 do que a proposta 30. Pede àqueles que não gostam da proposta mais 10 que façam um
30 esforço especial para aceitá-la, porque cada um tem as suas convicções e não querem
31 mudar convicções de ninguém, mas é um pedido em função de terem um argumento
32 forte e defensável do ponto de vista da instituição UNICAMP. O Conselheiro LUIZ
33 FERNANDO MILANEZ pergunta se a pessoa que se auto-declara negra ou parda de
34 escola privada tem esses mais 10. O MAGNÍFICO REITOR diz que não, ela tem que
35 ser da escola pública também. Isso é o que entendeu de toda a discussão, tem que ser da
36 escola pública e além do mais auto-declaração de preto ou pardo. Isso não está claro na
37 minuta porque não está escrito, mas é disso que se trata. Então, consulta o Plenário se
38 podem fazer a deliberação votando a minuta de deliberação que está de páginas 01 a 03
39 com o adendo de um inciso a mais no Artigo 1º dizendo da adição de 10 pontos para as
40 pessoas com cor auto-declarada preta ou parda e que também cumpram o requisito de

1 serem oriundos da escola pública. O Conselheiro PAULO DE TARSO GAETA
2 PAIXÃO pergunta se a proposta de que haja continuidade do trabalho da Comissão está
3 implícito já na aprovação desta proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que não houve
4 nada contrário sobre isso. A única observação é que nesse sistema não vão poder
5 analisar o seu efeito de maneira muito completa no ano que vem, porque os alunos ainda
6 vão entrar. Então, estão falando de algo cujo tempo de resposta para ver o efeito demora
7 alguns anos. Não adianta querer fazer correção no próximo ano, porque não é assim que
8 funciona. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que esse encaminhamento
9 prejudica a questão dos beneficiados pelo Programa não serem identificados
10 publicamente, porque automaticamente todas as pessoas negras vão ser consideradas
11 externamente como beneficiadas, ou seja, acha que deveria ter uma cláusula em que as
12 pessoas poderiam explicitamente declarar que não gostariam. E uma segunda
13 observação, estão com essa decisão, se aprovada, excluindo uma outra população que da
14 mesma forma foi escravizada e é perseguida até hoje, a população indígena, então essa
15 pergunta claramente vai ser colocada para o Reitor. O MAGNÍFICO REITOR diz que é
16 disso que estão falando, a questão da identificação. O que podem comprometer aqui é
17 que a instituição não vai informar e explicitar quem solicitou fazer parte do Programa.
18 Se cada pessoa quiser dizer que é da escola pública ela faz, mas a UNICAMP está se
19 comprometendo a não fazer esta divulgação. O Conselheiro SÉRGIO ROBLES REIS
20 DE QUEIROZ diz que lembra que durante a discussão na Comissão o assunto dos 10
21 pontos para negros era independentemente da escola pública. Na verdade, toda
22 discussão era de que os negros são desvantajados na sociedade independentemente da
23 sua posição social e, portanto se justifica os 10 pontos a mais pela condição de serem
24 negros e não por um argumento social. O MAGNÍFICO REITOR diz que o Professor
25 Sérgio traz uma questão importante e o Professor Tadeu está explicando que nas
26 simulações a adição de 10 pontos foi feita, naquela simulação que adiciona 10 para
27 todas as pessoas com cor auto-declarada preta ou parda, de qualquer origem escolar. Há
28 alguns minutos disse que era da escola pública, na simulação está se considerando, mas
29 precisa ver o que o Plenário quer fazer neste caso. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER
30 FILHO diz que esse ponto não chegou a ser discutido significativamente na Comissão, a
31 simulação foi feita não levando em consideração. As propostas que chegaram a ser
32 discutidas antes quando ainda estavam falando em cotas explicitavam que era para a
33 combinação das duas coisas. Como a Comissão resolveu encaminhar somente a adição
34 de pontos para escola pública, esse ponto não foi debatido na Comissão, chegou a
35 apresentar alguns argumentos. Pessoalmente aceitaria a solução de consenso se for a
36 combinação, senão será obrigado a votar contra. Pegando a manifestação do Professor
37 Léo, acha que não prejudicaria, até facilitaria o problema da acusação de racismo se
38 também incluíssem 10 pontos para a população indígena de escola pública. Como é uma
39 amostra muito pequena, teria pouco efeito prático, mas acha que teria um efeito político
40 bastante importante. Então, propõe que dentro desse conceito também adicionassem os

1 10 pontos para quem se declarasse indígena e também fosse de escola pública. O
2 MAGNÍFICO REITOR diz que estão frente a uma questão importante, mas com calma
3 destrincham e chegam à conclusão. Acha que não estaria imaginando coisas ao supor
4 que a enorme maioria das pessoas que defendeu a proposta 30 mais 10 estavam falando
5 de aplicar-se os dois critérios para somar os 10, mesmo que no Grupo de Trabalho não
6 tenha sido trabalhado dessa maneira, porque estão fazendo uma adaptação. Tem uma
7 política desse assunto, não é só ciências, tem que ajustar, e o Professor Ripper foi muito
8 firme nesta colocação. Então, o que faz sentido é incluir um inciso que fale das duas
9 coisas, de mais 10 desde que cor da pele auto-declarada preta ou parda ou indígena e
10 também oriundo da escola pública nas mesmas condições especificadas no inciso I,
11 ensino médio completo na escola pública, etc. Dessa maneira conseguem construir uma
12 proposição que une mais e está considerando que os Conselheiros que estão nesta sala
13 refletem a comunidade da UNICAMP. Pergunta então se podem votar isso tudo num
14 bloco só ou se há algum Conselheiro que faz questão que separem os itens. O
15 Conselheiro MIGUEL LEONEL DOS SANTOS diz que o Senhor Celso, que é do
16 Grupo de Trabalho de cotas do STU, o orientou a retirar a proposta de 30% para que o
17 Sindicato possa discutir essa proposta nova apresentada e que também, enquanto
18 representante, votasse favoravelmente à ela. O MAGNÍFICO REITOR diz que estão
19 frente a um consenso importante onde a UNICAMP vai fazer uma decisão justificável
20 academicamente, está dentro da sua capacidade de autonomia universitária e dá um
21 sinal importante para o Brasil sobre a possibilidade de se acoplar positivamente inclusão
22 com valor acadêmico. Pergunta se pode submeter à aprovação a proposta nos seguintes
23 termos: incluir entre o inciso I e o II um outro inciso que fale mais 10 pontos e cor da
24 pele auto-declarada, preto, pardo ou indígena. O Conselheiro ORDIRLEI CONRADO
25 DE SOUSA diz que, do mesmo jeito que o Conselheiro Miguel, respeitando a
26 recomendação do STU, retirou a proposta de 30%, a proposta que havia feito que fosse
27 considerado o critério sócioeconômico seja com reserva de vagas, seja com acréscimo
28 de pontos, não vai retirar, mas propõe que ela entre nas recomendações para um futuro
29 próximo, que esse critério seja considerado. O MAGNÍFICO REITOR diz que então a
30 bancada dos estudantes pode apoiar a proposição. Coloca em votação a Minuta de
31 deliberação com a observação do Professor Meyer de colocar nos “Considerandos” as
32 ações que a UNICAMP faz sobre melhoramento da escola pública, e incluir um inciso
33 que adiciona mais 10 pontos para oriundos da escola pública que também tenham
34 declarado cor da pele preta, parda ou indígena, que é aprovada com 62 votos favoráveis
35 e 02 abstenções. O Conselheiro JOSÉ TADEU JORGE, assumindo a Presidência dos
36 trabalhos, informa que o Professor Brito está, nesse momento, com vários repórteres,
37 dando entrevistas sobre o assunto da inclusão social. Passa a seguir à discussão do item
38 02 do Adendo à Ordem do Dia, que trata do PROC.Nº 01-P-5960/04, em nome da
39 COORDENADORIA DE CENTROS E NÚCLEOS INTERDISCIPLINARES DE
40 PESQUISA/NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM INFORMÁTICA

1 BIOMÉDICA – Proposta de extinção do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informática
2 Biomédica – Apreciado pela CAI em 18.05.04 – Relatório da Comissão Especial e
3 Memorando COCEN-38/04 e Parecer CAI-CONSU-05/04. Informa que quem destacou
4 esse item foi o Professor Ripper, que precisou se ausentar, mas pediu que transmitisse
5 ao Conselho que sua manifestação era no sentido que esse Núcleo já deveria ter sido
6 extinto em avaliações anteriores e que isso mostra que a avaliação dos Núcleos e
7 Centros não tem sido rigorosa o suficiente para captar essas questões durante o processo
8 de avaliação. Consulta se mais algum Conselheiro gostaria de fazer alguma observação.
9 Não havendo manifestações, coloca em votação o item 02 do Adendo à Ordem do Dia,
10 sendo aprovado por unanimidade. O MAGNÍFICO REITOR assumindo a Presidência
11 dos trabalhos, comenta que cometeu um equívoco de manhã, porque esqueceu de
12 apresentar o Senhor Luciano Pinho, que é o Assessor Parlamentar da UNICAMP, que
13 foi contratado para ajudar em assuntos parlamentares na Assembléia Legislativa e no
14 Congresso Nacional. Isso aconteceu quando estiveram tratando sobre o assunto
15 Previdência, e hoje o convidaram para vir ao Conselho, porque é importante ele ter o
16 sentimento de como discutem os assuntos. Passa a seguir ao item 01 da Ordem do Dia,
17 que trata do PROC.Nº 01-P-2851/90, em nome da FACULDADE DE ENGENHARIA
18 AGRÍCOLA – Proposta de Regimento Interno da Faculdade de Engenharia Agrícola –
19 Aprovada pela Congregação em 28.04.04 – Pareceres PG-1162/04 e CLN-CONSU-
20 24/04. Lembra que esse é um dos casos onde a Unidade não inclui no seu Regimento a
21 presença de Departamentos, porque o CONSU deliberou essa possibilidade, entretanto
22 esse assunto requer para aprovação 2/3 dos votos dos membros e a Doutora Patrícia,
23 Secretária Geral, está chamando a atenção porque não há presença para deliberar
24 assuntos que requerem 2/3 nesse momento. Então, solicita a retirada de pauta desse
25 assunto e do item 02, que trata da proposta de concessão de título honorífico ao
26 Professor Bernardo Beiguelman, sendo aprovada com 01 abstenção. Passa a seguir ao
27 item 03, que trata do PROC.Nº 01-P-23283/03, em nome da UNIVERSIDADE
28 ESTADUAL DE CAMPINAS – Homologação da Ata de Eleições para Representação
29 Discente junto ao CONSU, CCG e CCPG, realizadas em 28 e 29.04.04, para
30 cumprimento de mandato a partir de 26.05.04. Essa Eleição foi realizada por
31 determinação do Conselho Universitário que há aproximadamente um ano deliberou que
32 as eleições para Representantes Discentes deveriam ser feitas nos mesmos moldes das
33 eleições para representantes docentes e de funcionários, isto é, uma eleição organizada
34 pela instituição UNICAMP, portanto pela Secretaria Geral. Na Deliberação CONSU-A-
35 18/03, que consta da página 45, o Artigo 4º define um quorum mínimo para a validação
36 da eleição e o parágrafo 1º estabelece que se para alguma categoria discente não for
37 atingido o quorum mínimo, o número de vagas dessa categoria no CONSU a serem
38 preenchidas na eleição vai ser proporcional ao número de votantes em relação ao
39 quorum mínimo, quer dizer, há uma redução. Isso aconteceu nesta eleição, porque o
40 número de estudantes que votaram foi menor do que o quorum mínimo estabelecido,

1 portanto não é possível eleger e nomear para membros do Conselho todos aqueles que
2 concorreram. Isso está descrito na Ata correspondente, mas na representação discente só
3 poderá ser nomeado como membro do Conselho um representante da graduação e três
4 da pós-graduação. A eleição foi acompanhada por uma Comissão composta pelos
5 Professores Roberto Rodrigues Paes, Roberto Testezlaf, Eloisa Höfling, Roseli Golfetti
6 e o Senhor Miguel Leonel dos Santos. Como a Professora Roseli se aposentou, por
7 recomendação do Conselho Universitário, o Professor Antonio Carlos Gilli Martins
8 passou a fazer parte da Comissão. O Conselheiro ODIRLEI CONRADO DE SOUSA
9 recorda o quorum obtido pelas eleições que o Movimento Estudantil organizado
10 realizou entre os dias 04 e 06 de novembro de 2003. O quorum foi de 4.200 estudantes,
11 apenas da graduação, num colégio que na época era de aproximadamente 13.000
12 estudantes. Nessas eleições que foram organizadas no final de abril, o quorum foi de
13 aproximadamente 550 estudantes na graduação, sempre lembrando que nas duas
14 eleições os estudantes estavam informados do processo e da deliberação do CONSU em
15 relação a isso, e foi feita divulgação e discussão sobre as possibilidades de intervenção
16 dos estudantes. Um segundo ponto é a questão da proporcionalidade que a deliberação
17 determina. Numa realidade de hoje em que há nove representantes discentes, sendo 05
18 da graduação e 04 da pós-graduação, pela proporcionalidade aplicada esse número cai
19 abaixo da metade, porque vai para quatro, sendo 01 da graduação e 03 da pós-
20 graduação, o que significa em si um ataque à participação dos estudantes dentro desse
21 Conselho e por conseguinte dentro da Administração da Universidade. Então, se opõe
22 veementemente à homologação dessa Ata das eleições organizadas no final de abril,
23 principalmente pelo fato de não conhecer as propostas políticas dos candidatos que
24 foram eleitos, o que não vem tanto ao caso nesse Conselho. A Conselheira RENATA
25 BELZUNCES DOS SANTOS diz que a pós-graduação vive um processo diferente de
26 organização do Movimento Estudantil. A exemplo da graduação, a pós-graduação, via
27 APG que hoje está sem gestão, abriu o processo eleitoral. Houve poucos inscritos, tanto
28 quanto na eleição realizada pela Secretaria Geral. Inclusive em uma das Atas do
29 Conselho Universitário, existe uma informação equivocada dada pela Conselheira Paula
30 Filloy, que não está presente hoje, dizendo que não houve representantes inscritos para a
31 pós-graduação na eleição aberta pela APG. A eleição foi cancelada mediante não haver
32 um número suficiente para preencher titulares e suplentes e não divulgaram os números
33 de quantos inscritos haviam. Não tem os números exatos agora, pois não fazia parte da
34 comissão, mas para o CONSU chegou a ter 06 inscritos e para a CCPG, 02. Essa é a
35 diferença em relação a graduação. Só que em relação a posição, como pós-graduanda;
36 como participante desse processo eleitoral que foi aberto; por discordar também que
37 sejam feitas dessa maneira as eleições discentes e mediante o que considera mais grave,
38 que é o quorum que existe, onde apesar de todas as divisibilidades quando fizeram a
39 eleição, que foi pela qual ela, o José Damiro e o Leverson foram eleitos, houve mais de
40 800 votos; e uma eleição onde foi obtido total comparecimento de alunos da pós-

1 graduação, 558, com um potencial de divulgação via instituição muito maior, não
2 considera que algum representante da pós-graduação, seja quem for, vai ter algum nível
3 de representatividade nesse Conselho. Isso preocupa, tanto do ponto de vista da
4 representação, quanto do ponto de vista do fortalecimento desse Conselho. Opõe-se a
5 homologação da eleição na pós-graduação também. O Conselheiro LEVERSON
6 FARIAS LAMONIER COSTA considera errado o boicote dos estudantes da graduação
7 principalmente, porque a Reitoria não iria influenciar em nada, a mesma capacidade que
8 eles tiveram para boicotar, eles teriam de eleger seus candidatos. Não acredita que as
9 eleições feitas pelo DCE conseguiram essa quantidade de votos, porque na época das
10 eleições para Reitor, que teve uma mídia muito maior, aproximadamente 3000
11 estudantes de graduação votaram. Essas eleições foram extremamente limpas, não teve
12 a influência de nada, tiveram que correr cada Instituto buscando alunos para votar, e
13 como candidato trouxe muito mais coisas para a pós-graduação, do que os da
14 graduação, como por exemplo, o aumento das bolsas. O Conselheiro ALAN SILVIO
15 RIBEIRO CARNEIRO considera que o que está em jogo é a questão de legitimidade e
16 da construção política de um órgão representativo dos estudantes, de um órgão que
17 representa a Universidade como um todo. Nesse sentido, sempre defenderam a
18 organização das eleições para representação discente pelo DCE, pelas entidades do
19 Movimento Estudantil e acha que o fato de terem obtido 4200 votos no ano passado é
20 muito significativo, e que também são considerados referências políticas no que se
21 refere a atuação institucional, pois são conhecidos pelos estudantes, principalmente
22 quando precisam discutir questões institucionais relevantes dentro da Universidade.
23 Acha que essa legitimidade é conquistada e trabalhada ao longo do tempo. Então, o
24 reconhecimento dessa organização dos estudantes seria por parte do Conselho
25 Universitário, o significado da organização política que eles têm tido dentro da
26 Universidade, das lutas e do embate, muitas vezes conflitante, mas de interesses
27 diversos, onde múltiplas vozes se fazem ouvir através dos estudantes. Não quer
28 desqualificar os estudantes que foram eleitos nessa eleição, mas foram poucos votos,
29 embora legítimos. Cabe ao Conselho Universitário avaliar a curto e médio prazo sobre
30 que tipo de representatividade está se querendo construir. Por diversas vezes ressaltaram
31 a necessidade da discussão, por exemplo, por chapa, no que se refere a eleição para
32 representação discente. Essa proposta que foi aprovada no CONSU, não contém uma
33 linha sequer que tenha sido proposta pelos estudantes. A Comissão que elaborou essa
34 proposta não continha estudantes, nem a que organizou. É importante lembrar que estão
35 falando de um tutelamento por parte da gestão da Universidade, que não compete uma
36 discussão de representatividade política, de autonomia, de independência dos segmentos
37 que estão aqui dentro. Se querem efetivamente a participação dos estudantes no espaço
38 dos órgãos colegiados, que haja discussão de problemas e de temas importantes nessa
39 Universidade, que se permita que os estudantes organizem as suas próprias eleições.
40 Cita um caso que não teria chegado ao Conselho Universitário se não fosse pelos

1 estudantes, a questão do HC, não houve em nenhum momento um informe sobre o que
2 estava acontecendo lá no final do ano passado se não fosse pela insistência dos
3 estudantes para que isso fosse colocado e pautado para todos os Conselheiros
4 universitários. Os estudantes têm um papel de colocar uma pauta, que por muitas vezes
5 é esquecida, por muitas vezes não é lembrada, então gostaria de lembrar que apesar de
6 todos os conflitos, todas as tensões, pedem o respeito pela voz e pela organização
7 política. São 4200 estudantes, é uma organização política própria e é esse argumento
8 que estão colocando, um ato de humildade, de reconhecer essa legitimidade, não tanto
9 do ponto de vista burocrático, mas poderiam rediscutir a proposta da deliberação, rever
10 esse processo, uma participação mais ativa dos estudantes, uma participação mais
11 construtiva, e por isso manifesta-se contrário à homologação dessas eleições. O
12 Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MACHADO REIS considera melancólico e até
13 certo ponto lamentável esse resultado, porque independente das discordâncias que
14 possam haver no Conselho Universitário entre posições dos estudantes e posições dos
15 Conselheiros, acha que é fundamental ter presente essas manifestações políticas. Mas
16 precisam saber que caminho trilhar, em muitos são parceiros na defesa da Universidade
17 pública de qualidade, sobretudo defensores da autonomia universitária e do papel que
18 esse Conselho Universitário tem, tanto é que os estudantes têm direito e fazem questão
19 de participar dele. E esse Conselho Universitário tomou uma resolução sobre isso, que
20 não é novidade em relação aos estudantes, também se reflete com os funcionários e com
21 a representação docente. Quando diz que é melancólico e até certo ponto lamentável, é
22 que não precisariam chegar até esse resultado. Os estudantes poderiam, se não tivessem
23 decidido não participar do processo, ter-se articulado, feito suas intervenções, colocado
24 seus candidatos, contribuindo para fortalecer os critérios que o Conselho Universitário
25 colocou, mas também estariam presentes e vão fazer falta não estando aqui. Hoje é um
26 exemplo claro disso, uma decisão que foi construída consensualmente dentro deste
27 Conselho Universitário, em que os estudantes tiveram um papel importante e que
28 lamentarão não estar no futuro. Acha legítimo as manifestações. São adultos para arcar
29 com as conseqüências das coisas que decidiram. Espera que na próxima oportunidade
30 tenham a participação dos estudantes. Acha correto articulações políticas, inscrição,
31 como determina o Conselho Universitário, mas nada impede de colocar propostas e isto
32 é presente nesse Conselho Universitário. As normas do Conselho Universitário foram
33 seguidas, que possam aprender com a experiência negativa que viveram recentemente.
34 O Conselheiro JOSÉ DAMIRO DE MORAES concorda com o que o Professor Reis
35 coloca, já foi representante discente no Conselho Universitário em outras ocasiões e
36 sempre tiveram uma bancada propositiva, preocupada com os rumos da universidade
37 pública, até mesmo com relação a questões de bolsa no passado. Esse processo foi
38 organizado pela Secretaria Geral, o que não significa que as pessoas que fossem fazer
39 parte dele, estariam de certa forma atrelados, dependendo, ou subserviente à Reitoria.
40 As pessoas poderiam se organizar por chapas, ou se organizar por fora, mas

1 infelizmente o que acabou ocorrendo foi um boicote com relação a essas eleições, na
2 qual até mesmo enquanto estavam fazendo propaganda, colocando cartazes, chamando
3 para as eleições, alguns cartazes foram arrancados sem uma explicação política. Ser
4 oposição é uma coisa, mas ser oposição por ser é outra coisa. Acha que se estão
5 procurando uma tinta vermelha para escrever alguma coisa contra, não adianta ficar
6 buscando em lugares que não existe. Precisam construir isso no dia a dia e fazer
7 propostas mais participativas, buscar canais de participação dentro da Universidade, não
8 sendo contra por ser contra. O Conselheiro JOÃO HENRIQUE GALVÃO diz que os
9 aspectos levantados pelo Professor Reis em relação à atividade política da bancada
10 discente, em particular no Conselho Universitário, de certa forma marca uma
11 característica de atuação, porque sempre e a todo momento tentaram trazer as demandas
12 discutidas democraticamente dentro do movimento estudantil, pelas formas tradicionais
13 que muitos já conhecem como assembléias, fóruns de discussões dos Centros
14 Acadêmicos e tudo mais. O que estão questionando nesse processo todo e que já foi
15 demasiadamente discutido em outras sessões do Conselho Universitário, é justamente o
16 entendimento de que um movimento organizado e os seus representantes deveriam ser
17 fruto de uma independência organizacional no interior desse movimento, principalmente
18 num caso em que cada vez mais o peso da bancada estudantil diminuiu, os espaços de
19 decisão da Universidade são cada vez mais fechados, tanto ao movimento estudantil
20 quanto aos servidores técnico-administrativos, que infelizmente também acabam tendo
21 um papel muito pequeno. Dificilmente uma demanda do movimento estudantil é
22 aprovada aqui, quando muito com muita pressão. Uma das demandas que há muito
23 tempo é deixada de lado, não só do movimento estudantil, mas do próprio movimento
24 universitário, é a questão de um processo de redemocratização dentro desse órgão. Há
25 anos que reivindicam uma participação paritária do Conselho Universitário, e
26 infelizmente a maioria dos Conselheiros acham que é um política ilusória, impossível e
27 utópica. Por trás disso tudo existe uma rede de interesses que é para a manutenção ou
28 uma tentativa de impor cada vez mais uma gestão ou uma tranquilidade na aplicação da
29 política amplamente difundida nessa Universidade como nas outras universidades do
30 país também. Então, é com muito pesar que participam dessa última sessão do
31 Conselho, para não sair inclusive do protocolo, contestando ativamente a homologação
32 dessa eleição em que fizeram um movimento de esclarecimento, inclusive com a
33 política de convocar os estudantes a não participarem dessa eleição, alegando que as
34 eleições estudantis já tinham sido realizadas no final do ano passado, com 4700
35 votantes. Então, esse é o recado e esperam que daqui para frente possam estar
36 interferindo nas questões mais diretamente ligadas à gestão de uma universidade cada
37 vez mais distante dos compromissos com a comunidade no interior da própria
38 Universidade. O Conselheiro ORDIRLEI CONRADO DE SOUSA antes de dizer o que
39 tinha preparado, acha que pode fazer isso em nome do Acadêmico João, que ele estava
40 falando e não pôde observar, mas queria agradecer os risos dos Professores Boldrini e

1 Rubens, de fato deve ser momento de alegria para alguns membros desse Conselho
2 Universitário o que está acontecendo. Mas o que tinha a dizer é em relação ao quorum
3 de 544 comparado ao quorum de 4202, significa $\frac{1}{4}$, e se o critério para que a Secretaria
4 Geral organize as eleições discentes é o de isonomia, então desafia esse Conselho a
5 estabelecer uma isonomia real. Dois pontos principais para essa isonomia: o número de
6 vagas, se é para ter isonomia não espera que seja seletiva; e outra coisa é que a votação
7 não seja obrigatória por parte dos professores da mesma maneira que não foi obrigatória
8 por parte dos discentes, e que a composição da bancada também seja feita de forma
9 proporcional ao número de votos alcançados em relação ao um quorum mínimo, que
10 propõe que seja de 30%, que foi o mesmo quorum proposto para a graduação. Desafia
11 então a realização de uma isonomia real e não de uma isonomia relativa, que só visa
12 diminuir a participação discente que hoje tem sido combatida em relação a algumas
13 políticas trazidas para cá. Por último, gostaria de encaminhar a esse Conselho, inclusive
14 pedindo a devolução dos originais, todo processo documental referente as eleições
15 discentes realizadas no início de novembro do ano passado. Para quem duvida, são as
16 listas com as 4202 assinaturas por curso, diurno e noturno. Para terminar faz a leitura do
17 extrato da Ata das eleições para representação discente, para que conste nos anais desse
18 Conselho e dessa Universidade: “Aos sete dias do mês de novembro de 2003, procedeu-
19 se a apuração das eleições discentes para o Conselho Universitário da UNICAMP.
20 Nessa eleição ocorrida nos dias 04, 05 e 06 de novembro do mesmo ano, de acordo com
21 o regimento eleitoral em anexo e o estatuto da entidade, foram inscritas duas chapas
22 para o pleito: “Formação Pública”, com os discentes Alexandre Gonçalves, Paulo José
23 Vieira, Carolina Rodrigues Silva Souza, Ulisses de Assis Araújo, Artur Monte Cardoso,
24 André Bojikian Calistre e Odirlei Conrado de Sousa, tendo como outra chapa a
25 “Oposicione-se”, com os discentes Gustavo Cândido Sousa, João Henrique Galvão,
26 André Vidal Viola, Felipe Gava Cardoso, José Eduardo Galvão, Alberto Bertoni
27 Figueiredo, Paulo Henrique Honorato Lixa, Lígia Lopes Gomes, Rafael Chagas Pessoa
28 e Daniel Simões Oliveira. O colégio eleitoral de graduação fornecido pela Diretoria
29 Acadêmica foi de 12.637. O total dos votos contam 2.958 para a chapa Formação
30 Pública; 437 para a chapa Oposicione-se; 595 brancos e 212 nulos, tendo um quorum de
31 4.202 discentes votando, sendo uma porcentagem de 33,25%. Adotando o critério de
32 validade do regimento das eleições, dá-se as porcentagens: Formação Pública, 70,4%
33 dos votos totais e 87,1 % dos votos válidos; Oposicione-se 10,4% dos votos totais e
34 12,9% dos votos válidos. Abriu-se o período regimental de recurso, três dias corridos a
35 contar da divulgação, e não tendo sido impetrado nenhum recurso e valendo-se do
36 critério de proporcionalidade, a Chapa Formação Publica é eleita e indica 04 titulares e
37 04 suplentes, cede uma vaga de suplência para a chapa seguinte de acordo com o
38 regimento eleitoral, e a Chapa Oposicione-se indica um titular e um suplente. Os
39 discentes que ocuparão essas cadeiras são: titulares: Artur Monte Cardoso, Paulo José
40 Vieira, Felipe Gavan Cardoso, André Bojikian Calistre e Odirlei Conrado de Sousa; e os

1 suplentes propostos são: Ulisses de Assis Araújo, João Henrique Galvão, Daniel Simões
2 Oliveira, Carolina Rodrigues Silva Souza e Alexandre Gonçalves (que são os nomes
3 que propõe para homologação nesse Conselho). A comissão eleitoral que organizou
4 essas eleições foi composta pelo Conselho de Representantes de Unidade, de acordo
5 com o regimento eleitoral. Essa Ata foi publicada no dia 11 de novembro de 2003 e vai
6 assinada pela comissão eleitoral em nome de Mateus Camargo Pereira e pelos fiscais de
7 cada uma das chapas: Arthur Monte Cardoso, pela Chapa Formação Pública e José
8 Eduardo Galvão pela chapa Oposicione-se”. Então, esta é a maneira correta e límpida
9 pela qual foi organizada essas eleições, ao contrário do que o Acadêmico Leverson
10 colocou. Alguns professores influenciaram sim, incentivaram em sala de aula inclusive
11 a participação das eleições ocorridas no final de abril, o que não aconteceu de forma
12 alguma em outros pleitos, inclusive pleitos oficiais da Universidade. Houve interesse
13 em que essas eleições do final de abril tivesse um quorum muito melhor do que teve, e
14 ao contrário do que foi colocado, o determinante não foi o boicote, porque todo mundo
15 sabia da deliberação e mesmo assim boicotou e votou nas eleições organizadas
16 autonomamente pelo movimento estudantil. Então, acha que o determinante foi a
17 opinião política e a consciência de todos os estudantes dessa Universidade que optaram
18 por uma e não por essa. O MAGNÍFICO REITOR diz que o Professor Reis resumiu
19 corretamente a situação, é uma pena que tenha havido essa ação de boicote. Foi feito o
20 procedimento que o Conselho Universitário recomendou, essa decisão não foi tomada
21 ligeiramente, foi tomada após longa discussão em mais de uma reunião, onde houve
22 inúmeras oportunidades para se chegar a um *modus operandi*, havia aquele ponto chave
23 da questão chapas à qual os estudantes não aceitaram adotar, que é a visão do Conselho
24 Universitário da UNICAMP, e por isso foi necessário organizar isso dessa maneira.
25 Portanto não há qualquer argumento de natureza formal sobre o encaminhamento e o
26 procedimento para as eleições. A Conselheira MARCELA DIAS MOREIRA diz que de
27 vez em quando é difícil estar falando coisas para pessoas que não querem ouvir, ou
28 pessoas que querem ouvir algumas coisas que com toda certeza a bancada discente não
29 dirá. É engraçado, porque parte-se do pressuposto que o CONSU é a melhor
30 representação dessa Universidade, quando está muito claro que tanto os estudantes
31 quanto os funcionários, não concordam com essa forma de composição do CONSU,
32 tanto que é uma briga histórica dos estudantes e dos funcionários a questão da paridade.
33 Só quem não aceita a paridade são os docentes, são os que têm a maioria aqui e acham
34 que conseguem colocar o seu posicionamento aos funcionários e aos estudantes.
35 Quando se fala dos estudantes fala-se que eles têm uma trajetória rápida aqui dentro, 04,
36 05 ou 06 anos no máximo, e quando questionam que os funcionários estão aqui há tanto
37 tempo, ou mais tempo que os docentes, fala-se que eles não têm capacitação. É
38 engraçado que os argumentos são muito interessantes para os docentes, eles não são
39 nem um pouco interessantes e democráticos para a grande maioria das pessoas que
40 realmente constroem essa Universidade, que são os funcionários e os estudantes, grande

1 maioria essa que não é ouvida, porque ter 04, 05 representantes de funcionários ou de
2 alunos não é nem um pouco democrático. A democracia burguesa instalada no Brasil
3 não é nenhum pouco democrática, a que tem aqui no CONSU é mais ainda falaciosa.
4 Como exemplo cita o falso democratismo que acontece dentro do Conselho
5 Universitário. No ano passado foi determinado que não se faria mais nenhuma
6 manifestação cultural e nenhuma festa aqui nessa Universidade, e várias foram feitas.
7 Numa delas inclusive o chefe da segurança mandou bater nos estudantes, porque eles
8 queriam ocupar o espaço público da Universidade, e só não apanharam porque estavam
9 com uma câmera. O falso democratismo é que, tanto os funcionários quanto os
10 discentes estavam contrários à restrição do atendimento do HC, vieram vários ônibus
11 dos movimentos populares do outro lado da cidade, e mesmo assim esse Conselho
12 Universitário não ouviu, muito pelo contrário, mandou inclusive fechar as janelas desse
13 prédio, não querendo ouvir a população. Então, o que fica claro é que o Conselho
14 Universitário, mesmo tendo pouquíssimos que questionam, não quer ouvir e está
15 fazendo de tudo, usando uma burocracia para querer calar os estudantes. Burocracia
16 essa que podem até encontrar legitimidade nas leis, que sabem muito bem que não são
17 para todos, ou aliás, é contra a grande maioria da população brasileira, e a grande
18 maioria que está aqui dentro, porque tem muito mais aluno e muito mais funcionário
19 que gostariam sim de ter suas vozes representadas, ouvidas e consideradas nesse
20 Conselho Universitário. Foi feito um ato político de não acatar as eleições da Reitoria
21 porque consideram que o CONSU está passando por cima da autonomia do movimento
22 estudantil e daqueles que nos últimos anos são os únicos que junto com os funcionários
23 estão querendo de fato defender essa Universidade, que estão querendo de fato contestar
24 algumas verdades que são colocadas nesse Conselho. É um ato político dos estudantes
25 não acatar a eleição da Reitoria e não aceitar a homologação, porque se não querem que
26 haja vozes ressonantes nesse Conselho, façam no mínimo, de forma um pouco mais
27 clara, e não querendo usar de burocracia, de falsas leis, de falsos regimentos que
28 somente os docentes acataram, produziram e que tanto os funcionários e tanto os
29 estudantes não concordaram. O MAGNÍFICO REITOR diz que não se trata de eleições
30 da Reitoria e sim eleições do Conselho Universitário, determinadas pelo Conselho
31 Universitário. A Conselheira RENATA BELZUNCES DOS SANTOS diz que também
32 há um esclarecimento regimental a fazer. A bancada discente composta por estudantes
33 de graduação e de pós-graduação somam um número de 09. Pelas eleições, baseado
34 num critério de proporcionalidade entre o número de votantes e as cadeiras a serem
35 ocupadas, haverão quatro cadeiras ocupadas ao invés de nove. Gostaria de saber como
36 fica, já que regimentalmente a representação tem nove representantes e agora haverá
37 quatro. Acha que é um debate importante tanto quanto a questão que discutiram pela
38 manhã. Muitos professores e funcionários se manifestaram e acha que o silêncio para
39 esse debate agora é extremamente incômodo, porque deixam de dialogar. Existem
40 posições completamente pré-formadas acerca desse assunto e que vão se refletir apenas

1 numa votação e essa insistência de pegar o microfone uma ou duas vezes acaba
2 tornando-se chato para os alunos também. Não tem diálogo sobre esse tema.
3 Finalmente, já que depois dessa votação vai se retirar, gostaria de dialogar sobretudo
4 com aqueles que ocupam dentro do espectro desse CONSU um campo mais
5 democrático. Tem uma visão sobre a questão da paridade. A questão da democracia
6 universitária é parte constitutiva do modelo de universidade que querem e do modelo de
7 universidade que consideram que serve a um projeto nacional. Não crê que a questão da
8 defesa da universidade se resume ao financiamento, a verba pública, isso é constitutivo
9 também. Acha que a universidade pública está sendo atacada quotidianamente, já com
10 várias partes do projeto de reforma universitária tramitando no Congresso, precisam
11 repensar a questão da democracia dentro da universidade. Não gostaria de que no final
12 das contas fizessem o balanço de que a crise da universidade vai ser jogada no 70% que
13 a dirigiram, que são os docentes. Pergunta se alguém se sentiria confortável com esse
14 diagnóstico. A falta de resposta de que é possível a incapacidade e imobilidade da
15 universidade pública de defender os seus interesses não vai repartir com os 70% dos
16 docentes, ainda que tenha caminhado junto em várias questões. A fração de
17 responsabilidade dos alunos e dos funcionários é de 15%, o pior vai estar com os
18 docentes. Acha que esse não é o diagnóstico que ninguém gostaria num futuro próximo
19 em relação a essa crise. Então, já que todo mundo veio pré-formado para cá e só está
20 esperando a votação, talvez não conseguirão de fato abrir o diálogo, por isso pede que o
21 CONSU repense essa questão. Tem esperança de que se reverta isso. O Conselheiro
22 RONALDO LUÍS DE ALMEIDA se solidariza com a questão dos alunos no que se
23 refere a democratizar a paridade no Conselho Universitário ou na UNICAMP de um
24 modo geral, na escolha para Reitor ou até mesmo de Diretor de Unidade de ensino,
25 pesquisa e extensão, e que os mesmos critérios de exigência para as eleições dos
26 discentes e dos funcionários, fossem adotados para os docentes porque sabem das
27 dificuldades que existem nesta questão. Confessa que a primeira vez que participou de
28 uma reunião do Conselho Universitário saiu perplexo por ver o tamanho da disparidade
29 que representa a Casa. Sabe da importância e da magnitude que cada professor aqui
30 representa, mas não vê a questão da igualdade nessa situação, sendo que para momentos
31 de eleições até de Presidente ou de Governador, há o mesmo peso. Quando se relaciona
32 em nível de universidade vêem que a disparidade é muito grande e isso é realmente algo
33 que em algum momento terão que sentar e debater, embora tenham que ter essa
34 compreensão. Como cidadãos não há diferença, só que quem é professor teve a
35 capacidade e o domínio de ter uma excelência a mais. Na verdade tem que ser refletido
36 na sociedade e são em torno de 50 docentes, 09 alunos e 07 funcionários, é uma
37 disparidade muito grande e sabem que o grande objetivo da Universidade é e deve ser
38 sempre a ciência, a pesquisa e a extensão. Não conheceu a UNICAMP na época do
39 Professor Zeferino, mas ouviu falar que ele defendia a proposta e dizia que os
40 professores eram para lecionar, mas hoje vêem docentes nos altos escalões

1 administrativos da Universidade. Não quer desmerecer ninguém, mas o próprio
2 Professor Brito quando estava em campanha para Reitor, foi ao STU e disse que quando
3 assumiu a cadeira de Diretor do Instituto de Física, alguém levou para ele um processo
4 administrativo e ele não sabia o que fazer com ele. Naquele momento embaraçoso disse
5 para a funcionária se virar. O MAGNÍFICO REITOR diz que não falou isso, perguntou
6 o que tinha que fazer com o processo. O Conselheiro RONALDO LUÍS DE ALMEIDA
7 diz que em outras palavras seria esse o termo. Se tem que ter qualificação para exercer a
8 função de Diretor de uma Unidade, que esse cargo possa ser pleiteado também por
9 funcionários qualificados que tenham capacitação para exercê-lo e não exclusivamente
10 de docentes ou outros cargos semelhantes. O Conselheiro MOHAMED HABIB diz que
11 na época do Professor Zeferino, ele nomeava os Diretores e havia o Conselho Diretor
12 que era composto pelo Reitor e pelos Diretores que ele mesmo nomeava e escolhia, não
13 havia nada de democrático. Naquela época buscavam a democratização das instituições
14 públicas e tinham uma de duas opções, ou pela luta armada, pelo sangue, ou pelo
15 processo de convencimento de uma construção cívica. Optaram pelo diálogo, pela
16 construção verdadeira de um processo democrático, e à medida em que a sociedade vai
17 se qualificando, vai conquistando maior espaço. Hoje existe o Conselho Universitário
18 onde há eleições, onde há representações totalmente democráticas, pode ser
19 desequilibrado, mas precisam tentar conquistar isso dentro no mesmo espírito
20 democrático que começaram. Criaram regras, enquanto a regra existe, precisam
21 respeitá-la e trabalhar para mudá-la para melhor. Então, gostaria de separar as coisas
22 para que não haja uma ofensa a um projeto de três décadas que se construiu nessa
23 mesma Universidade, no qual vários aqui participaram. Não podem apagar isso da
24 memória, porque senão colocam a própria Universidade numa situação extremamente
25 delicada. Então, precisam buscar espaço maior e o caminho para isso é o diálogo. Dizer
26 que a questão é apenas numérica, não é. Os próprios docentes quando buscavam a
27 democratização da Universidade falavam que os professores são os responsáveis pelas
28 atividades-fim da instituição. É exatamente devido a esse conceito que se aceitou essa
29 proporcionalidade que pode ser melhorada, mas a base do debate é a participação direta.
30 O MAGNÍFICO REITOR em relação ao esclarecimento solicitado pela Conselheira
31 Renata sobre o número de cadeiras que os discentes têm direito a ocupar, informa que,
32 de acordo com a norma estarão ocupados quatro lugares, cinco ficarão vagos até a
33 próxima eleição. De acordo com o Regimento Geral quando um assunto necessita de 2/3
34 dos votos, é o total de membros que deveria ter. Após os esclarecimentos, coloca em
35 votação o item 03 da Ordem do Dia, sendo homologada a Ata de eleições com 49 votos
36 favoráveis, 06 contrários e 04 abstenções. A Conselheira MARCELA DIAS MOREIRA
37 solicita permissão para ler um poema de Bertold Brecht, que retrata muito o que
38 acabaram de ver nesse CONSU e representa a posição da bancada discente, ou parte
39 dela: “Dificuldade de Governar – Os ministros não cansam de dizer ao povo como é
40 difícil governar. Sem os ministros o grão do trigo cresceria para baixo, não para cima.

1 Nenhum pedaço de carvão sairia das minas se o chanceler não fosse tão sábio. Sem o
2 ministro da propaganda nenhuma mulher ficaria grávida. Sem o ministro da guerra,
3 jamais haveria guerra. Sim, se o sol se levantaria de manhã sem a permissão do
4 chanceler. É inteiramente discutível e se fizesse seria no lugar errado. Igualmente difícil
5 é, e eles nos dizem dirigir uma fábrica, sem o proprietário as paredes desmoronariam e
6 as máquinas enferrujariam, dizem. Mesmo que em algum lugar se fabricasse um arado,
7 ele nunca chegaria a um campo sem as palavras sábias que o empresário escreve aos
8 camponeses, senão quem poderiam informá-los que existem arados. E o que seria de
9 uma fazenda sem o fazendeiro? Certamente semeariam centeios onde já se encontravam
10 batatas. Se governar fosse fácil, não seriam necessários espíritos iluminados como o do
11 chanceler; se o trabalhador soubesse como utilizar sua máquina e o agricultor soubesse
12 distinguir um campo de uma tábua de fazer macarrão, não seriam necessários industriais
13 e fazendeiros. Somente porque todos são tão estúpidos precisam sentir alguns tão
14 espertos. Ou será que é possível que governar seja tão difícil, apenas porque a fraude e a
15 exploração exige algum aprendizado?”. Para bom entendedor meia palavra basta. O
16 MAGNÍFICO REITOR passa a seguir ao item 4, que trata do PROC.Nº 01-P-26412/03,
17 em nome da REITORIA – Primeira Revisão – Orçamento 2004 – Demonstrativo
18 Receita/Despesa – Informação AEPLAN-347/04 e Pareceres COP-CONSU-02/04 e
19 CAD-46/04. Relata que essa revisão cobre o primeiro trimestre de 2004. Já tiveram
20 oportunidade de discutir o resumo deste Demonstrativo em detalhes em várias reuniões.
21 A queda nas Receitas é devido principalmente a Lei Kandir onde há um perda de R\$ 4
22 milhões na Receita anual e uma perda na Receita própria, aquela dos investimentos
23 financeiros da UNICAMP, e o aumento de Despesa é principalmente devido ao
24 crescimento vegetativo da folha de pagamento. Há uma estimativa de déficit no
25 fechamento deste Orçamento de sete milhões e setecentos reais. Para financiar este
26 déficit a Comissão de Orçamento e Patrimônio recomendou e a Câmara de
27 Administração adotou, que se utilizem R\$ 2 milhões dos recursos da reserva
28 previdenciária, e também recomenda uma série de reduções de despesas que incluem: a)
29 contingenciar o saldo do valor aprovado para obras na proposta orçamentária - essas são
30 pequenas obras que se faz na Universidade ao longo do ano, não estão falando das
31 grandes obras, embora na discussão salarial tenha aparecido essa proposição; b)
32 contingenciar 7% do orçamento de custeio das Unidades de Ensino e Pesquisa, 10% da
33 Unidades da área de saúde e 15% das Unidades Reitoria e Unidades de Serviços,
34 gerando uma economia de R\$ 279.000,00 num caso, R\$ 830.000,00, no segundo e R\$
35 689.000,00, no terceiro; c) contingenciar 1/3 dos recursos aprovados no orçamento para
36 admissão de funcionários e para o Plano de Certificação, portanto adiando estas
37 admissões; d) cancelar o saldo de recursos aprovados para assinatura de periódicos -
38 todos os periódicos de 2004 já foram assinados, já estão pagos, o que acontece é que
39 conseguiu-se uma taxa de câmbio melhor do que aquela prevista e ao invés de aplicar o
40 saldo, guarda-se para cobrir o déficit; e) intensificar as ações da Comissão de

1 Racionalização do Uso de Energia; e f) proibir qualquer expansão física de contratos
2 que resulte em acréscimo de despesa. Com isso tudo, espera-se uma economia de cinco
3 milhões, seiscentos e setenta e três mil reais. Não são economias agradáveis, mas por
4 outro lado, pela avaliação da COP e da Câmara de Administração, são possíveis e
5 necessárias para evitar que coloquem a Universidade em situação pior e mais
6 comprometedora. Essa proposição, como tudo que diz respeito a Orçamento, é sujeita a
7 revisões. Haverá uma outra revisão do Orçamento num prazo de três meses e havendo
8 progresso positivo do ponto de vista da arrecadação e do ponto de vista da evolução das
9 despesas, esse contingenciamento pode eventualmente ser reduzido. Isso dependerá da
10 trajetória da economia brasileira, se ela vai realmente demonstrar o crescimento que se
11 espera com impacto equivalente na arrecadação. Então, esse é o resumo desse
12 Demonstrativo, há duas figuras que vale a pena prestar atenção, são os comparativos de
13 arrecadação de ICMS de 2001 a 2004 calculados a preços atuais, demonstrando essa
14 queda de arrecadação que tem acontecido. Fala-se de um crescimento econômico e de
15 um crescimento de arrecadação neste ano no Brasil, esperam que aconteça. Entretanto,
16 trata-se de um crescimento em relação ao ano passado, que foi um dos anos mais
17 desastrosos da economia brasileira e da arrecadação de impostos estaduais nos últimos
18 20 anos. Então, é um crescimento de alguns porcentos sobre um desastre, o que
19 precisam muito que aconteça para que consigam fechar as contas completamente ao
20 final do ano. E há uma outra figura na página 62 que mostra 3 gráficos: o gráfico cinza
21 escuro mostra o repasse que a UNICAMP recebe do Governo do Estado a cada mês, há
22 dados até o mês de abril de 2004; a linha preta mostra o tamanho da folha de pagamento
23 completa da UNICAMP, mais apropriação dos recursos necessários para se pagar o
24 décimo terceiro salário, que é uma apropriação que se faz de 1/12 a cada mês; e a linha
25 cinza clara mais embaixo mostra quanto é 85% do que se recebe mensalmente que é
26 aquele percentual desejável na tradição da Universidade. O comprometimento com a
27 folha de pagamento está bem acima dos 85%, na verdade, nos primeiros 04 meses do
28 ano o comprometimento acumulado se encontra em 95%, que é extremamente elevado e
29 preocupante do ponto de vista do desenvolvimento e do funcionamento da Universidade
30 no decorrer do ano. Mais uma razão pela qual precisam que esse crescimento previsto
31 na economia brasileira efetivamente aconteça. O Conselheiro MOHAMED HABIB diz
32 que tiveram uma outra oportunidade de falar sobre essa proposta e se manifestou na
33 época sobre duas questões, mas acha que uma delas é mais importante e gostaria de
34 colocar aqui hoje. No que se refere ao contingenciamento de 10% dos recursos da área
35 de saúde, como faz parte do Conselho do Hospital, está acompanhando bem de perto a
36 situação extremamente difícil do HC, e gostaria de colocar uma sugestão sobre o
37 impacto se aplicarem a mesma porcentagem de 7%, que é das Unidades de ensino e
38 pesquisa, também para a área de saúde, o impacto seria da ordem de R\$ 200.000,00. É
39 um valor pequeno para a instituição como um todo, principalmente quando levam em
40 consideração as falas dos economistas do país que estão bastante otimistas, dizendo que

1 a partir do mês que vem a situação tende a melhorar muito. Então, para deixar a área de
2 saúde um pouco menos sofrida, apresenta a proposta de que se aplique a mesma
3 porcentagem de 7% para a área hospitalar. O MAGNÍFICO REITOR lembra que para
4 se modificar esse valor para 7%, teriam que passar para 14% o contingenciamento nas
5 Unidades de ensino e pesquisa para o total ficar igual, que é algo que não querem fazer.
6 O comentário do Professor Mohamed é legítimo, mas deve ser levado em conta que
7 nestas unidades assistenciais da área de saúde, a maior parte da Receita de custeio para
8 o financiamento da operação não é a que vem do Orçamento da UNICAMP, por isso
9 que está sendo proposto nesse formato, mas deixarão anotado a preocupação
10 manifestada e acompanharão cuidadosamente a evolução disso dentro da
11 disponibilidade, sem criar situações impossíveis e inviáveis naquela área da
12 Universidade. Não havendo outras manifestações, coloca em votação a primeira revisão
13 do Orçamento 2004, sendo aprovada com 11 abstenções. Passa a seguir ao item 05, que
14 trata do PROC.Nº 08-P-7367/03, em nome de ANDRÉS LEANDRO GUMIERO
15 JAIME – Recurso interposto pelo aluno, contra a penalidade imposta pela Congregação
16 do Instituto de Física, de 01 ano de suspensão – Parecer PG-899/04. Relata que nas
17 páginas 88 e 89, consta o Relatório Final da Comissão de Sindicância, que procedeu aos
18 trabalhos de análise da defesa do Senhor Andrés Leandro Gumiero Jaime, a respeito dos
19 fatos ocorridos no exame da disciplina F328D, ministrada no 2º semestre de 2002. A
20 Comissão considerou que ficou comprovado que outro aluno realizou a prova no lugar
21 do Senhor Jaime, e que a fraude só não se concretizou devido a à atitude do Professor
22 Meneses que a identificou e suspendeu. Em sua defesa o aluno afirma que o que ocorreu
23 não foi uma fraude, mas sim, uma tentativa de fraude, sendo assim é impossível punir.
24 O artigo 142 dos Estatutos especifica que “recorrer a meios fraudulentos com o
25 propósito de lograr aprovação ou promoção constitui infração à disciplina e é passível
26 de punição”. Sendo assim, a Comissão recomendou um período de 2 meses de
27 suspensão, o qual a Congregação do Instituto de Física regimentalmente elevou para 01
28 ano considerando a gravidade. O Conselheiro ALAN SILVIO RIBEIRO CARNEIRO
29 diz que discutir essa questão é uma tarefa ingrata, o processo é muito longo, tem muitas
30 páginas, mas analisou com muito cuidado porque trata-se de uma solicitação discente. A
31 única coisa que gostaria de observar é que na CCG às vezes apareciam casos de
32 jubramento onde faltava pouco tempo para o aluno se formar. Em geral, avaliavam isso
33 em função do custo social que isso tinha, uma vez que retardavam a formação de um
34 estudante, e do custo também para a Universidade, porque tinham gasto 04 ou 05 anos
35 investindo no aluno e depois em função do jubramento, acabava não se formando. Acha
36 que seria possível se defender enquanto Conselho Universitário, uma punição menor, no
37 sentido de prejudicar menos a formação dele. Faltam poucos créditos a esse aluno, e o
38 fato dele ter reconhecido as falhas, a questão do arrependimento, acha que valeria a
39 pena dar um crédito para isso e aplicar a pena que havia sido solicitada anteriormente
40 pela Comissão de Sindicância. Não quer obviamente com isso deslegitimar o que foi

1 discutido no Instituto de Física, não quer entrar nesse mérito, mas acha que dentro do
2 Conselho Universitário há condições de avaliar essa situação no sentido de diminuir
3 esse tempo de punição, tendo em vista que ele poderia se formar mais brevemente, com
4 isso haverá um ganho. Isso de forma alguma vem no sentido de atenuar a gravidade do
5 ocorrido, mas de considerar o processo e a formação do aluno. O MAGNÍFICO
6 REITOR diz que realmente é uma tarefa ingrata, mas é uma fraude horrível. O
7 Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que o encaminhamento foi correto, mas seria
8 interessante também se esses casos fossem apreciados pela Comissão Central de
9 Graduação, pelo menos que ela tomasse ciência antes de ser encaminhado ao CONSU
10 para o veredicto final. O MAGNÍFICO REITOR diz que será dado ciência a Comissão
11 Central de Graduação, o procedimento aqui é regimental. O Conselheiro DANIEL
12 PEREIRA diz que na verdade preferia não ter que se manifestar, de qualquer forma
13 como algumas considerações foram feitas, só queria chamar atenção para alguns
14 aspectos. Efetivamente a Comissão de Sindicância sugeriu a suspensão por 2 meses,
15 esse assunto foi levado à Congregação, a discussão foi bastante acalorada. Chama
16 atenção para o documento da página 90, que foi subscrito pelo Centro Acadêmico da
17 Física e pela Associação de Pós-Graduandos da Física, propondo à Congregação do
18 Instituto de Física 01 ano de suspensão, e os estudantes colocam duas questões que
19 foram bastante relevantes na discussão que ocorreu na Congregação, inclusive a
20 expulsão do aluno dada a gravidade do fato. Em particular, o fato foi extremamente
21 grave, pois estava associado a prova final. A Conselheira MARCELA DIAS MOREIRA
22 reafirma a indicação do Conselheiro Alan de que deve haver sim uma punição, mas que
23 não seja de 01 ano, inclusive a Comissão de Sindicância sugere uma punição de 02
24 meses. A bancada discente acha que como ele admitiu o erro, a punição não deve ser
25 massacrante, porque se for determinado dois meses de suspensão, ele pode se matricular
26 para o próximo semestre e continuar seus estudos. Acreditam que é melhor tanto para a
27 Universidade como para a sociedade ver esse aluno concluindo o ensino superior aqui e
28 podendo voltar para a sociedade e trabalhar. Portanto estão reiterando a necessidade de
29 punição, mas de dois meses e não um ano. O Conselheiro RONALDO LUÍS DE
30 ALMEIDA diz que é um fato realmente problemático. Acredita que ele merece ser
31 penalizado, mas não um ano, uma vez que pelo relato, é a primeira vez que essa pessoa
32 é pega nesse ato, embora a própria Comissão relaciona dizendo que já existe fato
33 semelhante a esses que ocorreram em outras oportunidades. A Universidade precisaria
34 normalizar ou padronizar esse tipo de aplicação, porque se há outras ocorrências nesse
35 sentido, quem simulasse ou pretendesse algum tipo de fraude que pudesse já ser
36 penalizado por um artigo determinando e não uma punição nesse sentido. Acha que
37 poderia ser aplicado dois meses de punição para não prejudicar o aluno no término do
38 seu curso. O MAGNÍFICO REITOR diz que há por parte de alguns Conselheiros uma
39 preocupação em não prejudicar a formatura da pessoa que fraudou o exame. Está
40 abismado com essa conversa, porque passam a vida fazendo discussão dizendo que o

1 problema do Brasil é falta de ética, que tem impunidade, e quando pegam uma fraude
2 confessa, está ouvindo argumentos dos que se dizem progressistas, em não prejudicar a
3 pessoa por ter feito a fraude. O Conselheiro MOHAMED HABIB diz que na página 90
4 está escrito que: “é de conhecimento geral da comunidade que fatos semelhantes
5 ocorrem freqüentemente no meio universitário, muitas vezes devido a um sentimento de
6 impunidade”. Se existe e com freqüência fatos semelhantes a esse, acha que já está na
7 hora do Conselho Universitário discutir uma proposta de colocar no currículo de todas
8 as Unidades de ensino e pesquisa disciplinas de ética profissional para os alunos, para
9 que além de conhecimento acadêmico também se discuta a questão de ética e da
10 responsabilidade do profissional que a Universidade está formando. O Conselheiro
11 ALAN SILVIO RIBEIRO CARNEIRO diz que não cabe a eles fazer essa distorção no
12 sentido de usar um argumento quase que moral sobre a questão. Houve sim uma questão
13 muito grave, mas tendo em vista o apontamento do Professor Daniel, sinceramente não
14 gostaria de utilizá-lo, porque o que os alunos dessas entidades pedem é uma punição
15 exemplar, mas que no Conselho Universitário o efeito, do ponto de vista da formação
16 acadêmica, é quase nulo. Punir um aluno porque ocorre um fato freqüentemente,
17 achando que essa punição vai inibir a ocorrência, não resolve. Nesse sentido, mantém a
18 questão da diminuição da pena, que não é em hipótese alguma concordar com o fato,
19 mas evitar esse caráter de punição exemplar que seria uma medida muito mais
20 interessante e responsável do Conselho Universitário. Se de fato isso acontece com
21 freqüência a preocupação maior tem que ser em coibir isso, punindo o aluno pelo que
22 ele cometeu, mas de forma adequada. A Conselheira MARCELA DIAS MOREIRA
23 reforça que a bancada discente não concorda com a fraude e não quer fazer avaliações
24 morais que o aluno pressionado cometeu. Tanto que quando fazem avaliação de
25 segurança pública, sempre falam que é muito melhor prevenir e fazer inclusão social do
26 que simplesmente bater em quem roubou. Então, é muito melhor trabalhar com
27 prevenção do que com punição, que realmente consegue ser um pouco mais
28 democrático. Dá para fazer uma analogia com esse fato com o que o CONSU acabou de
29 votar, para representar e para punir vale a opinião do Centro Acadêmico e da APG, mas
30 para legitimar o posicionamento contrário, a voz contrária dessa Universidade que é do
31 DCE, que teve uma eleição de 4.200 votos, não vale a pena. Não vale a pena nem o
32 papel escrito, nem manifestação, nem nada, então é convincente para esse Conselho
33 Universitário que quando quer ouvir algo aceita a indicação de uma entidade, quando
34 não é convincente, desconsidera 4.200 votos. Então, é bom atentarem para isso quando
35 há interesses e os interesses são dos docentes que fazem parte do CONSU. O
36 MAGNÍFICO REITOR após as manifestações, coloca em votação o recurso interposto
37 pelo aluno contra a penalidade imposta pela Congregação do Instituto de Física de 01
38 ano de suspensão, que obtém seis votos favoráveis, quarenta e três contrários e quatro
39 abstenções, portanto, não foi acolhido o recurso interposto pelo estudante. O
40 Conselheiro RONALDO LUÍS DE ALMEIDA sugere que se houver um outro tipo de

1 fraude nesse mesmo sentido, que seja aplicada essa mesma penalidade para não fazer
2 diferença de ato para ato. Encerrada a Ordem do Dia, dada a inversão da pauta no início
3 da Sessão, o MAGNÍFICO REITOR passa ao EXPEDIENTE da Ordem do Dia,
4 informando que há necessidade de indicações de membros para compor a Comissão de
5 Vagas Docentes, sendo um Diretor da área de Ciências Exatas e 01 membro da
6 representação docente, para cumprimento de mandato de um ano, tendo sido indicados
7 como representantes dos Diretores os Professores Francisco de Assis Machado Reis,
8 como titular, e Archimedes Perez Filho, como suplente; e da representação docente a
9 Professora Marilda do Couto Cavalcanti, como titular, e o Professor Luiz Fernando
10 Milanez, como suplente. Há também necessidade de indicações de representantes para
11 compor o Conselho Gestor da Rádio e Televisão UNICAMP, mas como esse assunto
12 precisa ser melhor preparado, sugere que volte na próxima reunião. A seguir passa ao
13 item 03, que trata do PROC.Nº 01-P-6002/90, em nome da UNIVERSIDADE
14 ESTADUAL DE CAMPINAS – Composição do Conselho de Orientação do Fundo de
15 Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir de indicações aprovadas pelas
16 Congregações das Unidades e pelos Conselhos dos Centros e Núcleos e Colégios
17 Técnicos – Sugestão apresentada pela Pró-Reitoria de Pesquisa – Ofício PRP-84/04.
18 Não havendo manifestações sobre o assunto, coloca-o em votação, sendo aprovado com
19 uma abstenção. Coloca a seguir para ciência o PROC.Nº 01-P-2696/86 – 4º Volume, em
20 nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - 1) Inclusão das disciplinas
21 AP 308, AP 315, AP 318, AP 325, AP 329, AP 333, AP 343, AP 345 e AP 388 na Área
22 de Construções Rurais e Ambiente, para fins de realização de concursos da Carreira
23 Docente da FEAGRI – Aprovada pela Congregação em 18.02.04; 2) Inclusão das
24 disciplinas MU 194, MU 294, MU 394, MU 494, MU 594, MU 694, MU 794 e MU
25 894, na Área de Práticas Interpretativas, para fins de realização de concursos da Carreira
26 Docente do IA – Aprovada pela Congregação em 08.03.04; 3) Inclusão das disciplinas
27 CS 001, CS 004, CS 052, CS 055, CS 102, CS 200 e CS 300, na Área de Multimeios e
28 Artes, para fins de realização de concursos da Carreira Docente do IA - Aprovada pela
29 Congregação em 08.03.04; e 4) Inclusão da disciplina AM 005, na Área de Multimeios
30 e Artes, para fins de realização de concursos da Carreira Docente do IA – Aprovada
31 pela Congregação em 01.04.04 - Informação CEPE-72/04. A seguir passa a palavra a
32 Conselheira LAURIONE CÂNDIDO DE OLIVEIRA, que diz que a falta de uma
33 política econômica do Governo Federal compromissada realmente com os brasileiros,
34 está levando os trabalhadores a uma perda salarial incalculável. Então, a bancada dos
35 funcionários e do Grupo “Apesar de Você” reitera a sua posição junto ao CRUESP para
36 que haja um esforço no processo de uma política salarial, de modo que não haja um
37 rompimento entre o CRUESP e o Fórum das Seis, reiteram a posição reflexiva junto ao
38 grupo quanto as perdas salariais. O MAGNÍFICO REITOR diz que estão tratando deste
39 assunto junto ao Fórum das Seis e o CRUESP no que diz respeito ao estabelecimento de
40 uma política salarial para 2004. Fizeram a proposição de revisões bimensais, mas não

1 foi aceita ainda pelo Fórum, que talvez traga uma outra proposição. A dificuldade neste
2 assunto é pelas razões que viram quando analisaram a revisão orçamentária, e por isso
3 estão impossibilitados de oferecer um reajuste salarial já. Mas estão totalmente
4 disponíveis para discutir o acompanhamento disto para que esse reajuste seja oferecido
5 o mais rapidamente possível, assim que as condições de comprometimento, de
6 Orçamento e de repasse com a folha de pagamento permitam. A Conselheira KIKYO
7 YAMAMOTO faz um elogio ao Reitor pela extraordinária competência com que
8 encaminhou a discussão de hoje de manhã, apesar de não conseguir uma unanimidade
9 por conta de alguns recalcitrantes que não concordaram muito com a discussão. Não é
10 exatamente uma auto crítica porque continua sustentando a sua posição, mas acha que
11 de qualquer maneira foi um resultado bastante importante para a Universidade. O fato
12 de ter se absterido em nada desmerece o resultado da solução conquistada pela
13 Universidade. Acha que esse é um dos casos emblemáticos da competência com que o
14 Reitor tem conduzido debates importantes aqui nesse Colegiado. Um segundo assunto é
15 a respeito de uma premiação que foi noticiada na imprensa recebida pelo Professor
16 Brito, da Fundação Conrado Wessel de Ciência e Cultura, um prêmio na categoria
17 Ciência Geral e, segundo os dados da própria Fundação, pela expressiva liderança
18 científica no Brasil, um dos mais importantes pensadores sobre a formulação de política
19 científica no país, esse é o texto que foi veiculado na imprensa. Particularmente, queria
20 destacar essa parte final que um dos mais importantes pensadores sobre a formulação de
21 políticas científicas no país, não apenas científicas, mas também políticas educacionais.
22 O Professor Brito tem-se notabilizado como uma das pessoas dessa geração que mais
23 tem, de uma maneira obstinada, procurado conhecer melhor o sistema para tentar propor
24 melhores soluções. A discussão de hoje de manhã foi bastante emblemática das suas
25 preocupações em relação à política de ensino no Brasil, não apenas política científica,
26 que é algo que o notabilizou desde a época que ele era Presidente da FAPESP. Agora
27 como Reitor da UNICAMP ele tem se colocado como uma liderança importantíssima no
28 debate sobre o ensino público superior no Brasil, então, por essas e outras razões
29 diversas gostaria de congratular-se com o Reitor e dizer do orgulho que os professores
30 da UNICAMP com quem convive tem sentido por ter a Universidade liderada pelo
31 Professor Brito. O MAGNÍFICO REITOR agradece as palavras da Professora Kikyo. O
32 Conselheiro CARLOS EDUARDO SANTIAGO gostaria que o Reitor colocasse sobre a
33 questão do repasse dos 5% da contribuição previdenciária para a Universidade. A
34 Conselheira LAURIONE CÂNDIDO DE OLIVEIRA parabeniza a iniciativa e a
35 participação democrática desta Reitoria na divulgação da Faculdade de Zumbi dos
36 Palmares, que recebeu recentemente a visita do Professor Tadeu, e da previsão de uma
37 parceria entre a Universidade Zumbi dos Palmares e a UNICAMP. Isso é importante
38 pois traz expectativas de uma efetiva inclusão de todos os excluídos da sociedade
39 brasileira. O MAGNÍFICO REITOR sobre a questão formulada pelo Conselheiro
40 Santiago, relata que visitou a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo a convite

1 da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia no último dia 19, para fazer uma
2 apresentação sobre a UNICAMP. Nessa apresentação insistiu muito com os Deputados
3 da Comissão sobre a questão dos 5% de contribuição previdenciária que, no entender da
4 Universidade devem ser restituídos às três Universidades. Os Deputados manifestaram
5 solidariedade a isso, além de vários elogios à UNICAMP pelos resultados. O Presidente
6 da Comissão ficou de redigir um documento para dirigir à Presidência da Assembléia
7 Legislativa e ao Governo do Estado defendendo a restituição imediata desses recursos à
8 Universidade. É uma aliança importante na luta para buscar a recuperação desse valor,
9 que o único lugar certo dele é aqui, porque quem paga as aposentadorias é o Orçamento
10 da Universidade. O Conselheiro LEVERSON FARIAS LAMONIER COSTA lê uma
11 proposta de Moção da Faculdade de Educação com respeito aos cortes das Bolsas da
12 CAPES: “Por mais recursos públicos para Ciência e Tecnologia. Por mais recursos
13 públicos para Universidade Pública: O Conselho Universitário da Universidade
14 Estadual de Campinas – UNICAMP, em sua sessão realizada em 25.05.04, se mostra
15 preocupado com a atual situação da pós-graduação brasileira e os rumos que têm
16 tomado a atual política para o setor de ciência e tecnologia. Em 27 de abril foi
17 anunciado pela CAPES o reajuste de 18% no atual valor das bolsas de mestrado e
18 doutorado. Esse reajuste teve o objetivo de equiparar os valores das bolsas pagas pelo
19 CNPq que foram corrigidas em novembro do ano passado, lembrando que isso não
20 acontecia há dez anos. Entretanto, não ficou explicitado de onde viriam os recursos para
21 o aumento. O reajuste das bolsas concedido pelo CNPq foi conseguido por meio de um
22 suplemento orçamentário aprovado no Congresso Nacional ainda em 2003. Já as bolsas
23 da CAPES não tiveram o mesmo respaldo e ficaram congeladas até o mês de abril deste
24 ano. Na primeira semana do mês de maio foram anunciadas as cotas de bolsas da
25 CAPES para a UNICAMP. O que causou espanto e surpresa foram os inesperados
26 cortes no número de bolsas em áreas tradicionais de pesquisa. A CAPES cortou 89
27 bolsas, sendo que a Faculdade de Educação, um dos maiores programas de pós-
28 graduação do Brasil, sofreu um corte de 30% no total de bolsas oferecidas ao programa.
29 Estes cortes somam-se ao fim do Programa de Capacitação de Servidores Públicos, o
30 PICDT, que atendia a todas as instituições públicas de ensino superior do Brasil, sendo
31 responsável pela estruturação da maior parte dos programas de pós-graduação
32 implantados fora da região sudeste. Ainda encontramos a seguinte informação no portal
33 da CAPES: ‘O Presidente da CAPES informou que vai divulgar nos próximos dias, a
34 distribuição das cotas de bolsas para os programas de pós-graduação referente ao ano de
35 2004, que prioriza as áreas acadêmicas e, especialmente, as engenharias e áreas
36 tecnológicas para acoplar a formação de recursos humanos à política industrial do
37 Governo’. O problema não é priorizar as áreas tecnológicas, mas não discutir com a
38 comunidade acadêmica os critérios e motivações para estabelecer uma hierarquização
39 de demandas que, à primeira vista, dá supremacia aos valores de mercado. Esperamos
40 uma reavaliação rápida e transparente do sistema de cotas de bolsas dos programas de

1 pós-graduação das Universidades Públicas que colaboram decisivamente para o
2 desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país. Lembrando que a CAPES,
3 tradicionalmente, sempre auxiliou no desenvolvimento científico do país e dos
4 programas de pós-graduação através de vários incentivos à pesquisa”. O MAGNÍFICO
5 REITOR diz que ao final da lista do Expediente, voltam para dar um formato final a
6 essa Moção. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MACHADO REIS pergunta se
7 isso não está relacionado com o problema da CAPES que instituiu um programa
8 separado para os Cursos de nota 6 e 7 e que os demais terminou redundando nesse corte.
9 O MAGNÍFICO REITOR diz que não, entretanto hoje o Professor Hogan saiu mais
10 cedo dessa reunião porque foi para Brasília para uma reunião com o Presidente da
11 CAPES, juntamente com os Pró-Reitores da USP e da UNESP, para tratar desse
12 Programa dos cursos 6 e 7, onde há várias dificuldades a serem resolvidas e também
13 essa questão do corte de bolsas. O Conselheiro DANIEL PEREIRA deixa registrado
14 também que foi com orgulho e satisfação que o Instituto de Física teve a informação da
15 indicação do Professor Brito, que antes de Reitor da Universidade é docente do
16 Instituto, para receber esse importante prêmio da Fundação Conrado Wessel.
17 Congratula-se e dá os parabéns ao Professor Brito. A segunda questão é um
18 agradecimento público à Secretaria Geral e ao Gabinete do Reitor que têm sido
19 extremamente prestativos, ágeis e eficientes para viabilizar a realização de alguns
20 concursos antes ainda do período eleitoral. Ainda nesse tema agradece em particular a
21 Pró Reitoria de Pesquisa pelas iniciativas e ajuda na divulgação desses concursos de
22 maneira tão ampla quanto jamais ocorreu, em particular, os dois concursos que estão
23 sendo realizados pelo Instituto de Física e anunciados na revista “Physics Today” do
24 mês de junho. Gostaria de colocar também uma questão para reflexão relativa a uma
25 eventual e possível mudança regimental de concursos públicos. Ao mesmo tempo que
26 estão contribuindo para essa divulgação tão ampla quanto possível para atrair mais e
27 melhores candidatos, isso traz algumas dificuldades. Um dos concursos do IF, por
28 exemplo, tem 35 inscritos e uma das exigências de edital é que os inscritos tenham pelo
29 menos um ano de experiência pós-doutorado. Isso os deixa bastante satisfeitos, mas por
30 outro lado traz uma grande dificuldade de se conseguir formar uma banca. O
31 Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MACHADO REIS afirma que nos concursos ou
32 seletivos onde ocorra um elevado número de inscritos possa haver uma pré-seleção e
33 facilitar, a avaliação da Banca, pois quanto mais douta for a banca, mais difícil é segurar
34 03 membros de fora duas ou três semanas. Então, quanto mais qualificada for a banca,
35 mais dificuldade as Unidades vão ter para fazer o concurso, por isso endossa o pedido
36 para que possam analisar isso de uma maneira mais contextualizada, abrangendo os dois
37 processos. O MAGNÍFICO REITOR diz que anotaram a questão e o Professor Tadeu
38 vai estudar o assunto junto com a Procuradoria Geral. O Conselheiro ODIRLEI
39 CONRADO DE SOUSA diz que ficou de trazer nessa Sessão algumas fotos
40 documentando uma atitude que algumas pessoas, que não pode afirmar se são

1 funcionários, estavam tendo de fotografar os estudantes em atividades do movimento
2 estudantil. Infelizmente não teve condições técnicas de trazer, mas vai divulgar assim
3 que possível. Esse fato se repetiu novamente hoje e imagina que seja um funcionário,
4 inclusive esse é o esclarecimento que pede, já que ele estava do lado de dentro desse
5 prédio, quando só estava sendo permitido a entrada de pessoas que fossem Conselheiros
6 ou funcionários do prédio, e ele estava fotografando pessoas que estavam lá fora, os
7 estudantes secundaristas. O segundo esclarecimento é sobre um fato ocorrido na
8 Faculdade de Educação Física na última sexta-feira, onde foi realizada uma atividade
9 também de estudantes secundaristas, um torneio intercolegial, e tomou conhecimento de
10 que essa atividade atrapalhou de alguma maneira algumas aulas. O MAGNÍFICO
11 REITOR pergunta se não era o carro de som do Sindicato. O Conselheiro ODIRLEI
12 CONRADO DE SOUSA diz que não. Então, pergunta se realmente foi alugado, qual é
13 o critério e se vale mais receber algum dinheiro pelo aluguel das quadras ou garantir as
14 aulas de graduação. O Conselheiro ALAN SILVIO RIBEIRO CARNEIRO chama
15 atenção de que esse fato não deve ocorrer, inclusive já discutiram sobre isso aqui.
16 Gostaria de terminar sua última participação enquanto representante nessa bancada,
17 nesse mandato de representação que se encerra hoje, com a seguinte manifestação: “No
18 último ano estive nesse Colegiado representando os estudantes de graduação da
19 UNICAMP. Foram meses importantes para a Universidade e para o país, onde vimos a
20 Universidade ser por diversas vezes ameaçada, tanto por dentro, quanto por fora. Por
21 fora tivemos a reforma da previdência, que na verdade significou a demolição do
22 serviço público. A quantidade de servidores docentes e não docentes que se aposentou,
23 ou pode se aposentar desde a aprovação da reforma atesta isso, fato agravado pela já
24 esperada falta de reposição do quadro funcional através de contratação via concurso. A
25 falta de professores e funcionários é evidente, isso torna a educação superior suscetível
26 a ataques como declarações veiculadas na grande mídia, segunda às quais a
27 Universidade é ineficiente e cara, preconizando portanto a privatização como remédio.
28 Outro ataque eminente é a Reforma Universitária em curso, que embora apareça fatiada,
29 traz em sua essência componentes que mercantilizam a educação superior, como
30 manutenção da avaliação de cursos como ranqueamento, a proposta de compra de vagas
31 privadas e outras mais. Por dentro infelizmente não é diferente. A ampliação de vagas
32 irresponsável do final de 2002, que aumentou sem estrutura adequada o número de
33 estudantes de graduação, por coincidência caiu como uma luva para o Geraldo Alckmin
34 que à época estava em pleno processo eleitoral. O PLANES - Planejamento Estratégico,
35 enquanto plano para modernizar a Universidade tem em suas alíneas alguns elementos
36 perigosos, como a possibilidade de captação de recursos externos junto a iniciativa
37 privada. Esse subterfúgio que se evidencia no burburinho sobre novas fundações na
38 UNICAMP e mais concretamente nos cursos pagos, que hoje representam mais de 75%
39 dos cursos de extensão oficiais, sinaliza gradual desobrigação do Estado enquanto
40 financiador de um setor estratégico para a sociedade que é a universidade pública. A

1 quantidade astronômica de convênios com empresas multinacionais como a
2 MICROSOFT, IBM, COMPAQ, ERICSSON, BANESPA/SANTADER etc., aponta
3 para um futuro sombrio onde o poder econômico poderá delimitar o que pode ou não ser
4 pesquisado. Por falar em pesquisa, que na UNICAMP é o pé mais importante do tripé
5 ensino, pesquisa e extensão, é fundamental entender um pouco o que acontece nessa
6 Universidade. Universidade das mais importantes no campo da pesquisa, a UNICAMP
7 responde sozinha por cerca de 10% de toda pesquisa feita no Brasil, a maior parte, ou
8 considerável parte financiada pela FAPESP, Fundação das mais importantes no Brasil.
9 Sobre pesquisa observamos as três gestões anteriores da FAPESP veremos que a
10 Presidência era ocupada pelo Professor Brito, e seu sucessor também é professor da
11 UNICAMP que é um fato no mínimo interessante, 4 gestões consecutivas ocupadas por
12 um professor da UNICAMP. Segundo o Artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da
13 Educação que a UNICAMP opta por seguir, todas as instituições públicas de educação
14 superior obedecerão ao princípio da gestão democrática assegurada a existência de
15 órgãos colegiados deliberativos, de que participarão segmentos da comunidade
16 institucional ou local e regional. Pergunto então onde está a democracia no Conselho
17 Universitário da UNICAMP, onde se assentam professores em quantidade 5 vezes
18 maiores do que estudantes? Onde está a democracia de uma Universidade onde a
19 proibição de festas, o cercamento, a implantação de um novo cartão de identificação que
20 pode restringir o acesso ao espaço público, o cerceamento a livre organização estudantil,
21 como a exemplo o veto as eleições autônomas para representação discente? Onde está a
22 democracia onde as pesquisas são direcionadas em sua maioria para a satisfação das
23 necessidades meramente mercadológicas das empresas capitalistas, onde o ensino
24 reproduz uma lógica de competição desenfreada, onde a extensão é reduzida aos cursos
25 pagos, onde está a democracia? Neste ano em que fui Representante Discente, defendi,
26 pelo menos eu posso dizer com a maior da bancada discente, com intransigência os
27 interesses dos estudantes. Mais de uma vez votei sozinho na CEPE contra a
28 implementação de cursos pagos, mais de uma vez ouvi risos quando colegas
29 representantes discentes defendiam ferrenhamente os princípios da Universidade
30 pública, gratuita, de qualidade para todas e todos, os que já estão aqui, e os que ainda
31 deverão entrar. Terminei este mandato com um princípio cada vez mais forte na minha
32 atuação política que não se encerra aqui, muito pelo contrário. O princípio é de eleições
33 diretas e paritárias para dirigentes somadas a composição paritária dos órgãos
34 colegiados. E falo de paridade quadripartite: estudantes, professores, servidores técnico-
35 administrativos e a “sociedade civil excluída” e não só entre a comunidade acadêmica.
36 Só assim penso ser possível democratizar a Universidade e garantir que essa Instituição
37 forme cidadãos para transformar para melhor a sociedade que a sustenta. A resistência
38 contra a paridade, também é, em sua essência, a resistência contra a transformação da
39 sociedade, em que a universidade deve ser um importante instrumento. Então, eu
40 terminei essas linhas que eu preparei agradecendo ao Conselho tudo que eu aprendi,

1 principalmente sobre o que eu aprendi a não fazer, na atuação política que eu sempre
2 tive, e que eu vou continuar tendo e reafirmo meu compromisso de continuar sendo
3 contra os cursos pagos, de continuar sendo contra ao autoritarismo que às vezes se
4 expressa na maior parte das vezes fica escondido, mas não deixa de existir por causa
5 disso. Muito obrigado”. O MAGNÍFICO REITOR sobre o assunto das fotografias, o
6 Conselheiro Conrado agora se retratou de forma correta, pessoas estavam tirando
7 fotografia, muito possível que sejam jornalistas da UNICAMP que precisam tirar
8 fotografias, como todo jornalista do Brasil quando tem um assunto importante. Eles têm
9 direito de tirar fotografias como todos os demais, afinal são pagos para isso. O
10 Conselheiro ODIRLEI CONRADO DE SOUSA diz que os jornalistas da UNICAMP
11 andam identificados. O MAGNÍFICO REITOR diz que pelo menos deveriam. O
12 Conselheiro ROBERTO RODRIGUES PAES agradece ao Conselheiro Conrado pela
13 preocupação com a Faculdade de Educação Física, que é a mesma da Diretoria. Quanto
14 ao que aconteceu na sexta-feira, foi um campeonato colegial de esportes, a tramitação
15 da solicitação ocorreu diante de uma rotina na Faculdade de Educação Física sendo
16 deliberado pela Coordenação de Extensão. Com relação a possíveis prejuízos que isso
17 tenha causado, está sendo discutido dentro da Faculdade com uma Comissão de alunos
18 juntamente com o Coordenador de Graduação, o Coordenador de Extensão e a Direção
19 da Faculdade. Já tiveram oportunidade de realizar duas reuniões, com mais uma ainda
20 agendada para essa semana, para buscar uma fórmula de melhor utilização do espaço
21 físico. Isso deverá ser encaminhado junto à Coordenação de Extensão da Faculdade,
22 para a Congregação que certamente poderá deliberar sobre essa matéria, levando em
23 conta os interesses da Universidade e também da Unidade. O Conselheiro CLAUDIO
24 JOSÉ SERVATO com a palavra, propõe que as bolsas previstas dos Cursos de
25 Extensão, 5% das vagas, tenham seus critérios de concessão rediscutidos, visando
26 ampliar a possibilidade de acesso aos servidores dessa Universidade. Propõe ainda a
27 criação de um grupo para avaliar a criação de um prêmio por mérito para funcionários a
28 exemplo do que acontece com os docentes. Esta proposta já foi apresentada na gestão
29 anterior e não foi atendida. Parabeniza a Universidade pelo curso “Reeducação e
30 Orientação Financeira”, que está sendo realizado esta semana e oferecido pela
31 Coordenadoria Geral da Universidade, por meio da Diretoria de Assistência e
32 Benefícios, DAB e da Agência para Formação Profissional da UNICAMP, a AFPU. Por
33 último, parabeniza também a Faculdade de Educação Física pelo evento que acontecerá
34 esse final de semana, o passeio ciclístico, que está sendo muito bem visto dentro da
35 Universidade. O Conselheiro RONALDO LUÍS DE ALMEIDA solicita que a Reitoria
36 reforce o pedido à Assembléia Legislativa, da necessidade de elevar o repasse dos
37 9,57% do ICMS para 11%, uma vez que é uma reivindicação antiga dos trabalhadores
38 da Universidade. Sabem que há uma outra preocupação que está tramitando, que é a
39 questão da reforma tributária, mas até 2007 o ICMS deixará de existir e será criado um
40 novo tipo de imposto. Então, querem que essa questão seja incorporada na Constituição

1 do Estado, que se torne um projeto de lei e deixe de ser uma forma de decreto. Que se
2 levantasse também através da Comissão Parlamentar na Assembléia Legislativa as
3 várias isenções da arrecadação do ICMS e o valor de impacto que isso causa no repasse
4 para as Universidades, porque hoje muitas empresas deixam de contribuir com a
5 arrecadação do ICMS devido a isenção que o Governo dá. Gostaria de saber qual é o
6 impacto nessa arrecadação do repasse que é transferido para as Universidades. E
7 também a necessidade da criação de uma Comissão na Assembléia Legislativa para
8 combater a sonegação, e que ao mesmo tempo se criasse um estímulo para os
9 consumidores de estarem pedindo notas fiscais onde for possível. Para finalizar informa
10 que houve hoje uma Assembléia no Ciclo Básico com aproximadamente 200 pessoas, e
11 se deliberou pela greve na Universidade a partir de amanhã, por uma expectativa de
12 uma melhor proposta de reajuste salarial e não ao zero já apresentado. O Conselheiro
13 CARLOS ALBERTO RODRIGUES ANJOS diz que foi distribuído no início da
14 reunião uma filipeta com o resumo das atividades da Faculdade de Engenharia de
15 Alimentos no ano de 2003. Gostaria de parabenizar a Agência de Inovação da
16 UNICAMP – INOVACAMP, porque amanhã haverá a solenidade de assinatura do
17 Convênio da Faculdade de Engenharia de Alimentos com a Empresa STEVIAFARMA
18 referente ao licenciamento da patente do processo de extração e transformação de
19 Isoflavona glicosiladas de soja, à Isoflavona agliconas, que contará com a presença do
20 Reitor. Finalmente informa que na quinta-feira a partir das nove horas, ocorrerá mais
21 uma edição do Fórum Permanente do Agro Negócio com o tema “Alimentos
22 Funcionais”, no Auditório da Biblioteca Central, e a inscrição é grátis. O MAGNÍFICO
23 REITOR parabeniza a Faculdade de Engenharia de Alimentos pelo convênio. Não
24 havendo mais observações, passa à discussão da Moção apresentada pelo Conselheiro
25 Leverson, sugerindo a supressão dos parágrafos 2º, 3º, 6º e 7º e alteração do último
26 parágrafo para: “Solicitamos uma reavaliação rápida e transparente do sistema de cotas
27 de bolsas dos Programas de Pós-Graduação....”. O Conselheiro LÉO PINI
28 MAGALHÃES diz que obteve a informação de que a CAPES também está alterando a
29 forma de gerir os recursos, ou seja, retirando, obrigando a UNICAMP a mudar a forma
30 de gerência, que pelo que parece funciona muito bem, que é centrada na Pró-Reitoria de
31 Pós-Graduação, que inclusive possibilita no caso de atrasos de bolsas ou outros atrasos,
32 que a UNICAMP honre e mantenha as bolsas para os pós-graduandos, mesmo que esses
33 recursos não venham da CAPES. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso é correto, mas
34 já estão tratando desse assunto, enviaram uma correspondência à CAPES e o Professor
35 Hogan, como já disse, foi à Brasília para uma reunião. Aproveita para informar que o
36 Professor Renato Janini, Diretor de Avaliação da CAPES, virá à UNICAMP no dia 28
37 às 14:00 horas, no auditório da DGA e todos os Coordenadores de Pós-Graduação já
38 estão convidados, os Diretores se quiserem também podem comparecer. A Conselheira
39 MARILDA DO COUTO CAVALCANTE sugere que se coloque uma vírgula antes de
40 “lembrando que a CAPES...” nessa última oração. O Conselheiro MOHAMED HABIB

1 apenas para tirar um caráter específico de uma ou outra área e deixar o documento no
2 geral, sugere que se retire no quarto parágrafo a expressão “sendo que a Faculdade de
3 Educação”. O MAGNÍFICO REITOR acha que foi bem lembrado, sem nenhum
4 desprestígio à Faculdade de Educação, mas estão querendo falar do problema geral.
5 Outras correções serão feitas com mais cuidado na hora de fechar o texto. Sendo assim,
6 coloca em votação a Moção nos termos propostos, sendo aprovada por unanimidade
7 com a seguinte redação: O Conselho Universitário da Universidade Estadual de
8 Campinas – UNICAMP, em sua 87ª Sessão, realizada em 25.05.04, aprovou por
9 unanimidade a seguinte moção: “O Conselho Universitário da Universidade Estadual de
10 Campinas mostra-se preocupado com a atual situação da Pós-Graduação Brasileira. Na
11 primeira semana do mês de maio, a UNICAMP foi surpreendida pelos inesperados
12 cortes no número de bolsas da CAPES em áreas tradicionais de pesquisa na UNICAMP.
13 Em função disso, solicitamos uma reavaliação do sistema de cotas de bolsas dos
14 programas de pós-graduação das Universidades Públicas, instituições que colaboram
15 decisivamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. A CAPES
16 sempre auxiliou, através de programas como o PICDT e o PQI, o desenvolvimento
17 científico do país e dos programas de Pós-Graduação. Manifestamos a nossa
18 preocupação com a continuidade desse apoio, tão importante para o aperfeiçoamento
19 dos professores de Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil. Esse apoio, ao
20 longo dos anos, foi responsável pela estruturação da maior parte dos programas de pós-
21 graduação implantados fora da região Sudeste”. Nada mais havendo a tratar, o
22 MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu Patrícia Maria
23 Morato Lopes Romano, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Denise
24 Aliberti Tereza que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho
25 Universitário. Campinas, 25 de maio de 2004.

NOTA DA SG: Esta Ata será submetida à aprovação da
CONSU, na sua próxima reunião, a se realizar em 03/08/2004.